

CENAFOCO

Instituto São Paulo contra a Violência

Caderno de Debates sobre Violência e Discriminação

MARCELO DAHER	
FLÁVIA SCHILLING	Módulo 1: violências
ANDREI KOERNER	
PETRONELLA MARIA BOONEN	Módulo 2: violência na (da)
cidade	
MARCELO GOMES JUSTO	Módulo 3: violência no (do)
campo	
LETICIA MASSULA	Módulo 4: violência na (da) casa
HELENA SINGER	Módulo 5: violência nas (das)
instituições	
TATIANA AMENDOLA BARBOSA LIMA DIDION	
ANNIE DYMETMAN	Módulo 6: violência no (do)
mundo	
DENISE HIRAO	O Respeito à diferença
RITA KERDER	

São Paulo, 20 de Julho de 2002.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno de Debates sobre Violência e Discriminação foi realizado para atender à demanda dos agentes multiplicadores que, em todo o Brasil, desenvolvem trabalhos comunitários.

Detectava-se que a violência e a discriminação eram temas que surgiam de forma recorrente nos encontros com os jovens, permeando os trabalhos de educação em meio ambiente e o de formação de lideranças. Percebia-se sua gravidade, a diversidade de suas manifestações. Sentia-se, principalmente, como era difícil trabalhar com as questões que apareciam. A sensação relatada era de que “faltavam palavras”. O que fazer quando a violência paira na casa e o homicídio e o medo invadem as ruas?

Pois (e esta é uma constatação de muitos estudiosos sobre o tema da violência) a violência nos emudece. Nos deixa sem palavras. Suspende os discursos. Substitui aquilo que nos permite viver juntos – a possibilidade de trocar idéias, chegar a acordos, fazer juntos – pelo corpo a corpo, pelo grito. Instaura o silêncio. Nos faz vítimas ao invés de cidadãos.

Como mudar este quadro?

Esse foi o desafio que encaramos na construção deste texto. Tentamos colocar em palavras, analisar, diferenciar aquilo que se apresenta como “tomando conta do mundo”, nos invadindo sem limites. Mostrar que, mais do que “violência”, há “violências” que podem ser tratadas, prevenidas, punidas. Perceber que há leis que dependem também de nós para serem cumpridas. Verificar, enfim, que existem experiências positivas, há outras formas possíveis de nos organizarmos nas instituições, de viver na comunidade, na rua, na casa, no campo.

Nosso desafio, portanto, foi construir um texto:

- de leitura dinâmica, com um perfil problematizador, sem perder a dimensão complexa dos temas e o rigor conceitual;
- propositivo que questione nossa percepção de mundo, mostrando a possibilidade de assumir uma posição de cidadãos que propõem, agem, fazem e interferem na construção de uma vida digna. Que, em todos os momentos, passe a idéia da necessidade de criação de uma rede de pessoas e organizações que se mobilizem, quebrando a idéia da solidão e do desvalimento. Que criticasse a postura da “vítima”, que vive na queixa, mostrando como alternativa a postura de “cidadãos” que demandam e exigem políticas públicas;
- que mostrasse alternativas e experiências realizadas tanto pela sociedade civil organizada como por políticas públicas que criaram ações de sucesso no diagnóstico, no tratamento e na prevenção da violência e da discriminação;
- que mostrasse que as leis podem ser um ponto de partida para a ação e a existência de apoios nacionais e internacionais que podem e devem ser mobilizados;

Este Caderno de Debates foi organizado em sete módulos:

- o primeiro, inicial e introdutório, discute de forma geral o que é violência e suas múltiplas dimensões;

- o segundo trata da violência urbana. Aborda-se a da violência na cidade e da cidade, mostrando que, além da dimensão da violência da criminalidade urbana, há outras que podem e devem ser atendidas e combatidas;
- o terceiro nos leva ao campo, para compreender como a violência se manifesta na fome, na seca, no trabalho escravo, na exploração do trabalho infantil, emoldurando os conflitos pela terra e através das agressões ao meio ambiente;
- o quarto trata da violência que acontece num espaço considerado “seguro”: o da casa. Analisa-se a violência na casa e da casa. A família pode ser um lugar perigoso para crianças, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais. Identifica-se quem são os atores da violência doméstica, como esta acontece e como podemos preveni-la. Indica-se sua importância para a prevenção de outras violências, inclusive a da criminalidade urbana. Não se trata de uma violência “menor”, “privada”, podendo ter conseqüências fatais;
- o quinto aborda a violência que acontece nas instituições e das instituições: há instituições caracterizadas por um cotidiano violento, que sofrem com a violência externa sem perceberem que seu interior reproduz esta violência. São discutidas a polícia, as prisões e as escolas. Veremos que é possível práticas diferentes;
- o sexto nos leva para a violência no mundo e do mundo e que repercute no nosso cotidiano. É uma dimensão fundamental para a compreensão do que nos acontece. Novamente serão vistos os impasses do atual modelo de globalização desigual e quais seriam alguns caminhos alternativos;
- o sétimo diferencia-se dos demais: trata da discriminação e do preconceito, da ausência de entendimento de nossa fundamental igualdade de direitos e de dignidade. Esta é uma questão subjacente à maioria dos comportamentos violentos analisados nos demais módulos. É, portanto, uma discussão básica para construir as alternativas para um mundo melhor e mais pacífico.

Formato dos textos

Todos os textos, respeitando a especificidade de cada tema e os estilos de cada autor, estruturam-se de acordo com os itens apresentados a seguir.

- Uma introdução propondo uma dinâmica que permita detectar qual é a percepção do grupo sobre a questão que será discutida. Esta é uma orientação metodológica fundamental: sair do “geral” e situar como acontece especificamente com aqueles agentes e aqueles jovens. Trata-se do diagnóstico inicial, imprescindível para o grupo que desenvolve o trabalho com o agente ter sua voz e sua opinião respeitadas. Este é o ponto de partida para o trabalho de problematização das visões apresentadas pelo grupo.

Todas as dinâmicas aparecem em cor vermelha.

Todos os “objetivos” das dinâmicas aparecem em cor azul.

Todos os avisos de dinâmicas aparecem em cor verde.

- Uma apresentação do debate existente em torno do tema, esclarecendo o conceito e apresentando dados.

Todos os textos das apresentações aparecem em negrito.

- Textos de referência que subsidiem a capacitação do agente e dos grupos.

Todos os textos de referência aparecem em cor vermelha.

- Um “box” ou textos tratando das leis e direitos envolvidos.
- Experiências passíveis de serem multiplicadas.
- Bibliografia, vídeos, filmes, músicas, endereços web, endereços de organizações

nacionais e internacionais que trabalham com a questão.

Como usar?

Todos os módulos devem ser lidos integralmente pelo agente para que possa se capacitar para as discussões. Mesmo que use apenas um trecho do Caderno, respondendo a alguma demanda específica de seu grupo de trabalho, é importante que compreenda que as dimensões da violência dialogam entre si, muitas vezes entrecruzando-se.

O módulo I é introdutório a qualquer uma das discussões, e elementos gerais sobre a temática propondo uma abordagem teórica sobre suas manifestações particulares.

Cada módulo foi elaborado para ser usado de forma independente, de acordo com as necessidades detectadas pelo agente multiplicador em seu grupo de trabalho.

Quando surgirem questões relacionadas, por exemplo, com a criminalidade urbana, o agente pode selecionar os trechos relativos ao tema presentes nos módulos I e II. Se a inquietação do grupo é com a violência doméstica, pode-se utilizar o módulo correspondente.

Cada um dos módulos apresenta sugestões de atividades, que podem ser destacadas e aplicadas em trabalhos com os grupos. É importante ressaltar que o agente multiplicador terá total liberdade para criar sua metodologia de trabalho, inventar, mudar, ampliar e introduzir novos textos que considere importante para caracterizar a realidade local. O material que estamos apresentando não pretende “impor-se” ao leitor, mas sim flexível, estimular os debates, apresentar subsídios para os trabalhos, podendo ser adequado às peculiaridades de cada trabalho e de cada realidade.

Sempre que oportuno, haverá indicação remetendo a outros módulos relacionados com o tema.

Optamos por colocar a bibliografia de todos os módulos num capítulo à parte, a fim de facilitar o manuseio, indicando as obras específicas de cada módulo.

Sabemos que:

Seria bom

Se tudo fosse um sonho

E quando eu acordasse

Estivesse tudo lindo e pronto

(Gabriel o Pensador)

Mas sabemos também que seria um lindo sonho fazer juntos um mundo melhor em que a paz invadissem nossos corações...

BOM TRABALHO!

A equipe.

AS VIOLÊNCIAS



OBJETIVO DO MÓDULO: desdobrar a noção de violência, apresentando a complexidade do tema e, sobretudo, as diversas dimensões em que ela se manifesta. Mostrar como esta percepção múltipla, muito mais rica que a simples dimensão da criminalidade urbana, traz um novo olhar e permite vislumbrar a possibilidade de um mundo que “pode ser diferente”, tornando-nos mais poderosos em relação às nossas próprias vidas, ao meio ambiente que nos cerca e ao mundo.



COMO TRABALHAR

OBJETIVO: introduzir o debate sobre violência com a leitura do jornal, verificando sua relação com outras questões sociais relevantes.

Muito do que sabemos sobre a violência no país nos chega pela leitura dos jornais. Vamos ler juntos? Um jornal importante de São Paulo traz a seguinte manchete:

“Cresce no país o medo da violência. 21% dos brasileiros consideram a violência o principal problema do país”.

“A violência ultrapassou preocupações como saúde e corrupção e está atrás apenas do desemprego, principal problema para 32% dos brasileiros.”

Fonte: Folha de S. Paulo, 10/03/2002.

O jornal apresenta os resultados de uma pesquisa realizada nas grandes cidades do país, em que uma das perguntas foi: qual é para você o principal problema do Brasil?

A tabela apresentada pelo jornal relaciona as respostas dadas pelas pessoas.

Principal problema	Brasil	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte/Centro- Oeste
Desemprego	32	32	27	33	34
Violência/ segurança	21	23	21	19	20
Saúde	10	12	12	8	9
Fome/miséria	9	9	5	11	8
Educação	5	5	8	4	6
Corrupção	3	2	4	3	5
Salário	3	2	5	3	2
Economia	2	1	2	2	3
Desigualdade social	1	1	2	1	1
Inflação	1	1	1	1	1
Habitação	1	1	0	0	1

Fonte: Folha de S. Paulo, 10/03/2002, C-4

Como você responderia a esta pesquisa?

É possível pensar em alguma relação entre os temas propostos como alternativas de respostas na tabela?

É possível pensar que desemprego + falta de saúde + falta de educação + corrupção + salário pequeno + fome/miséria + inflação + falta de habitação num quadro de desigualdade social e falta de projetos econômicos de crescimento = falta de segurança e violência?

Concluindo: se vocês concordam com esta relação entre os temas...**PARABÉNS!!!!** Vocês perceberam que as causas da falta de segurança e da violência são múltiplas e complexas. E os problemas que têm causas múltiplas e complexas exigem soluções que também sejam múltiplas e complexas.

Vamos pensar um pouco mais para não ficarmos com a sensação de que os problemas são grandes demais para nossa capacidade de ação.

As dimensões da violência

Quando se apresenta a questão da violência, parece que se fala apenas de um tipo específico, ou seja, da violência física ou contra a propriedade, ignorando que ela é algo que ocorre em muitos espaços e tem várias dimensões.

Porém, a violência manifesta-se de diversas formas, envolvendo pessoas – agressores e vítimas – de idade, sexo, classe social, raça, religião e nacionalidade também diversas.

Pode ocorrer na casa, na família, contra crianças, jovens, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais; pode se manifestar no trabalho, envolvendo patrões e empregados; pode acontecer na escola; pode ser reconhecida nas cidades: violência urbana - latrocínio, homicídio; violência no trânsito - falta de sinalização, buracos nas calçadas; violência ambiental - produção e acúmulo de lixo.

Pode ser detectada no campo, nos conflitos agrários.

Está no mundo, com as guerras e atentados terroristas.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: reconhecer diversas formas da violência.

Vamos olhar com atenção estas charges. Elas mostram, de forma bem humorada, uma característica da violência que acontece em muitos lugares e se apresenta de formas diferentes.

1) BOM DIA RAPAZES



*Santiago Arturo Scott Rojas
Rio de Janeiro- RJ*



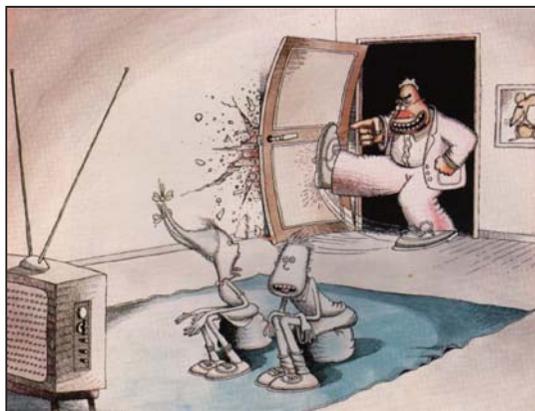
2) FOME



Fausto Hugo Prats
Belo Horizonte - MG

3) AHÁ! VENDO ESSES FILMES DE VIOLÊNCIA, OUTRA VEZ!

"Ahá! Vendo esses filmes de violência, outra vez!"



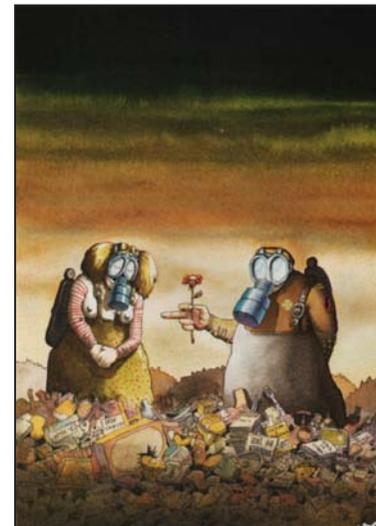
José Alberto
Cornavaca

4) GUILHOTINA



César Augusto Villas Boas
Ribeirão Preto - SP

5) FLOR



Marcos Coelho Benjamin
Belo Horizonte - MG

6) MOBIL – UNIVERSIDADE



Rubens Kiyomura / Alberto Pereira
São Paulo - SP

Olhem as charges e conversem sobre o que elas mostram. Há violência nestas situações tão diferentes?

Quais são as charges que mostram situações de violência? Há consenso e concordância entre vocês sobre quais retratariam as situações de violência?

Veja novamente a charge número 6: ele está feliz? Será que não encontrar emprego, quando nos esforçamos tanto, não nos violenta, nos faz sofrer, humilha, revolta?

Leia novamente a tabela apresentada no jornal e pense nas possibilidades de resposta coletadas pela pesquisa publicada.

As dimensões mais presentes em nossa vida cotidiana

Vocês observaram que todos nós reconhecemos que uma das características da violência é a diversidade de suas DIMENSÕES.

O dicionário nos diz: DIMENSÃO = TAMANHO, VALOR, IMPORTÂNCIA, EXTENSÃO.

Esta palavra – violência – abrange situações que acontecem em muitos lugares e chegam à nossa consciência com tamanhos e valores diferentes.

Muitas vezes consideramos que algumas violências são de maior tamanho e importância do que outras. A mídia nos diz que a maior delas é o seqüestro, pois este crime ocupa o maior espaço nos noticiários.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: diagnosticar as dimensões da violência local.

Quais são estas dimensões da violência que ocupam um maior espaço nas nossas preocupações? Para você, qual é a violência que aparece como a de maior tamanho, importância?

Onde acontece?

Quem são as pessoas envolvidas?

Quais são as conseqüências desta violência?

O que se poderia fazer a respeito?

Sugestão: faça um desenho (ou descreva ou recorte alguma imagem) representando esta dimensão da violência. **Troquem entre si estes desenhos e comentem.**

Definindo o que é violência

Segundo o dicionário, nos diz que “violento” é aquilo que é contrário ao direito e à justiça.

“Violência significa:

tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);

todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar),

todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);

todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito(...)

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos”.

(Chauí, M. “Uma ideologia perversa”. Folha de S. Paulo, 14/03/99, Caderno Mais, 5-3).

No Brasil, a violência apresentada como sendo a “violência por excelência” é a da criminalidade. Porém, há muitas outras situações no nosso cotidiano em que somos tratados como “coisas”, como se fôssemos seres irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos.

Observe que, na definição da violência proposta por Marilena Chauí, uma das mais expressivas figuras da filosofia no Brasil, são contempladas as várias dimensões e manifestações da violência.

Há momentos em que a violência se manifesta como violência física, existe a agressão, o corpo-a-corpo, com uso da força.

Em outras situações não é empregada a força física, mas há violência, pois nos sentimos humilhados, constrangidos, maltratados. São situações de violência difusa, difícil de definir, de violência “psíquica”: quandoque nos deixam infelizes, com o “coração apertado”. São situações que violam aquilo que consideramos um bem.

Marilena Chauí afirma que, no Brasil, “as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações

sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso a violência aparece como um fato esporádico superável" (Folha de S. Paulo, 14/03/99)

Há, portanto, dimensões da violência que permanecem "invisíveis". Não as reconhecemos como "violência". Parecem coisas naturais, frutos da fatalidade ou do destino.

A discriminação contra as pessoas, por nacionalidade, origem regional, opção sexual, sexo, raça, é uma das violências mais invisíveis. O mesmo acontece com a violência na família, dentro de casa.

A violência fatal

São os crimes violentos contra a pessoa os que despertam maior atenção da mídia e nos deixam mais amedrontados. Especialmente assustadora, esta violência fatal afeta principalmente os jovens brasileiros, com idade entre 15 e 24 anos.

"Os registros do Ministério da Saúde informam que, no período de 1991 a 1999, 112 mil brasileiros entre 15 e 24 anos foram assassinados, contingente de pessoas suficiente para superlotar o estádio do Maracanã."

(Gilberto Dimenstein, Folha de S. Paulo, C12, 24/03/02).

Esta é uma das dimensões mais cruéis da violência, que viola o direito fundamental - o direito à vida - e pode ser compreendida como uma manifestação aguda de outras múltiplas formas de violência que permanecem "invisíveis". Há violências - muitas vezes entendidas como "menores", "pequenas", "insignificantes" - que não foram vistas ou levadas em consideração e que terminam provocando a violência fatal. O assassinato - o irreparável -, que afeta principalmente homens jovens, acontece em contexto determinado e tem uma história que poderia ter sido diferente, se algumas das instituições que mediam conflitos, como por exemplo, as Associações de Moradores, as organizações comunitárias, os órgãos governamentais, as escolas, os Conselhos Tutelares e outros, interferissem.

Estes crimes que assustam e que aparecem sob a denominação de homicídio acontecem em diferentes lugares, expressando diversos conflitos.

Há os homicídios que ocorrem entre pessoas da mesma família. Nestes casos, é muito claro que, se houvesse uma mediação, um tratamento, o resultado do conflito poderia ter sido outro.

Existem homicídios que acontecem entre vizinhos, em brigas que muitas vezes parecem banais. Estes conflitos não teriam um resultado fatal se não fosse pelo fato de as pessoas estarem armadas. Estas mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse menos tensão na vida urbana, maiores possibilidades de cultura e lazer, emprego, projetos comuns.

Há mortes causados por conflitos entre grupos ligados ao crime: crime organizado, tráfico de drogas, roubo de carros e cargas. Para estes jovens, a possibilidade de um futuro ou o tratamento precoce dos conflitos familiares que muitas vezes determinaram sua entrada na atividade ilegal ou na droga poderia ter sido a saída.

Algumas mortes resultam da de intolerância, do ódio e da desconfiança ao que é diferente. A educação é um fator essencial para que estes crimes não aconteçam.

Há mortes provocadas pelos agentes do Estado que abusam de seu poder. Neste caso, também a educação é um fator decisivo. São mortes que poderiam ter sido evitadas.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: reforçando a discussão sobre as várias formas de violência.

Pense em seu cotidiano, em sua comunidade: há formas de violência "invisíveis", vistas como "naturais"? Quais são?

Você concorda que, muitas vezes, a violência fatal tem por antecedentes diversas outras violências "invisíveis"?

3) Voltando à pesquisa publicada no jornal, verifica-se que a população brasileira percebe estas relações entre as diversas dimensões da violência, Tanto que as respostas à pergunta "quais deveriam ser as prioridades do governo para combater a violência?" são:

- combate ao desemprego e melhorias na educação, com 57%;
- aumentar o número de policiais treinados e equipados, com 38%;
- não sabe, com 5%.

Veja como você e seu grupo responderiam a esta questão. Incluiriam outras prioridades? Como poderiam ser combinadas estas prioridades? Há, entre estas prioridades, ações possíveis de serem realizadas a curto prazo, a médio prazo, a longo prazo? Identifique quais são.

As leis

Voltando à definição proposta pelo dicionário de que violento é aquilo que contraria a justiça e o direito, compreendemos melhor porque podem ser considerados violentos os comportamentos que afetam nosso direito ao trabalho, ao salário, à saúde, ao tratamento sem discriminação por raça, sexo, idade, religião. Todos estes "bens" são protegidos pelas leis.

Os seres humanos criaram, ao longo de sua história, o direito como uma prática para regular e julgar as suas ações e relações na sociedade.

O direito foi escrito como um conjunto de leis, convenções e outros documentos, dos quais os mais importantes são as declarações de princípios dos direitos da pessoa humana.

Porém, só na metade do século XX, depois da Segunda Grande Guerra, é que se estabeleceram os direitos e deveres de todos os seres humanos, independente de sua raça, sexo, país, etnia, religião, classe social e idade.

Embora o direito seja praticado por funcionários do Estado (como juízes, promotores e policiais) e outros profissionais especializados (como os advogados), nós também julgamos todos os dias, praticamos o direito em nosso dia-a-dia, pois todos temos concepções do que é certo e errado, justo e injusto, bom e mau. Se pensamos bem e deixamos de lado os nossos preconceitos, temores e interesses mais imediatos, concordaremos com o que é afirmado pelas declarações de princípios e os tratados de direitos humanos. Esses princípios estão de acordo com aquilo que pensamos, que praticamos ou, ao menos, achamos que poderíamos e deveríamos praticar nas nossas relações com as outras pessoas no cotidiano. Estes direitos são de todos nós e tratam dos vários âmbitos de nossa vida em sociedade. A Constituição Federal - nossa lei maior - reflete estes princípios.

A Constituição do Brasil diz, em seus princípios fundamentais:

Art. 3: *Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

I- *garantir uma sociedade livre, justa e solidária;*

II- *garantir o desenvolvimento nacional;*

III- *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*

IV- *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

As leis protegem um direito fundamental que é o direito à vida, que também deve ser compreendido como o direito a uma vida digna com liberdade e igualdade de acesso aos bens produzidos socialmente.

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 5).

Os nossos direitos sociais também estão protegidos por leis.

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a moradia, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 6).

Vamos tirar os direitos do papel?

No Brasil, pensamos que as leis, mesmo quando são muito boas, não são feitas para serem cumpridas (ou, pelo menos, que há aqueles que estão “acima” da lei). Este é um problema que deve ser enfrentado por todos nós.

Estariamos no “PAÍS DOS DIREITOS DE PAPEL”

“(…) a maioria dos brasileiros não usufruem dos direitos sociais previstos em lei: não têm direito ao décimo terceiro salário (54%), férias remuneradas (55%) ou plano de saúde (81%). Ganham pouco (56% faturam no máximo dois salários mínimos, R\$ 360/mês), trabalham muito – quando conseguem vaga, já que 11% estão desempregados e 16% fazem bicos (...) negros e mulheres ainda enfrentam discriminação e ganham cerca de 40% menos do que a média. “(...) os brasileiros que ganham meio salário mínimo (R\$ 90,00) por mês chegam a 7% (8 milhões de pessoas) e estão na linha da miséria; 46% nunca trabalharam com registro em carteira profissional”. (Folha de S. Paulo, Especial 1, 24/03/02)?

Quando pensamos na violência como aquilo que é contrário à justiça e às leis, precisamos:

- conhecer as leis e os direitos;



- conhecer quais são as autoridades e órgãos ou repartições que têm a responsabilidade de atuar no seu cumprimento;
- saber que as leis e direitos devem valer igualmente para todos;
- saber que há instituições destinadas precisamente a fazer valer os direitos das pessoas.

Se as leis são proteções aos direitos e implicam o dever do seu cumprimento por todos, podemos pensar nas esferas de responsabilidade: o Poder Executivo (governo federal, governos estaduais e municipais); o Poder Legislativo (senadores e deputados federais, deputados estaduais e vereadores); esfera; e o Poder Judiciário, ministério público e procuradorias. Entretanto, a sociedade civil, as empresas e os cidadãos também têm deveres e responsabilidades.

O direito a um meio ambiente saudável e de boa qualidade implica uma atitude em relação ao lixo, por exemplo. O que cada um de nós deve fazer em sua cidade, seu bairro, sua casa com o lixo produzido? O que cabe ao poder público, qual é o seu dever para que este direito se realize?

Fala-se sobre a existência de leis que “pegam” e de leis que “não pegam”. Nesta consideração, parece que a lei é como uma gripe, que pode ou não “pegar” na pessoa, mas leis são diferente de vírus: elas dependem, para “pegar”, de nossa ação cotidiana.

O Código de Defesa do Direito do Consumidor é um exemplo de lei que “pegou”, que é praticada em nosso dia-a-dia. “Pegou” por conta de anos de trabalho das pessoas dos Procons, das organizações não-governamentais (ONGs), das donas de casa, de cada um de nós que reivindicou o seu direito e cumpriu com seu dever de fiscalizar, fazer compras com critério e informação e reclamar quando lesado.

O mesmo acontece com nosso direito a uma vida sem violência, sem discriminação e digna.

Há direitos e leis que nos protegem. Existem esferas de responsabilidade e uma delas é a nossa.

Lutamos contra a idéia de que as leis estariam sempre destinadas ao “fracasso”, que foram feitas para serem violadas a favor de indivíduos e grupos com poder para contorná-las.

*O valor da lei para a manutenção da liberdade, da igualdade, da segurança sem privilégios nem discriminação precisa sair do estatuto de **utopia** para ser realizado no cotidiano. Esta realização passa pela discussão de quais são as responsabilidades e os limites de cada um de nós e de cada instância de governo que nos levará para a construção de uma sociedade mais justa e de uma vida pacífica em comum.*

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: colocar o grupo em contato com seus direitos através das leis que aí estão para serem usadas.

Após a leitura do texto acima, cabe discutir a situação das leis e de sua aplicação no país.

Você conhece algumas leis? Quais são os bens protegidos por estas leis?

Você sabe quem faz as leis?



Quem defende o cumprimento da lei?

Qual é o papel do cidadão na defesa das leis?

Você lembra de alguma lei que “não pegou”? Faça uma lista e identifique quem são as vítimas e quem são os agressores nestas transgressões. Exemplos: a “lei do colarinho branco” é uma lei que funciona? E o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)? Todas as crianças do Brasil estão protegidas?

Há leis que “estão pegando”? Um exemplo pode ser a legislação ambiental, as leis contra a discriminação racial... Quais são as leis que funcionam, “pegaram”?

Crimes

A violência se transforma, tal como a sociedade, refletindo mudanças nas relações entre as pessoas e nas relações das pessoas com a natureza. Crime é aquela violência que se tornou intolerável numa determinada sociedade. Por isto é que é possível dizer que há uma história do crime, assim como existe uma história da violência.

A escravidão, por exemplo, não era considerada crime na época do Brasil colônia, Brasil império. Tornou-se crime a partir da abolição, em 1888.

Um outro exemplo é a queimada (forma de preparar a terra para o plantio), que hoje é considerada crime ambiental, assim como aprisionar animais silvestres.

O racismo também é, atualmente, um crime punido por lei.

Relações discriminatórias e predatórias não poderão mais voltar a ser legalizadas, pois a sua adoção está proibida pelas Convenções e Tratados Internacionais.

Assim, a história do crime reflete mudanças nas formas de organização da sociedade e nas relações entre as pessoas; mostra como algo que era considerado “natural” passa a ser visto como algo que não deve mais acontecer.

Um bom exemplo destas mudanças é a atitude diante da corrupção. Muita gente ainda acha que a corrupção é inevitável, que ela “faz parte do jogo”. Porém, o uso do patrimônio público (aquele que é fruto do nosso trabalho, dos nossos impostos) como se fosse privado (para beneficiar a família, os amigos, o grupo) é retirar dinheiro que poderia servir para educação, saúde, e crescimento do país. Este uso começa a ser visto como uma violência e um crime, graças à ação de muitos setores da sociedade que lutam contra esta prática.

Há, desta forma, uma história do crime, bem como das formas de punição aos crimes. Quando um bem é violado (a vida, a paz, o meio ambiente, a dignidade, a propriedade) existe a demanda por punição. Há necessidade de prevenir, punir, reparar os danos causados.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: continuando com o trabalho de criar uma referência sobre a situação local, debater com o grupo sobre o que é considerado crime.

Perguntar ao grupo:

- Quais são os crimes que vocês consideram mais graves?
- Onde acontecem? Quem são os agressores e as vítimas?
- Como a justiça se comporta em relação a estes crimes? Você sabe quais são as penas previstas pela lei? Quem teria esta informação?

O sistema de justiça criminal

Muitos acreditam que o sistema de justiça brasileiro é problemático: lento, ineficaz, brando para determinados crimes e excessivamente rigoroso para outros.

Há quem considera a existência de uma crise do sistema punitivo.

Leia este texto:

“(...) a crise do sistema punitivo instalou-se também na realidade brasileira. (...) No balanceamento dos bens jurídicos necessitados de proteção penal deu-se ênfase especial aos delitos patrimoniais e a outros bens jurídicos menos relevantes, em detrimento de bens próprios da pessoa humana, como a vida, a integridade física, a liberdade, a honra, etc.” O texto segue apresentando algumas penas mínimas para alguns crimes:

- a) homicídio simples (seis anos de reclusão) e venda de cosméticos adulterados ou saneantes falsificados, corrompidos, adulterados ou alterados (dez anos de reclusão); (...)
- b) lesão corporal gravíssima (dois anos de reclusão) e roubo simples (quatro anos de reclusão) ou roubo agravado (cinco anos e quatro meses de reclusão);
- c) lesão corporal gravíssima (dois anos de reclusão) e alteração de produto alimentício, destinado a consumo, com redução de seu valor nutritivo (quatro anos de reclusão) (...)

O autor do texto comenta:

“Essa pequena exemplificação (...) evidencia a total desarticulação do atual sistema punitivo brasileiro (...) e recomenda a busca de um novo parâmetro que permita revalorar os bens jurídicos necessitados de tutela penal. O ponto de partida deverá ser indiscutivelmente o princípio constitucional estruturante da dignidade da pessoa humana (...) A pessoa humana deverá ser, então, protegida, com primazia, na sua vida, no seu corpo, nas suas liberdades, na sua segurança, no seu ambiente, em resumo, em sua dignidade.”

(FRANCO, A. S. Boletim IBCCrim. Ano 7, n.86, jan. 2000, p.4).

Pode ser diferente

Tendo consciência destas questões, muitas iniciativas foram tomadas para mudar a maneira pela qual os problemas são resolvidos, pelos próprios envolvidos ou com apoio de outras pessoas.

O debate sobre a mudança no sistema judicial criminal pode ser compreendido a partir da constatação da existência de três posições. A primeira defende um endurecimento cada vez mais maior das penas, incluindo penas banidas pela Constituição brasileira, como prisão perpétua ou pena de morte. Neste setor há grupos que afirmam que a pena de reclusão – a prisão – deve ser a pena central e que todos os delitos devem ser reprimidos desta forma.

Quem defende esta posição considera que o mundo pode ser dividido, com facilidade, clareza e sem dúvidas, em dois pólos: um lado bom e outro mau da vida e das relações humanas. Pensa que os crimes resultam exclusiva ou predominantemente das tendências negativas dos indivíduos que os cometem e que por isso devem ser punidos de forma a servir de “exemplo” para evitar que outros pratiquem os mesmos atos.

Uma segunda posição defende que o sistema judicial deve procurar resolver os problemas e não apenas tomar decisões que punem alguns indivíduos. Para eles, em certo sentido, os “criminosos” não existem, pois os atos considerados crimes resultam de problemas complexos, que não podem ser reduzidos a uma classificação como a do código penal. Mesmo que os indivíduos tenham consciência de seus atos, podem não conhecer suas conseqüências nem o significado que adquirem para os demais.

As situações nunca são “preto ou branco”; há inúmeras variações, algumas delas imprevisíveis, que devem ser avaliadas com cuidado, e isso só é possível se houver participação dos acusados, das vítimas, dos outros envolvidos e das pessoas da comunidade.

Através de um trabalho de mediação de conflitos, de escuta, discussão, e reconhecimento de problemas, mesmo as pessoas que cometeram atos graves podem reparar o dano cometido e mudar sua atitude com relação a si mesmos e aos outros. Com isso, deixam de ser “criminosos” e podem adotar outros comportamentos. Os abolicionistas – que defendem que as prisões devem ser abolidas, pois reconhecidamente não cumprem sua função de reeducar ou ressocializar os presos, tornando-se verdadeiras “escolas do crime” – afirmam que a sociedade, mantendo o sistema prisional, gasta cada vez mais recursos num programa que só reforça a violência, porque cria pessoas violentas.

A terceira posição, defendida por um grande setor, refere-se a um direito penal mínimo. Os juristas que participam deste grupo concordam com os abolicionistas quanto às causas e às características dos atos violentos, mas dizem que as prisões são necessárias em alguns casos, quando os acusados representam um risco para a sociedade, pois podem repetir os atos violentos que cometeram. As prisões devem ser mudadas para que essas pessoas possam ser reinseridas na sociedade.

Para os casos em que não houve risco de vida, as punições poderiam ser feitas com penas alternativas, como a restrição de direitos (cassação da carteira para maus motoristas) e a prestação de serviços à comunidade (serviços em hospitais para os que causaram lesões corporais). Além da redução do campo de atuação do sistema judicial e do processo penal, estes juristas crêem que é possível reformar o sistema penal para que este possa auxiliar em outras iniciativas da sociedade voltadas para a redução da violência.

(Andrei Koerner)

Formas pacíficas de resolver os conflitos

Andrei Koerner

No Brasil, há algumas iniciativas positivas que buscam a resolução pacífica de conflitos e, embora não mudem diretamente o sistema judicial criminal, são capazes de reduzir a violência, pois aliviam situações de tensão social, especialmente aquelas de conflitos interpessoais.

Exemplos dessas iniciativas são:

- as Casas da Cidadania, criadas em Santa Catarina (e que hoje estão espalhadas pelo país). Seu objetivo é que em todos os municípios do Estado haja conciliadores treinados para mediar e conciliar os conflitos e encaminhá-los, caso necessário, aos Juizados Especiais;
- os CICs, Centros de Integração da Cidadania, em São Paulo, que instalam um conjunto de serviços públicos de interesse do cidadão, entre os quais estão um Juizado Especial, um plantão do ministério público e um posto de polícia. Esta experiência já existe em muitas cidades do país;
- articulação de Juizados Especiais e programas de apoio a vítimas, agressores e testemunhas. Em muitas situações, a mediação e a conciliação não são suficientes para resolver o conflito e prevenir danos mais graves à vítima. Em casos de violência doméstica levados aos Juizados Especiais, muitas vezes os envolvidos entram em acordo, mas a violência volta a ocorrer. Por isso, em alguns locais, como Mafra-SC e Recife-PE, os Juizados Especiais passaram a trabalhar junto com serviços e programas de apoio às vítimas e também aos agressores. As vítimas encontram apoio psicológico e social e dispõem de locais em que possam permanecer para não serem expostas ao convívio com o agressor. Os agressores também encontram apoio psicológico e podem participar de círculos de tratamento de seus problemas, como os Alcoólicos Anônimos ou dinâmicas de grupo com outros agressores;
- promotoras legais populares: mulheres que recebem treinamento em direito e que estão capacitadas para informar outras pessoas sobre os seus direitos, bem como auxiliá-las no encaminhamento de seu conflito junto aos órgãos legais.

Esses programas combinam alguns elementos importantes que lhes permitem atuar na dinâmica dos conflitos e auxiliar no seu desenrolar pacífico e num desenlace sem vencedores e vencidos.

As iniciativas enumeradas anteriormente têm características comuns:

- *proximidade espacial*: é importante que o espaço de resolução do conflito seja acessível às pessoas. A proximidade é essencial não só para a busca de uma primeira resposta para a solução do conflito, como também para que os envolvidos possam encontrar apoio e segurança diante da ameaça ou do efetivo descumprimento da solução. É o Estado que deve ir onde está a população;
- *proximidade social*: os mediadores e conciliadores são pessoas capazes de entender a linguagem e as formas de expressão dos envolvidos nos conflitos e, por isso, podem compreender os seus valores, sentimentos e interesses e propor soluções que respeitem a dignidade e satisfaçam as expectativas das pessoas envolvidas;
- *a busca de um consenso*: o sistema judicial trabalha durante a maior parte do tempo com uma perspectiva “litigiosa” – cada um dos envolvidos no conflito apresenta o seu ponto de vista, a fim de defender seus interesses. No final do processo, o juiz dá uma resposta que determina qual dos lados tem razão e, por

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: o grupo entra em contato com a percepção do crime e da punição.

Perguntar ao grupo, após a leitura dos dois textos:

- O que você pensa sobre estas posições?
- Formule situações de conflito nas quais o grupo detecte a possibilidade de sua resolução e a punição de acordo com alguma das posições anteriormente descritas. Pense em situações-limite e veja como seria o tratamento do crime e do criminoso em cada caso.
- É possível abordar o caso do “maníaco do parque” a partir de uma posição abolicionista?
- É adequada a pena de prisão para o caso da empregada que furtou cebola, alho e temperos da casa de sua “patroa”?
- Elabore uma síntese da discussão do grupo.

isso, “ganha” o caso, enquanto o outro “perde”. Isto não significa que o conflito tenha sido resolvido. Quando se busca o consenso entre as partes tenta-se entender as questões, compreender o que gera o conflito e encontrar soluções em conjunto. Ou seja, busca-se uma solução ampla, ao mesmo tempo capaz de resolver o caso e prevenir o aparecimento de futuros conflitos entre os envolvidos;

- *diálogo*: é um aspecto essencial na busca do consenso, pois não se trata de “abafar” os conflitos, de conseguir um acordo a qualquer custo para que os menos poderosos se conformem e aceitem acordos, o que pode significar a manutenção do conflito. O diálogo é essencial para que todos possam dizer sobre o que gera o conflito, com liberdade e segurança;
- *publicidade*: a mediação do conflito permite que se fale sobre ele na presença de outras pessoas que ajudam na sua resolução. É uma forma de fazer com que os envolvidos identifiquem as diversas dimensões de seus conflitos e, pelo diálogo, reconheçam não só quais são os seus interesses e os do outro, mas também os direitos, os sentimentos, enfim, a sua dignidade e a do outro.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: propor situações de conflito para que os participantes dialoguem e procurem formular soluções.

As situações devem representar diferentes tipos de conflitos, tais como:

- conflitos domésticos que envolvam pessoas da família com terceiros;
- conflitos de vizinhança, envolvendo situações de limites e uso da propriedade;
- conflitos resultantes de agressões à honra;
- dívidas, serviços, compras ou empréstimos;
- crimes mais graves, como homicídio, latrocínio, roubo e, ainda, estupro.

Sugestões de questões

Se o conflito ocorresse no local onde mora ou atua:

- como o conflito seria interpretado?
- Qual a resposta das autoridades públicas e o que as pessoas pensam disso?
- Qual o comportamento dos envolvidos no conflito?
- Qual o comportamento dos seus próximos, os familiares e amigos?

Se o conflito entrasse no sistema judicial criminal, isto é, se fosse “levado para a delegacia” ou para um serviço de assistência judiciária:

- Como o reclamante seria recebido pela autoridade?
- Como o conflito seria recebido e trabalhado?
- Como o acusado seria tratado?
- Quais seriam os desdobramentos do processo?
- O que aconteceria se o acusado fosse condenado e preso?

Se os participantes fossem colocados na situação de resolver aquele conflito:

- Como pensariam ou interpretariam o conflito?
- Como encaminhariam?
- qual a solução mais justa



VIOLÊNCIA NA (DA) CIDADE

Objetivo do Módulo: o texto convida o participante a se deslocar para a periferia de São Paulo, apresentando-a a partir de dentro. Usando uma linguagem direta, são desenhadas impressões mais gerais sobre a cidade para, a seguir se fechar o foco em cima da periferia e sua noção de crime e criminalidade. Por fim, retrata um movimento da sociedade civil organizada que contribui para a superação deste quadro violento.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: introduzir a discussão mostrando alguns traços do drama diário de grande parte dos moradores de uma grande cidade.

Leiam o texto “Impressões sobre a grande cidade de São Paulo”.

Estávamos em meados de março quando fui convidada para escrever este texto para vocês.

Naqueles dias, o sol de verão refletia-se de forma impiedosa sobre o asfalto e sobre as milhares de toneladas de concreto que edificam esta megalópolis, tornando o calor insuportável. Também naqueles dias, as empresas de ônibus estacionaram suas frotas em diversos pontos da cidade, parando o serviço e o trânsito, acrescentando mais este sofrimento torturante aos passageiros. Os que estavam dentro do ônibus não podiam mexer os pés, sob risco de perder seu escasso espaço. E os que não tinham a (má?) sorte de embarcar ficavam esperando nos pontos de parada, durante horas intermináveis, pela chegada do próximo ônibus.

Naqueles mesmos dias, as águas de março despediam-se dos últimos momentos de verão. Despediam-se de forma tão abundante, que provocavam, quase que diariamente, alagamentos e enchentes. Apesar dos muitos prejuízos causados, houve um resultado econômico positivo para alguns moradores da cidade: o aparecimento de uma nova possibilidade de ganhar um dinheiro. Vendedores ambulantes eram contratados para transportar com seus carrinhos de mercadorias passageiros para além do ponto de alagamento. O preço era anunciado como num comercial: “Um real para não pegar doença de rato”.¹

Tudo isto pode parecer ficção ou exagero para quem estivesse em qualquer outro lugar do Brasil. Mas esta é apenas uma singela idéia do “real urbano”, daquilo que, naquela época do ano, constitui parte do dia-a-dia da maioria da população da cidade de São Paulo.

Podemos lembrar ainda outras situações que acompanham fielmente grande parte dos paulistanos em sua jornada diária: engarrafamentos intermináveis, manchas cinzentas no céu poluído, viagens de três a quatro horas diárias para chegar ao serviço e novamente para casa, após a jornada. Além do mais, o sentimento de insegurança: “não vai acontecer nada às crianças que, embora muito pequenas, deixei em casa, já que faltam creches? O filho que estuda à noite voltará sã e salvo? O alimento comprado no dia do pagamento vai dar até o próximo dia cinco? Será que vou ser mandado embora da empresa, pois querem cortar gastos?

Praticamente não se costuma considerar esta face da cidade quando se fala de sua violência. Mas é importante pensar a violência vivida em São Paulo sob esta ótica, pois talvez a sua realidade seja aquela que diversas outras cidades do Brasil podem vir a sofrer se não interferirmos no processo de agravamento de alguns males, cuja explicação, embora não se esgote neles, está intimamente ligada aos indicadores sociais.

¹ É só um real. Folha de S. Paulo, 19/03/02, A1.

² Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz.

³ Fonte: www.conjuntura-criminal.com.br/dados/estatist.htm

Observe com atenção esta charge e responda às apresentadas a seguir:



Josaniildo Dias Lacerda
Salvador - BA

- O que esta figura desperta em você quando pensa sobre violência urbana?
- É possível pensar que a violência urbana tem muitas dimensões? (Veja no módulo I, a discussão sobre dimensões da violência).
- Estabeleça relações entre esta charge e o texto que você leu sobre um dia na grande cidade.

A violência urbana – alguns reflexos sobre os bairros da periferia

Agora vamos falar da periferia da grande cidade: sua geografia, seus moradores, favelas, dívidas sociais, discriminações. Depoimentos de moradores ajudam a ilustrar a questão da migração, os conflitos com vizinhos e o desejo de, assim como todos os outros, melhorar de vida.

Esses bairros² situam-se entre 30 e 40 km do centro urbano e constituem uma região densamente povoada, onde aproximadamente 20% da população vive em favelas.

A taxa de homicídios³ nessas localidades é de 101 por cada 100.000 habitantes. Fica mais fácil entender esta taxa quando comparada com outros lugares.

As taxas de homicídios em algumas cidades do mundo e em alguns bairros de São Paulo:

- 31 óbitos por 100.000 habitantes em La Paz, capital da Bolívia,
- 2, em Londres;
- 1, em Tóquio;
- 23, no Brasil;
- 34, no Estado de São Paulo; 4, em maio bairro paulistano de classe média;
- 101, nos bairros Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz.

Como é o bairro?

Em geral, nos bairros da periferia de São Paulo, as ruas têm asfalto de má qualidade e má conservação, são sinuosas, acompanhando o relevo irregular da região. Em termos de legalidade, a situação imobiliária poucas vezes condiz com o estabelecido na lei. Trata-se, em parte, de uma região de mananciais, ocupada de forma irregular. Muitas casas apresentam sinais de que há tempos não foi feito nenhum investimento para a sua manutenção. Há ainda residências bastante precárias, sendo algumas de difícil acesso. Vários lotes possuem mais de uma habitação. As moradias das favelas aglutinam-se ao longo de faixas estreitas nas encostas dos morros ou ao lado de córregos.

Tem-se uma impressão confusa de indistinção entre as diversas moradias. Em algumas, notam-se vestígios de reforma, talvez na tentativa de melhor aproveitamento do espaço: portas e janelas trocadas, reboques de várias espessuras e diferentes tonalidades de cores parecem ter sido aplicadas ao longo dos anos, tanto interna como externamente.

A ocupação das regiões da zona Sul teve início nos primeiros anos da década de 70, quando os migrantes, atraídos pelas ofertas de trabalho da cidade, ali se instalaram. Deixar sua terra de origem significava deixar “toda a família lá. De repente a gente veio morar num meio de pessoas estranhas, né? A gente foi criada ali, num mundinho ali, num canto lá, né?”. Tratava-se de enfrentar um mundo desconhecido, caótico, com uma variedade de misturas e costumes, num ritmo urbano, acelerado e, em vários sentidos, secularizado. “De repente a gente vem prum lugar que é baiano, é paraíba, é mineiro de outra região, é não sei o quê. Tem gente de todo jeito, né?”

4 As citações são tiradas da pesquisa para elaboração de dissertação de Mestrado. (Boonen, 2000)

Em geral, os depoimentos dos moradores sobre a cidade são marcados por queixas em relação à urbanização insuficiente: ausência de infra-estrutura e de emprego, falta de canalização do córrego, extravasamento do esgoto, ausência de oportunidades de lazer, falta de creches, não-funcionamento da Associação dos Moradores e mau atendimento no posto de saúde. As queixas contra o Governo e a afirmação de que os políticos “não fazem nada” repetem-se à saciedade.

Praticamente não se manifesta nenhuma expectativa de influenciar o Governo, essa entidade tão distante. Não parece haver mediação entre o Estado e a população em geral. Os órgãos oficiais são freqüentemente designados como “ele”.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: discutir com os participantes as condições sociais existentes em seus locais de moradia. Ver semelhanças e diferenças.

Perguntar aos participantes:

- Como é seu bairro?
- Quem mora nele?
- De onde vieram?

Um jovem adulto avalia que “há muitas coisas que o prefeito não faz: rua a asfaltar, córrego para canalizar, muita coisa que falta aí. Não tem nada da gente gostar, não tem nada aqui não. Meu divertimento é do trabalho prá casa, só. Não bato bola. Não tem um campo aqui pra gente bater uma bola. Não tem nada de importante aqui.”

- Vocês concordam com o depoimento do jovem acima?
- Há relação entre estas condições de vida e o alto índice de violência fatal destas regiões?

Os heróicos imigrantes

Os tempos iniciais na cidade são difíceis: a ausência do afeto, a saudade e a solidão invadem coração e pensamento. Porém, a vontade de melhorar as condições impõe seu ritmo, uma vez que o lugar de origem não promete a sustentação da vida. Sem trabalho, sem terra e sem perspectiva, a partida foi necessária e, na maioria dos casos, sem retorno. Aos poucos, o entrosamento com o ambiente, vizinhos e colegas de trabalho alivia a dor inicial e as possibilidades da cidade começam a ser descobertas. Definitivamente, apesar de muitas carências, este lugar é melhor para se viver: São Paulo sempre oferece algum “progresso”. Entretanto, a maioria dos migrantes conquistou de forma heróica, sozinhos e sem apoio, melhorias de vida, criaram seus filhos e construíram um lugar para morar.

O grande mobilizador, a grande e motivação para a migração foi, e continua sendo, a possibilidade de trabalho, cuja importância está definida na Lei.

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. (Constituição Brasileira, Artigo 193).

Não podia ser diferente: se a ordem social tem como base o primado do trabalho, o desemprego é apontado como seu maior problema. A expectativa de melhoria de vida está ligada ao trabalho. Porém, esta possibilidade esbarrou nos limites da recessão econômica, agravada desde o início dos anos 80. A conjuntura de recessão, no entanto, apenas acentua, muitas vezes gravemente, a instabilidade estrutural do emprego dos moradores da periferia.

Uma forma de dar vazão à frustração causada pelo desemprego é acusando os políticos e desistindo de votar nas próximas eleições: “não fazem nada e mesmo assim recebem salário”. Desta forma, desistem da possibilidade de participar e mudar os rumos das decisões econômicas e políticas que afetam a vida de todos nós.

COMO TRABALHAR

Como vocês percebem esta situação. Ela é:

- impossível de ser mudada;
- difícil de ser mudada;
- possível de ser mudada se não desistirmos e nos unirmos.

Conflitos, a discriminação

As dificuldades enfrentadas e o desencanto pelas promessas não cumpridas pela cidade grande, muitas vezes, levam à idealização do passado e à construção do sonho de voltar para as regiões de origem. Porém, o realismo quanto às possibilidades de emprego não oferece opções: se em São Paulo está difícil, pior lá.

Dentro dos limites, os moradores gostam do bairro em que vivem. Contudo, se pudessem, muitos deles mudariam para um bairro melhor. “Agora, eu não gosto... Moro aqui

porque é o jeito mesmo. Mas, se fosse para mim ir embora, eu ia embora”

A precariedade habitacional incomoda. Os terrenos são pequenos e os desentendimentos entre vizinhos, costumam ser freqüentes, como por exemplo, quando um morador colocou um cano de esgoto para escoar no terreno do outro. Após várias discussões, foi dado o ultimato pelo vizinho que se sentiu lesado: “se não mudar o lugar do cano, vou à polícia. E se a Polícia não resolver, vou cortar com facão”.

- “O cano?” pergunta a (entrevistadora):
- “Não, o cara!” (responde o vizinho).

Este é um exemplo de como um conflito pequeno, por falta de instâncias de orientação e mediação, pode resultar em violência grave, eventualmente fatal. Existem inúmeros conflitos que são considerados insignificantes, mas que, dentro do contexto de exasperação e incerteza em que se vive, podem ter sérias conseqüências. A afirmação “Quem mora em barraco não mora, se esconde” revela o fastio em relação à moradia na favela. Se, por um lado, possibilita sair do jugo do aluguel, por outro, cria insegurança devido à ameaça de despejo, o que, por sua vez, desestimula o investimento na melhoria das casas. Os moradores sentem o peso da diferenciação social e sofrem calados o preconceito.

Ao mesmo tempo, a Lei nos diz que:

“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” Constituição Brasileira, Artigo 182

Como vimos, essa garantia de bem-estar deixa a desejar para grande parte dos habitantes urbanos.

A questão habitacional tem mais uma faceta: a importância de ser proprietário, em oposição ao morador da favela. Ser proprietário significa conquistar a cidadania, pertencer à cidade e à sociedade, sair do mundo da ilegalidade, da exclusão e da estigmatização. Em São Paulo e em muitas cidades do Brasil e do mundo, os trabalhadores são afastados do centro, que se toma o local de moradia e negócio das elites. São empurrados para as periferias por não terem dinheiro suficiente para os locais mais bem equipados do ponto de vista da infra-estrutura urbana. Os moradores terminam sendo vítimas de preconceito, como se gostassem de viver naquelas condições, como se não desejassem um lugar mais digno e seguro para morar. Resta-lhes esconder seu endereço, a fim de não enfrentar a violência que significa a discriminação por morar na favela. Além da falta de infra-estrutura material e da violência física, essas pessoas suportam o desprezo associado a locais amplamente percebidos como profusos em crimes e marginalidade. Sentir esta violência cotidiana da discriminação e, ao mesmo tempo, manter um estado de ânimo positivo e confiante, inclusive em relação ao Estado, que não propicia o bem-estar geral anunciado na Lei, parece uma tarefa quase impossível.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: Fazer um exercício que permita recuperar as visões que todos nós temos da cidade “ideal”. Discutir que esta cidade é possível.

Tendo em mente estas informações sobre a violência que aflige as pessoas que moram em cidades grandes, como seria uma cidade ideal, uma cidade dos sonhos?

Construa esta cidade (pode ser apenas citando o que ela teria ou desenhando em papel ou areia ou, quem sabe, montando-a em 3 dimensões).

Noção de crime e criminalidade na periferia

Agora sim, vamos tratar da violência que os meios de comunicação costumam focalizar – crimes e criminalidade. A ênfase é dada na ótica dos moradores da periferia para entendermos um pouco sobre a lógica que nesta área rege. Observa-se como os braços do Estado – Polícia e instituições judiciais – estão presentes de forma totalmente insuficiente o que muitas vezes faz com, que o moradores encaminhem, eles mesmos, diversas situações que seriam da responsabilidade exclusiva do Estado.

Já vimos uma forma de violência que vitimiza a população da periferia, mas que, pode-se dizer, é “muda”, pouco reconhecida como violência. São situações que parecem “naturalizadas” e não mobilizam a opinião pública.

Entretanto, há outra violência que está na boca de todos, que aparece nos jornais, rádios e televisões e que nos espanta. A seguir, trataremos da violência comunicada – a que é visível para todos e que torna a Zona Sul de São Paulo conhecida. Discutiremos a violência da criminalidade, entendida como as ações contrárias às leis estabelecidas no Código Penal e que devem provocar a intervenção de algum órgão público.

O crime pode ser um ato isolado, mas, ao infringir a lei, esse ato torna-se público e, assim, objeto de uma ação penal pública. Através deste ato, toda uma sociedade foi ofendida com suas regras e normas e, dessa forma, tal ato deve ser punido. Essa “sociedade ofendida” passa a exigir dos órgãos da Justiça (Judiciário) normas e formas punitivas para reprimir o agressor.

Os piores crimes, a justiça e a lógica da vingança

A ocorrência de homicídios tem sido constante na Zona Sul da capital paulista (assim como em outras periferias mais desamparadas) e seus números absolutos são crescentes, ao longo da última década. Querendo que estes crimes sejam punidos, a população reivindica penas no sentido da lei de Talião. Como no Antigo Testamento – *se houver dano grave, então darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe* –, reivindica-se um tratamento igual para o autor de homicídio.

A população dos bairros em questão considera matar e estuprar os piores tipos de crimes. São crimes a vida e contra a pessoa. Verifica-se, desta forma, que há consenso sobre o valor da vida humana e da integridade física da pessoa. As estatísticas, entretanto, mostram que há mais punições para os crimes contra o patrimônio – como o roubo – que são mais severamente punidos pelo sistema de justiça. Os mais pobres, que são os mais afetados por crimes contra a vida, são os menos contemplados pela justiça (Ver Módulo I).

Muitas vezes nestas comunidades, que não confiam na polícia nem nos tribunais, aparecem grupos ou indivíduos matadores, “justiceiros” que promovem a lei de Talião, com sua seqüela infundável de vinganças. Esta mesma população tem que conviver com estas atuações, sentindo-se impotentes.

“Ai meu Deus, o que tem que fazer? O certo realmente (seria) você ir numa delegacia e prestar uma queixa. Mas, você entende? Se eu estou vivendo num bairro como esse, como é que eu vou resolver isso, se eu moro naquele local? Eu vou denunciar aquela pessoa? Não tem jeito. Sabe? Eu morro num piscar de olhos, né?” (após vários suspiros).

A dinâmica da violência como resposta a violências e gerando mais violência não distingue “inocentes e culpados”, “trabalhadores e bandidos”, criando um ambiente de terror.

Em alguns casos, estas comunidades sem apoio e com medo terminam tolerando as ações dos matadores, que alegam “livrar” a comunidade das pessoas que a atormentam.

Por vezes, aparece publicamente um certo perfil de homem que exhibe a arma e que se impõe pelo medo.

“A gente tinha que ficar calado, porque você tem filhos, você tem responsabilidades, trabalha. Você não quer se envolver com as pessoas. Então, você, aqui em cidade grande, pra cada um viver sua vida, tem que viver cada um na sua casa e ninguém se meter na vida do outro”.

Quando a ameaça fica insuportável, algum outro portador de arma encarrega-se de dar fim ao primeiro. Dificilmente a polícia é acionada. Os moradores, silenciosos e tacitamente, tornam-se cúmplices destas soluções, sem conseguir encontrar alternativas para a resolução das questões e nem sequer questionar este círculo vicioso da violência fatal.

Em diversos bairros periféricos, fecha-se assim um ciclo de comportamento criminoso que produz, para os “de fora”, estatísticas estarrecedoras e, para “os de dentro”, um modo de vida no qual cada um tenta (sobre)viver da melhor forma possível. Muitas vezes o Estado mantém-se alheio, praticamente ausente.

A segurança

O artigo 144 da Constituição Brasileira diz:

“A segurança pública, o dever do Estado, o direito e a responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícia civil;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares”.

Embora a lei defina a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida através dos órgãos policiais, cabe questionar qual a função da polícia e qual a sua relação com a população destes bairros.

A avaliação sobre a polícia não é unânime: por um lado, é vista como corrupta, violenta e que, de forma mal educada, agride verbal e fisicamente, sendo, assim, “um mal necessário, mas não a solução” e, por outro, há a consciência de que não existe outra instituição que poderia suprir o que a polícia muitas vezes faz e realmente deve fazer. Além disso, muitas vezes os policiais prestam serviços importantes, que não lhes competem por ofício, como, por exemplo, em caso de emergência, levam um necessitado para o hospital. Esses profissionais, muitas vezes, são o único recurso, a única presença do Estado no bairro.

A necessidade de segurança faz com que a população reivindique seu melhor funcionamento. Porém, a necessidade de sobreviver e lidar com a violência é cotidiana, e as medidas de transformação e melhoria da polícia e das condições sociais muitas vezes são lentas. Quem pode dar conta, sozinho e isolado, de uma situação como esta? Como agir?

Para conseguir conviver com esta outra violência, a criminal, os moradores acabam acumulando um saber prático que indica a atitude adequada a cada situação. Opta-se, então, entre as respostas possíveis e acessíveis para se livrar de situações embaraçosas, pelo recurso do silêncio, da negociação ou do suborno; o da arma de fogo ou das instituições do Estado.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: compartilhar os temores e as dúvidas do grupo acerca do tema. Verificar o que poderia ser feito.

Hoje, no lugar onde você mora, você sente medo de algo?

O que daria para fazer?

A cidadania como resposta possível

Agora vamos ver como a sociedade civil organizada contribui para superar este quadro violento. Trata-se de uma amostra que ressalta a possibilidade de mudanças, através da participação de entidades em rede, no sentido de permitir o fluxo de energia, informações, idéias e iniciativas que “dão certo”. Ao mesmo tempo, essas entidades também configuram um espaço popular de aprendizagem para ações em conjunto.

Até aqui, vimos como uma parcela de moradores da Zona Sul sente e reage à violência à qual são expostos. Contudo, nestes mesmos bairros, existe também a organização da sociedade civil como uma resposta alternativa. *É o Fórum em Defesa da Vida contra a Violência.*

A partir da década de 80, apesar do fim da ditadura militar, a violência não parou de crescer na cidade de São Paulo. Na Zona Sul, são três os setores que se sentem convocados a reagir de alguma forma: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os Movimentos Sociais e o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP).

No início dos anos 90, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o CDHEP realizou uma pesquisa sobre os assassinatos na Zona Sul. Naquele período, foram promovidos vários seminários sobre violência e acesso à justiça, embora a participação dos moradores ainda fosse tímida. Falar da violência, refletir sobre suas causas e tentar encontrar soluções eram temas de pouco interesse e provocavam forte mal-estar. Todavia, aos poucos, o movimento foi ganhando visibilidade e consistência.

Em 2 de novembro de 1996, os três setores mencionados anteriormente, organizaram conjuntamente a *1ª Caminhada pela Vida e pela Paz*. O intuito era ampliar o sentido da manifestação religiosa-popular, própria daquele dia, chamar atenção e denunciar o descaso dos órgãos públicos em relação à região, quando considerados os indicadores sociais. A caminhada saía de três pontos centrais e culminava com uma celebração no cemitério municipal do Jardim São Luiz, local onde, anualmente, são enterrados centenas de jovens, vítimas da violência na Zona Sul.

Após a primeira caminhada, as entidades organizadoras concluíram que era necessária e possível uma organização permanente. Foi se constituindo o *Fórum em Defesa da Vida contra a Violência*, aberto a todos os que quisessem participar da luta pela superação da violência: entidades, igrejas, escolas e pessoas físicas.

A caminhada foi um sucesso e, desde então, se repete a cada ano, dando visibilidade ao grupo que leva adiante a discussão sobre a violência e mostra quanto a questão é mobilizadora. Aos participantes, muitos deles vítimas de alguma forma de violência, a caminhada propicia energia solidária, no sentido de caminharem juntos. Revela-lhes que os assassinatos não são fatalidades privadas, mas sim questões públicas, que exigem políticas públicas como resposta. Também é um ato importante em termos de intervenção urbana: milhares de pessoas de uma região caminham, cantam e gritam, demonstrando a vontade de inverter este quadro e chamar o poder público à responsabilidade.

Nesta mesma região, nos últimos três anos, também é realizada a *Caminhada pela Paz*, em 1º de novembro. As entidades que trabalham com crianças e adolescentes, creches, centros de juventude e escolas juntam-se tendo por meta uma sensibilização que visa a educação para a vida. É emblemático o fato de se dirigirem ao parque público da região, última resistência à invasão do concreto. Com bandeirinhas, cantos, banda escolar e apresentações artísticas, as pessoas tentam cultivar o valor de que a vida tem que ser defendida.

O Fórum é uma rede de organizações que se uniram de forma espontânea, por afinidade com as prioridades que aos poucos foram sendo estabelecidas: Segurança Pública, luta pelo acesso à Justiça, educação para a cidadania, ampliação da assistência social e cultura, esporte e lazer.

Foram organizados vários encontros com os representantes de diversos poderes públicos. A questão da Segurança Pública sempre foi contemplada com atenção, objetivando aproximação entre polícia e população e redução dos crimes. A partir de pressões do Fórum, a Secretaria de Segurança Pública instalou duas Bases Comunitárias. Os moradores consideram-nas como melhorias para o bairro, embora os crimes na região não tenham diminuído.

Quanto à questão do acesso à Justiça, o Fórum criou um Tribunal Popular, com a finalidade de chamar as instâncias públicas à responsabilidade. Estas responderam com um pedido de negociação. Contudo, não havendo acordo, o Fórum apresentará ações civis públicas, considerando questões referentes a educação, saúde, segurança, esporte e cultura.

No campo da educação, o Fórum organizou um grande seminário – *Educar para a Vida* –, com a participação de diretores e professores, tanto da rede municipal quanto da estadual. Além de constituir um espaço de troca de experiências, o seminário favoreceu a abertura de diversas escolas nos finais de semana, para a população utilizar seus espaços recreativos.

Com uma maior diversificação das entidades participantes, a pauta das reuniões mensais do Fórum foi se estendendo cada vez mais. Devido à importância das questões, foram criados os Fóruns da Educação e da Assistência Social.

O Fórum pretende ser um interlocutor do poder público, ampliando sua representatividade junto aos centros de decisão. Necessita melhorar sua comunicação com a região e com a cidade, captar recursos humanos e financeiros, atender a convites para ajudar na artic-

ulação, incentivo e criação de outros fóruns na Região Metropolitana de São Paulo são alguns dos desafios desta movimentação para a superação da violência.

Resta lembrar que o Fórum não é uma entidade jurídica. Algumas entidades ou pessoas constituem seu núcleo de coordenação, que garantem a sua representação na cidade, a organização das atividades, contatos com instituições, entidades e meios de comunicação.

Os participantes, na sua maioria funcionários das entidades que representam, assumem os serviços do Fórum de forma voluntária. É esta a incrível força do Fórum. Ao mesmo tempo, abriga parte de sua limitação: os recursos são difíceis e escassos e através das iniciativas do Fórum, atribuem-se tarefas adicionais para as mesmas pessoas, muitas vezes fora de seu alcance habitual. Torna-se urgente a parceria com especialistas para a realização de determinadas atividades e para ajudar o Fórum e seu potencial, através de conquistas substanciais, tanto em qualidade quanto em quantidade.

A proposta do Fórum é supra-partidária, ecumênica e democrática. Enquanto rede de entidades, configura o difícil e constante desafio de estabelecer um espaço onde todos tenham voz, podendo discutir, propor e escolher livremente, segundo sua própria razão e sensibilidade. Talvez o Fórum deixe a desejar em cada uma destas atribuições, mas, sem dúvida, representa um espaço popular de aprendizagem para ações em conjunto, visando a superação da violência, por meio da realização de direitos garantidos na lei, também para a população da periferia.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: construindo a cultura da paz.

A proposta é construir a cultura da paz. Isto significa que ela ainda não existe, pelo menos não a contento. Cada um poderia refletir por alguns minutos, de olhos fechados, tentando identificar onde há violência ou como a sente.

Partilhe com seu vizinho onde identificou alguma violência. A dupla põe-se de acordo para resumir a partilha em algumas palavras. A seguir, as duplas colocam as diversas situações. O(a) coordenador(a) escreve cada situação identificada em uma cartela, resumindo-a (não passar de quatro linhas por cartela. Importante: cada cartela pode ter apenas uma situação).

Quem pode resolver esta situação de violência? O(a) coordenador(a) divide o quadro negro em três colunas com os títulos: governo estadual, governo municipal, sociedade civil. Pegue cada cartela e, dialogando com o grupo, identifique a coluna responsável para cada situação específica.

O que fazer, uma vez que os responsáveis para cada atribuição foram identificados? Comunicar aos governos que os identificamos como os responsáveis por uma situação que gera violência. Como fazer a mensagem chegar? Quanto à sociedade civil, há alguma situação que diz respeito ao nosso grupo? Identificar estas situações. Estabelecer as mais urgentes. Qual vamos solucionar? O grupo tem que combinar a realização de pelo menos uma tarefa como produto final desta atividade.

Elaboração e apresentação do plano de ação: o que fazemos, quando, quem é o responsável da ação, quais os recursos necessários para a sua realização.

VIOLÊNCIA NO (DO) CAMPO

Objetivo do módulo: este texto apresenta reflexões sobre a violência no(do) campo que enfocam o problema tanto pelo lado mais conhecido, dos conflitos pela terra, quanto pelo aspecto menos óbvio: a relação predatória dos seres humanos com o seu meio ambiente. O objetivo principal é expor uma situação dramática e seus desdobramentos, de modo a evidenciar que a violência no(do) campo ocorre porque há uma situação de injustiça e de profunda desigualdade na distribuição de terras no Brasil, que não é aceita pacificamente.

O texto está dividido em três partes: na primeira, problematiza a violência no campo e seus múltiplos aspectos; na segunda, apresentam-se o tamanho da violência nos conflitos pela terra e a importância dos mediadores na luta por justiça; e, na terceira, descreve-se a lógica dos conflitos agrários e apontam-se soluções positivas.

Há violência no campo? As dimensões da violência no campo

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: começar a problematização da violência no campo.

Refletir com o grupo as seguintes perguntas:

- há algo em comum entre desmatamento, seca, queimadas, migrações, trabalho escravo, exploração do trabalho infantil e ocupações de terras? As ocupações de terra são violentas ou são respostas a violências anteriores, antigas, estruturais? A queimada, o trabalho escravo e a fome são violências?
- por que no “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza” há paisagens que se parecem com as de países em guerra, tal como vemos na televisão, com terras devastadas e pessoas com fome e sem esperança?

Discuta com o grupo e anote as conclusões.

Analisando algumas dimensões da violência

Desmatar

O que é o “desmatamento”? Isto é uma violência?

O desmatamento é uma prática muito antiga de nossa cultura. A palavra “cultura” é de origem latina e quer dizer “cultivar” a terra.

A “cultura” é a relação de transformação entre o homem e o meio ambiente. Para plantar é preciso desmatar e, assim, cria-se um outro meio ambiente. Ao transformarmos o meio, não somos mais os mesmos de antes, pois passamos a viver em novas condições. Isto não quer dizer que precisamos todos trabalhar a terra para ter cultura, mas que somos seres culturais porque interagimos com o nosso entorno, seja ele social ou natural.

Percebemos que a relação do homem com o seu meio ambiente pode ser de equilíbrio ou de desequilíbrio, de preservação ou de extermínio, de extração com re-plantio ou de desmatamento.

Do total de florestas existentes desde 1500, restam, atualmente, 20%.

A língua portuguesa possui a palavra “mata” para designar a floresta. No entanto, a origem deste termo está no verbo “matar”. Assim, o português chegou nestas terras de florestas tropicais dando uma ordem de extermínio: mata.

Esse mesmo comportamento manifesta-se atualmente quando uma “mata virgem” é vista como empecilho para o desenvolvimento econômico de uma região. Na segunda metade do século XX, a floresta subtropical do vale do Uruguai, no sul do país, foi quase totalmente devastada para o plantio de soja para exportação. A região amazônica tem sofrido queimadas constantes ao longo dos últimos 30 anos, a maior parte delas para a instalação de fazendas de pecuária.

Para proporcionar vida ao agricultor, mata-se parte da floresta. É uma manifestação da relação homem-meio: acaba-se com árvores para dar lugar aos alimentos, o meio é modificado e a vida se reproduz. O problema que temos é de método.

Para fazer um novo roçado, é comum a queimada, que destrói também parte dos

nutrientes do solo. Há, entretanto, outros métodos de “limpar” a área. A monocultura empobrece o solo, enquanto o método de plantio consorciado (o exemplo mais comum é o milho e o feijão plantados juntos) reequilibra os nutrientes.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: aprofundar a dimensão violenta da relação homem e natureza.

O desmatamento é uma violência? Por quê?

Vejamos o que diz a legislação ambiental. A Lei de crimes ambientais, regulamentada pelo decreto 3.179, de setembro de 1999, tipifica 68 infrações ao meio ambiente, entre elas o incêndio provocado. Quem destruir, cortar ou danificar florestas consideradas de preservação pagará uma multa por hectare destruído.

Procure recuperar a história de sua localidade em relação ao desmatamento: quais são as conseqüências desta prática na sua localidade? Quais os grupos organizados preocupados com esta questão e como agem? Há alternativas para a prática do desmatamento? Como limpar um terreno para fazer um roçado sem o fogo? Qual é o trabalho maior que isto envolve? Quais seriam os benefícios?

Seca

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: mostrar como a relação violenta entre homem e natureza também passa pela relação violenta entre homem e homem.



Foto de Sebastião Salgado (1997, p. 21).

Como vocês descrevem este rosto?

É possível pensar na terra seca e no rosto “seco”?

Leia os textos abaixo e reflita sobre a pergunta apresentada a seguir.

“No sopé da serra do Araripe (no município de Crato – CE, que sofre com a seca), há 96 nascentes de água. ‘O problema é que a água aqui tem dono. Há 15 anos, um antigo prefeito privatizou as nascentes, que agora só servem para irrigar capim e cana e para lazer dos fazendeiros’” (explica o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato). (Folha de S. Paulo, 25/ 05/2001, p. A-10.)

“As 28 maiores represas do Nordeste têm capacidade de captação de quase 13 milhões de metros cúbicos de água, mas apenas 30% deste total é usado para irrigação e abastecimento”. A barragem de Armando Ribeiro (RN) é quase igual à baía de Guanabara em tamanho, abrange mil municípios, dos quais 70% sofrem com a seca, mas é só usada para lazer”. (CPT, 1999: 18).

A seca é um “mal natural”, uma fatalidade?

A primeira notícia apresentada acompanha uma reportagem sobre a criação, pelo governo federal, em maio de 2001, do “ministério da seca”, uma comissão de combate à seca no Nordeste, coordenada pelo ministro do desenvolvimento agrário. Essa comissão recebeu inicialmente 9 milhões de reais para providenciar carros-pipa para as regiões mais afetadas e distribuir 100 mil cestas básicas. Será que a convivência com a seca é um castigo divino, um mal ao qual temos de nos render?

Uma grande parte da região Nordeste do Brasil é caracterizada pela seca. Porém, como vimos, a questão da seca não é só um “problema da natureza”, “um desastre natural”, mas também um desastre social. Está ainda relacionada com a forma como a propriedade da terra se apresenta e com as práticas que degradam a terra e modificam o clima da região, como aquelas provocadas pelo desmatamento das áreas próximas dos rios, o que leva ao seu assoreamento.

Também em relação à seca no Brasil, espelham-se as desigualdades sociais profundas. Foi uma elite nordestina que se beneficiou da mão-de-obra barata do sertanejo e de financiamentos públicos para construção de açudes em suas terras, enquanto este benefício pouco chegava aos pequenos agricultores e trabalhadores das regiões.

Migrações: uma longa história do movimento das pessoas pelo Brasil em busca de uma vida digna

Entre 1890 e 1910, milhares de agricultores deixaram o Nordeste em direção à Amazônia para trabalhar na extração de borracha.

Milhares de lavradores nordestinos foram expulsos de onde moravam: saíram do sertão por causa da seca e da Zona da Mata porque perderam suas áreas de trabalho para a monocultura canavieira e migraram para as chamadas fronteiras agrícolas – Maranhão e Pará, inicialmente, e depois Amazonas. Em fins do século XIX, esses lavradores ocuparam as áreas “livres” daquela região. Para tomarem posse das terras, expulsaram os indígenas. Os posseiros, para viverem no limite da floresta amazônica, “limparam” o terreno, tanto da mata quanto dos indígenas.

A corrente migratória do Nordeste para o Norte, desde o final o século XIX, em busca de terras sem a ameaça da seca e fugindo dos conflitos com os proprietários que se aposavam violentamente das terras para explorar novas culturas mais rentáveis, formou as “frentes pioneiras”. Para muitos desses migrantes havia e esperança de encontrar as “bandeiras verdes”: as matas das terras livres, além do rio Araguaia, onde deveriam ficar e resistir às futuras expulsões.

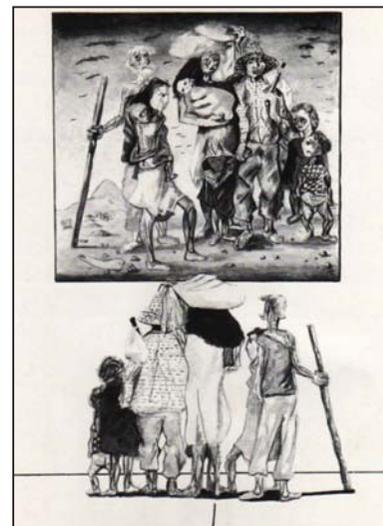
Ao longo do século XX, ocorreram fluxos migratórios do Nordeste para o Sudeste e do Sul para a região Amazônica.

Será que a “emigração” é um comportamento característico do “homem do campo” brasileiro? Será ele um inquieto, que deseja sempre um novo lugar, novas oportunidades? Será a emigração a expulsão de um lugar que se tornou inviável para sobreviver?

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: compreender e refletir sobre os motivos da migração no Brasil.

Com base na charge, reflita sobre a migração no país.



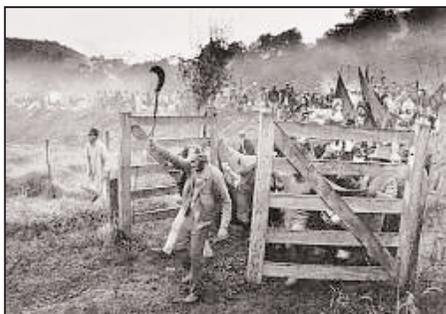
João Gomes Martin
Campinas - SP

Por que uma parcela significativa da população do campo é obrigada a migrar?

Muitas pessoas emigraram daí onde você mora? Por que partiram? Os que se foram mantêm vínculos com o lugar? Você acha que desejam voltar?

Sugestão: leia o **Módulo II: a violência na (da) cidade**, que descreve a vida dos imigrantes e seus filhos na grande cidade, lutando por uma vida digna.

Luta pela terra



[Foto 136 de Sebastião Salgado]

A população do campo, como vemos, tem que migrar por causa do desmatamento, da seca e, principalmente, do regime de propriedade da terra. A idéia que orienta os proprietários dos grandes estabelecimentos rurais é crescer sobre as áreas onde ficam os sítios de posseiros. A posse é garantida por lei, mas o título de propriedade acaba prevalecendo.

A Constituição Federal, no artigo 191, garante que aquele que possuir por cinco anos ininterruptos uma área de terra, não superior a 50 hectares, tornada produtiva mediante trabalho, pode adquirir a propriedade – por usucapião.

Na falta de opção, o trabalhador sem terra parte para ocupar terras distantes, ou se submete a condições subumanas de trabalho, ou vincula-se ao garimpo, ou invade territórios indígenas. Na luta pela terra, a regra geral é a violência como forma de resolver os conflitos.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: refletir sobre o drama da expulsão da terra e da luta pela terra.

Leia, com o grupo, os dois textos apresentados a seguir.

Um caso de luta pela permanência na terra: a resistência dos moradores
Daqui ninguém sai, daqui ninguém me tira!

Há o caso de antigos moradores da zona da mata sul paraibana que vivem em sítios há várias gerações e que, com o incentivo federal para a produção de álcool na década de 70 e com o crescimento turístico da região, foram ameaça-

dos de expulsão pelo fazendeiro. Este dizia que iria colocar gado onde viviam os moradores e os ameaçava através de capangas. Os moradores da fazenda conseguiram resistir às ameaças do proprietário, pois estavam organizados numa associação de moradores. Com o apoio de militantes da Igreja católica e de assessoria jurídica, conseguiram a desapropriação da fazenda. Mesmo assim, capangas do proprietário, que ameaçavam os moradores, acabaram matando dois lavradores (Zé de Lela, dezembro de 1988, e D. Bila, em março de 1989) e ferindo outros; os capangas não poderiam deixar os moradores impunes em sua conquista.

Outro caso de luta e resistência

Provavelmente o caso mundialmente mais divulgado de violência no campo foi o assassinato do seringueiro e presidente do Sindicato dos Seringueiros de Xapuri (AC), Chico Mendes, em dezembro de 1988, morto no quintal de sua casa. Dois anos depois, dois fazendeiros, pai e filho, foram condenados por mando e execução do homicídio.

A luta de Mendes ficou conhecida internacionalmente por causa de seu caráter ambientalista: defesa da floresta Amazônica contra queimadas e desmatamentos para criação de gado.

Os seringueiros vivem da extração do látex da seringueira de forma não destrutiva da floresta. A luta de Mendes teve o antecedente de Wilson Pinheiro, que também foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e teve sucesso no bloqueio da derrubada da floresta por parte de fazendeiros pecuaristas. Wilson Pinheiro foi assassinado na sede do sindicato, a mando de fazendeiros, em julho de 1980.

Apesar de sua morte, a luta de Chico Mendes e dos demais seringueiros finalmente obteve sucesso, com a criação, em março de 1990, de uma reserva extrativista de 970.570 hectares, que deve ser usada somente por seringueiros e por outros que vivem da extração não predatória da floresta.

Trabalho escravo

Na falta de terra própria, trabalhando em condições precárias e convivendo com a seca, muitos trabalhadores rurais são vítimas de fazendeiros que os escravizam. Seus direitos de cidadãos trabalhadores são violados.

Os direitos dos trabalhadores rurais são recentes, assim como sua organização sindical, que data de 1960. O trabalhador rural, só em 1963, passou a ter um Estatuto próprio, que lhe garante salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e décimo terceiro. Neste mesmo ano foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), uma entidade nacional para defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Somente em 1965 os sindicatos dos trabalhadores rurais (mais conhecidos como STR) foram oficialmente legalizados, apesar de já existirem na prática. Entre 1970 e 1980, nos Estados onde havia STRs combativos, surgiram Federações dos Trabalhadores na Agricultura – entidades estaduais que reuniam os sindicatos – também combativos.

Porém, nem sempre os direitos trabalhistas são respeitados no meio rural. Muitos donos de estabelecimentos agrícolas não pagam o salário mínimo do trabalhador rural. Por vezes pagam quantias irrisórias, de valores quase inexistentes, e obrigam os trabalhadores a consumir mercadorias no armazém da propriedade, fazendo com que os mesmos contraiam dívidas impagáveis.

Tabela 1 – Número de Pessoas em trabalho escravo						Brasil, 1992 – 2001				
Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
No. de pessoas	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	36.7334	5.232	53.906	2.354
Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
No. de pessoas	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	36.7334	5.232	53.906	2.354

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Apesar de apresentarem grandes oscilações, os números de pessoas envolvidas em trabalho escravo revelam a constância dessa prática no país. Fica difícil falarmos em aumento ou diminuição desses números, pois eles são pouco precisos. A contagem de trabalhadores escravizados geralmente ocorre quando alguns deles conseguem fugir da vigilância e denunciam o ocorrido. Logo, a variação dos números deve-se mais ao aumento, ou não, de denúncias do que a uma efetiva comprovação da quantidade de casos. Enfim, há milhares de trabalhadores escravizados a cada ano.

O código penal, artigo 149, estabelece como crime reduzir alguém à condição análoga à de escravo. Pena de reclusão de 2 a 8 anos.

Um personagem importante no aliciamento do trabalhador transformado em escravo é o “gato”, um empreiteiro de fazendeiro. Quando as pessoas se perguntam como é que muitos trabalhadores rurais caem na cilada da escravidão, parte da resposta está neste personagem. O “gato” seduz as pessoas através de promessas e atrativos falsos, como boas condições de trabalho e bons salários e aproveita-se das pessoas que estão em condição de miséria ou sem trabalho. As pessoas, geralmente, recebem algum dinheiro adiantado, mas vão contraindo dívidas com o “gato”, que contabiliza o transporte até a fazenda, bem como tudo que elas consomem. Aliás, muitos dos escravizados só têm o armazém da fazenda para comprar alimentos e mantimentos, onde contraem dívidas cada vez maiores. Para evitar fugas, os trabalhadores escravizados são vigiados por jagunços; quando tentam fugir, são ameaçados, espancados ou mortos.

As rotas mais comuns dos escravizados eram: saindo de Minas Gerais (principalmente da região miserável do Vale do Jequitinhonha) para trabalhar no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul ou Espírito Santo; do Maranhão para o Pará; do Mato Grosso para Rondônia; e do Paraná para as carvoarias do Mato Grosso do Sul.

Um exemplo de escravidão ocorreu na Usina Álcool do Pantanal Ltda, em Poconé (MT): 500 trabalhadores, inclusive garotos em torno de 14 anos, foram submetidos a terríveis condições de trabalho, alojamento e alimentação. Queixavam-se da jornada excessiva de trabalho e de só poderem sair do local no dia de pagamento. Um deles disse que eles eram vigiados o tempo todo por guardas e “gatos” armados de porrete.

A exploração do trabalho das crianças

Junto ao trabalho escravo, geralmente ocorre a exploração do trabalho infantil. Um exemplo é a estação ecológica de Itapeva (SP), administrada pelo governo estadual, onde crianças de 10 e 11 anos trabalham na coleta de resina de pinus. Outro exemplo são os canavieiros em Pernambuco, onde os pais, para garantir o sustento da família, precisam que suas crianças também trabalhem.

Em 1994, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), de Minas Gerais, em conjunto com

a Federação dos Trabalhadores na Agricultura daquele Estado, investigou mais de cem estabelecimentos rurais e multou alguns deles por condições precárias de trabalho. Grandes empresas siderúrgicas foram autuadas por exploração de trabalho infantil, pois compravam carvão produzido com mão-de-obra de crianças.

A Constituição federal, artigo 7o, inciso 33, proíbe o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos menores de 18 anos e qualquer tipo de trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendizes e com possibilidade de estudar.

Percebe-se o quanto é complicada a questão do trabalho infantil no meio rural. A lei proíbe os trabalhos infantil e escravo, mas há pouca fiscalização. Além disso, as famílias de agricultores necessitam da ajuda das crianças. Não basta proibir o trabalho infantil, é preciso apresentar alternativas econômicas para o lavrador pobre.

Construindo alternativas

Uma alternativa é as famílias de agricultores pobres, que possuem crianças em idade escolar, receberem uma verba do governo ou de uma entidade não-governamental para manter os filhos na escola sem precisar trabalhar na lavoura. Outra é da Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), que, empenhada em acabar com o trabalho infantil, criou o selo “empresa amiga da criança” para os grupos que não exploram o trabalho infantil. Além destas alternativas, cabe ao governo fiscalizar e reprimir o trabalho escravo e o infantil.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: focalizar os direitos das crianças no campo

Onde você mora, os direitos das crianças são respeitados?

Há projetos para amparar as crianças trabalhadoras? O conselho tutelar fiscaliza?

Demarcação de territórios indígenas

É comum, principalmente na região Norte do país, empresas madeireiras e garimpos invadirem áreas das populações indígenas, que estão em lua pela demarcação do território, pelo governo federal, para evitar invasão, ou caso já estejam demarcadas, reivindicam policiamento contra os grupos invasores. Após a Constituição de 1988, foram feitas demarcações de territórios. Um decreto presidencial (nº. 1.775) de 1996, entretanto, estabeleceu que quem se sentir lesado pela demarcação poder pedir revisão do processo, o que gerou insegurança e conflitos em várias regiões.

Importantes experiências mostram que não há contradição entre preservação, demarcação de terras indígenas, proteção às culturas originárias brasileiras e desenvolvimento. Esta é uma mudança profunda de mentalidade protagonizada por populações locais, organizações governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiras.

Alternativas de produção e justiça social nos territórios indígenas

No Acre, os índios iauanaú, com uma população de cerca de 500 pessoas morando numa reserva, conseguiram reverter o processo de emigração pelo

qual passavam, ao venderem urucum para a empresa norte-americana de cosméticos Aveda. Esta empresa utiliza o urucum para produzir batons, xampus e condicionadores de cabelos. Ela fez um contrato com os indígenas, segundo o qual respeita as tradições indígenas e o modo de produção coletiva do urucum. Os iauanauá acreditam que o auto-sustento econômico é o caminho para a preservação de suas tradições e costumes. Os índios iauanauá serviam como mão-de-obra escrava em seringais da região na década de 70. Em 1984, conseguiram expulsar os ocupantes brancos e obter a demarcação do território, sendo os pioneiros do Acre a terem uma área reservada. Outro exemplo é o de exportação de mangas orgânicas pelos índios terena, do Mato Grosso, para os alemães.

Conflitos sociais agrários violentos

São várias as dimensões da violência no campo: a violência ambiental, que destrói sistematicamente as florestas, ou explora a mão-de-obra dos sertanejos durante as secas; a violência da expulsão e da migração forçada; o trabalho escravo; a falta de terras; e, como será destacada adiante, uma violência altamente fatal, que é política.

Há uma violência específica que ocorre no campo na forma de assassinatos, lesões corporais, ameaças de morte, expulsões, torturas e escravização de lavradores por fazendeiros.

A violência física de fazendeiros contra posseiros é a mais evidente, pela sua maior frequência nos noticiários dos jornais.

No entanto, há uma variedade de combinações possíveis. Os conflitos de interesses e as situações que envolvem as lutas pela terra são distintos, mas a violência física é um fato comum a todos eles. O recurso à violência física é recorrente. Os índios reivindicam do governo federal a demarcação de território e brigam contra a invasão de garimpeiros ou de posseiros. Em confrontos entre índios e posseiros ou garimpeiros, na região Norte e Centro-Oeste, ocorrem mortes dos dois lados. Os posseiros querem terra para trabalhar e, por isso, partem em busca de áreas "livres", sem dono, atacando os índios ou sendo atacados por eles. As terras "livres", muitas vezes, têm um dono que forjou um título de propriedade e expulsa o posseiro. Há fazendeiros que, através de capatazes, contratam trabalhadores rurais e os deixam em condição semelhante à do escravo, pagando salários irrisórios e impedindo-os de sair, por meio de ameaças.

Há poucos esforços de mediação institucional que possam garantir a resolução de conflito, através do cumprimento de leis, acordos e contratos.

A violência no campo como uma violência política

A violência no campo é uma questão política porque diz respeito à concentração da propriedade de terras e à estrutura de poder decorrente desta configuração agrária.

Alguns estudiosos do assunto tratam essa violência em sua dimensão política, considerando que, em muitos casos, é uma reação dos proprietários (fazendeiros) à organização dos lavradores com o objetivo de desestruturar estas organizações e de defender a permanência do poder local.

Muitos proprietários de terras armaram-se com milícias privadas (pistoleiros, jagunços, capangas, capatazes) em resposta à organização dos lavradores e trabalhadores rurais em

sindicatos, federações, confederações, etc.

É importante ressaltar o caráter da reação dos fazendeiros: é pelo fato de os lavradores e trabalhadores rurais rejeitarem a violação de seus direitos (à posse e ao trabalho) e se organizarem, que eles são ameaçados e, muitas vezes, mortos a mando de fazendeiros.

A violência no campo deve-se ao fato de os lavradores não se submeterem mais à dominação exercida pelos fazendeiros e por outros "donos" do poder local. Assim, a violência física aparece como outra forma de opressão, como expressão de "perda de poder" do fazendeiro, que não quer reconhecer o trabalhador rural como alguém de direitos. Pode ser compreendida também como a reação de setores tradicionais ao cumprimento dos direitos constitucionais; de setores atrasados, que sempre consideraram o trabalhador sua propriedade e não um cidadão, sujeito de direitos à terra, ao trabalho.

A violência no campo é medida em números

Tabela 2 – Assassinatos no Campo ⁵													Brasil, 1985-2001				
Ano	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01
Nº. de pessoas	139	122	133	102	65	79	54	46	52	47	41	54	30	47	27	21	30
Ano	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01
Nº. de pessoas	139	122	133	102	65	79	54	46	52	47	41	54	30	47	27	21	30

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

⁵ No "site" da CPT (Comissão Pastoral da Terra) [www.cptnac.com.br]

A violência física extrema, expressa em número de homicídios, tornou-se característica dos conflitos agrários após 1964, com os militares no poder. Antes daquele ano houve poucas mortes de lavradores ligados às Ligas Camponesas, que eram organizações de agricultores pela reivindicação de condições de trabalho e moradia, que começaram nos anos 50 no Nordeste e se espalharam pelo Brasil, até serem extintas pela ditadura de 1964. O governo militar incentivou a instalação de empresas capitalistas na Região Norte, que entraram em choque com posseiros locais: Administradores ou gerentes mandando jagunços eliminarem posseiros.

Órgãos federais como a Sudam (Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia), criada em 1966, incentivavam a instalação de grandes empresas na região amazônica, através de isenções fiscais. Isto acarretou um grande número de conflitos agrários violentos (por exemplo, a indústria automobilística Volkswagen chegou a ter centenas de milhares de hectares na região amazônica para criação de gado com alta tecnologia e os trabalhadores viviam em regime de escravidão). Era muito comum também a chamada "grilagem" de terras, que consiste na falsificação do título de propriedade. Muitos fazendeiros são "grileiros" de imensas áreas de terra onde se encontram posseiros, que são ameaçados, expulsos, ou mortos.

Da segunda metade da década de 60, até o início dos anos 80, a violência contra os camponeses distribuía-se por todo o país, mas as maiores incidências ocorreram na região de encontro dos rios Araguaia e Tocantins, envolvendo os Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e o atual Tocantins, área conhecida como Bico do Papagaio. Os assassinatos visavam tanto posseiros, trabalhadores rurais, militantes dos movimentos camponeses e advogados dos posseiros, quanto lideranças sindicais. Os autores dos homicídios eram fazendeiros e seus empregados (gerentes, administradores, capangas, capatazes e pistoleiros).

⁶ A tabela não apresenta os números de indígenas mortos em conflitos por territórios, que são altos. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) faz, entre outros, o trabalho de registro de conflitos de terras indígenas.

A Tabela 2 mostra uma média de mais de 64 mortes por ano.⁶ Os conflitos retratados aconteciam pela posse, propriedade ou uso da terra, por condições trabalhistas e por questões agrárias.

Os dados da tabela são apresentados a partir de 1985, porque foi o ano de maior deste tipo de violência, desde que se passou a tabular as informações. Neste mesmo ano, os fazendeiros formaram a União Democrática Ruralista (UDR) e contrataram seguranças privados para evitar a ocupação de terras que havia aumentado devido à promessa do governo federal de promover o assentamento de famílias (o governo tira a propriedade da terra através de indenização ao proprietário e cede para as famílias sem-terra serem assentadas), com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, do governo Sarney (1986-1989). Este plano previa o assentamento de mais de um milhão de famílias.

Com a promessa de assentamentos, aumentaram as ocupações e as reações violentas dos proprietários. Em consequência, o homicídio de camponeses e de seus representantes em conflitos agrários teve o seu maior índice até então. Este plano de reforma agrária não foi plenamente realizado e as ocupações de terra continuaram. Os camponeses tidos como lideranças das ocupações eram mais visados pela ação exterminadora dos latifundiários.

As análises do período caracterizam a violência no campo como “crime organizado”, porque envolvia proprietários de terra que contratavam matadores profissionais ou pistoleiros. Os Estados com os maiores índices de morte continuavam sendo os das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No final da década de 80 e início da seguinte, o número de mortes diminuiu em relação aos anos anteriores. Nova expectativa de reforma agrária surgiu com a Assembléia Constituinte de 1987. Entretanto, como a nova Constituição, promulgada em 1988, não trouxe mudanças significativas em favor de uma reforma agrária, as ocupações de terra, no início dos anos 90, aumentaram.

Ao contrário do que muitas vezes é dito nos jornais, rádios e TVs, a presença da estrutura organizacional nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsável pela maioria das ocupações de terra, ajudou para que os conflitos fossem negociados sem gerar mais mortes. A organização do MST, nos anos 90, conseguia negociar com os governos estaduais e federal, assim como promovia a retirada pacífica dos acampados no cumprimento de ações judiciais de reintegração de posse.

Um fato deve ser destacado ao analisar comparativamente a violência no campo ao longo dos anos 90: quando ocorrem mais assentamentos, a violência diminui. Outra característica do final da década foi que a violência física, em números relativos, deixou de se concentrar na região do Bico do Papagaio: dividindo o número de casos por 100 mil habitantes, houve, no Estado do Paraná, quase tantos casos quanto no Pará.

O novo milênio chegou com 21 mortos. O número, comparativamente, é reduzido, mas o problema não é quantitativo, e sim qualitativo. Mesmo que ocorra apenas um homicídio no conflito agrário, isto é inaceitável do ponto de vista político e ético.

Mediação da violência

Por fim, é importante falar das fontes sobre violência no campo aqui utilizadas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), apoiada pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), começou oficialmente as suas atividades em 1975. Esta entidade tem um peso fundamental na luta pela terra até hoje. Seus militantes acompanham muitos conflitos por todo o Brasil e, muitas vezes, são ameaçados de morte, assassinato ou são presos.

A comissão possui um banco de dados dos conflitos agrários de todo o país, coletando estas informações na imprensa, em boletins de ocorrência (BO) em informativos de

entidades civis e em relatos de seus membros. A entidade organiza os dados e publica-os anualmente no relatório *Conflitos no Campo*.

Como a CPT possui missionários por todo o país, inclusive em regiões bastante isoladas, consegue obter informações – através de relatos de seus missionários ou de lavradores que os procuram – em locais onde não há cobertura da imprensa, o que a torna a fonte mais completa que existe sobre o tema.

A entidade contabiliza os conflitos agrários existentes no país, repartindo-se em dois grandes ramos: conflito pela terra (luta pela posse de terra como meio de trabalho ou de produção); e conflito trabalhista que inclui desrespeito trabalhista (más condições de trabalho), superexploração (na esfera salarial, não pagamento de salários ou outras violações de direitos trabalhistas) e trabalho escravo (sujeição do trabalhador, através, geralmente, de uma dívida crescente e impagável).

São também contabilizados e divulgados outros conflitos agrários, como aqueles decorrentes de problema de seca, da política sindical e da política agrícola. O número de conflitos é apurado, independentemente de ter ocorrido violência, por meio da quantidade de pessoas envolvidas, do total da área em disputa e da violência ocorrida, seja contra a posse ou propriedade (expulsão, despejos, destruição de casas, de roçado e de pertences), seja contra a pessoa (lesões corporais, tortura, agressões, ameaças de morte, tentativa de homicídio, homicídio, prisão).

Os representantes merecem destaque porque, além de serem formas de organização dos trabalhadores rurais, sua presença em litígios violentos pesa para desencadear ações judiciais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atualmente é o principal representante da categoria. O Movimento nasceu do trabalho da CPT.

A formação do MST deveu-se a fatores socioeconômicos e políticos: a modernização da agricultura, o trabalho pastoral da Igreja católica e a luta contra o regime militar (1964-1985). Adiciona-se ainda a isto o conflito agrário, marco histórico e geográfico desse nascedouro, nos municípios de Nonoai, Sarandi e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, no final da década de 70 e começo dos anos 80.

Com o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel-PR em 1984, ficou claro que a luta deveria ter um âmbito mais amplo do que os confrontos locais nos Estados.

Entre os objetivos gerais do movimento, proclamados neste Encontro, estava a preocupação de desvinculação em relação à Igreja, através da formação de lideranças e da constituição de uma direção política. Como resultado, o Encontro tornou-se a data oficial da fundação do movimento: janeiro de 1984⁷.

⁷ Para saber mais, você pode consultar o “site” do MST: www.mst.org.br

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: capacitar o grupo para a busca de dados.

Você conhece os dados sobre luta pela terra na sua região? Há algum membro da CPT ou do MST com quem você possa se informar? Caso não haja dados, como você poderia coletá-los? Há alguma organização sindical?

Violência no campo e Poder Judiciário

Poucos casos de homicídio em conflitos agrários chegam aos tribunais. Por exemplo, de 1964 a 1989, houve 1.565 homicídios, dos quais apenas 17 foram julgados. O número de casos julgados aumentou levemente na última década, mas, geralmente, os casos que chegam a provocar uma atuação do Poder Judiciário são os que ganham maior divulgação por parte dos meios de comunicação, nacionais e internacionais. São aqueles que contam com a pressão e o apoio de entidades corporativas, associações civis e organizações não-governamentais. Encaixam-se, nestas condições, os casos conhecidos como: João Canuto e irmãos Canuto (Rio Maria, PA), Chico Mendes (Xapuri, AC), Zé de Lela e D. Bila (Conde, PB) e os casos de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA).

Nestes casos mais famosos, foi decisiva a presença do movimento organizado dos lavradores, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além dessas entidades, há outras organizações civis, centrais sindicais, entidades classistas e os "representantes", como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Casos na Justiça

A segunda metade dos anos 90 ficou marcada pela violência física promovida pelas ações de policiais militares com pistoleiros disfarçados de polícia, nos massacres de Corumbiara (RO) e de Eldorado dos Carajás (PA). Em agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, ocorreu um confronto envolvendo trabalhadores rurais e policiais militares, que terminou com a morte de dez trabalhadores sem-terra e dois policiais militares, além de deixar dezenas de feridos e desaparecidos. Em 1º de outubro de 1996, foram denunciados 20 PMs (entre eles um tenente-coronel), quatro sem-terra, um pecuarista e um administrador de fazenda. Aguarda-se o julgamento final do caso pelo Poder Judiciário.

Em abril de 1996, outro crime causou comoção nacional: em mais um confronto entre policiais militares e trabalhadores sem-terra, acampados na Rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás (PA), 19 trabalhadores sem-terra morreram, sendo que as investigações revelaram que dez deles teriam sido executados. O Movimento dos Sem Terra pediu intervenção federal no Pará e a queda do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Como resposta do governo federal, foi divulgado um pacote de medidas para combater a violência no campo e acelerar a reforma agrária. Entre as medidas adotadas, estava a criação do Ministério para a Reforma Agrária. Em novembro de 1997, 153 policiais militares envolvidos no massacre foram pronunciados pela Justiça. Em 16 de maio de 2002, o coronel da PM que comandou a operação foi condenado a 228 anos de prisão e um capitão foi absolvido. Aguarda-se o julgamento dos demais policiais envolvidos.

Por fim, vale ressaltar que os lavradores cobram a atuação do Estado, tanto para realizar desapropriações quanto para punir os matadores, jagunços e agressores identificados nos conflitos. A partir de meados dos anos 80, além de lutar pela terra, as organizações de agricultores e trabalhadores rurais passaram a exigir a punição dos autores de violência no campo. Os trabalhadores não estão em posição passiva; em muitos conflitos, são vítimas, justamente porque lutam pela terra. Entretanto, o trabalhador rural não é só vítima, ele é cidadão lutando por seus direitos. Por isso, pode-se dizer que por trás das vítimas há uma luta por cidadania.

COMO TRABALHAR

Ler e discutir o seguinte texto, pensando nas conseqüências de vivermos em um mundo sem justiça e direito.

"Posto diante de todos estes homens reunidos, de todas estas mulheres, de todas estas crianças (sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a terra, assim lhes fora mandado), cujo suor não nascia do trabalho que não tinham, mas da agonia insuportável de não o ter, Deus arrependeu-se dos males que havia feito e permitido, a um ponto tal que, num arrebatamento de contrição, quis mudar o seu nome para um outro mais humano. Falando à multidão, anunciou: 'A partir de hoje chamar-me-eis Justiça'. E a multidão, respondeu-lhe: 'Justiça, já nós a temos, e não nos atende'. Disse Deus: 'Sendo assim, tomarei o nome de Direito'. E a multidão tornou a responder-lhe: 'Direito, já nós o temos, e não nos conhece'. E Deus: 'Nesse caso, ficarei com o nome de Caridade, que é um nome bonito'. Disse a multidão: 'Não necessitamos caridade, o que queremos é uma Justiça que se cumpra e um Direito que nos respeite'. Então, Deus compreendeu que nunca tivera, verdadeiramente, no mundo que julgara ser seu, o lugar de majestade que havia imaginado, que tudo fora, afinal, uma ilusão, que também ele tinha sido vítima de enganos, como aqueles de que se estavam queixando as mulheres, os homens, as crianças, e, humilhado, retirou-se para a eternidade. A penúltima imagem que ainda viu foi a dos disparos, mas na última imagem já havia corpos caídos sangrando, e o último som estava cheio de gritos e lágrimas" (José Saramago, in: Terra, de Sebastião Salgado, p. 11.)

Por que tantos conflitos? Qual a saída?

A lógica que permite entender os conflitos agrários é a da existência de interesses opostos. Lavradores e latifundiários têm interesses e valores distintos em relação ao uso da terra: para o trabalhador, a terra representa a fonte de vida, trabalho e organização social; para o proprietário (muitas vezes ausente), é fonte de renda, aval para empréstimos bancários e garantia de inclusão em projetos agrícolas federais. Ao primeiro, interessa ter a terra para trabalhar nela, morar e lá ficar; para o segundo, interessa desfrutar a renda que a terra dá. Uma vez expulso de uma área, o lavrador posseiro vai atrás de novas terras para plantar.

Não há dúvida de que a saída para tantos conflitos é uma reforma agrária. Resta saber: qual reforma agrária?

A Constituição Federal (1988) estabelece que compete à União desapropriar o imóvel rural que não esteja cumprindo sua "função social", que é estipulada em lei.

Por sua vez, a lógica das ocupações de terra continua a orientar as organizações de agricultores pois sabem que o governo não se antecipa aos conflitos, apenas reage e desapropria após constatar o litígio. No entanto, em 2001, o governo tomou duas medidas de repressão aos movimentos de ocupação: proibiu por dois anos as vistorias de imóveis ocupados (etapa necessária para desapropriação); e excluiu da reforma agrária aqueles que forem pegos participando de ocupações de propriedades rurais produtivas. Nem por isso elas deixaram de ocorrer. Resta um impasse entre governo e agricultores sem-terra. No Estatuto da Terra (1964)⁸ há uma cláusula que estabelece a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária de imóveis rurais que se encontram em litígio.

Apesar das reivindicações das organizações de luta pela terra, não há um programa de

⁸ No site www.incra.gov.br do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) você pode encontrar o Estatuto da Terra, além de muitas outras informações.

reforma agrária que estabeleça, de fato, uma reforma geral da estrutura agrária do Brasil, colocando um limite máximo para o tamanho dos imóveis rurais e dividindo as terras excedentes com os sem-terra. Comparado aos anteriores, o governo de 1995 a 2000 assentou um número maior de famílias.

Enquanto isso, muitos assentamentos de reforma agrária evidenciaram que ela pode dar certo. A pequena produção agrícola familiar mostrou-se economicamente viável, sendo que 18% da área agrícola do Brasil, constituída por estabelecimentos com trabalho familiar, produz quase metade da riqueza agropecuária do país.

Temos os exemplos dos assentamentos que prosperaram nos municípios de Nonoai, Sarandi e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, cujas lutas deram origem ao MST. Nessas áreas, as famílias estão instaladas em casas de alvenaria, com luz elétrica e serviços de saneamento básico. Há escolas estaduais nos assentamentos. As famílias produzem sozinhas ou de forma coletiva, possuem tratores e implementos agrícolas e estão organizadas em associações de moradores ou em cooperativas. Enfim, estão em condições muito melhores do que quando lutavam por um pedaço de terra.

A VIOLÊNCIA NA (DA) CASA



Objetivo: sensibilizar os participantes para as peculiaridades muitas vezes sutis da violência no âmbito do privado.



*A extorsão,
o insulto,
a ameaça,
o cascudo,
a bofetada,
a surra,
o açoite,
o quarto escuro,
a ducha gelada,
o jejum obrigatório,
a comida obrigatória,
a proibição de sair,
a proibição de se dizer
o que se pensa,
a proibição de se fazer
o que se sente,
e a humilhação pública*

são alguns dos métodos de penitência e tortura tradicionais da família. Como castigo à desobediência, a tradição familiar perpetua uma cultura do terror que humilha a mulher, ensina os filhos a mentir e contagia tudo com a peste do medo.

“Os direitos humanos deveriam começar em casa” – comenta comigo, no Chile, Andrés Domínguez.

(A cultura do terror. – Eduardo Galeano)

Embora muitas vezes não percebamos, a violência doméstica é, em geral, o primeiro tipo de violência com que temos contato em nossas vidas, uma vez que acontece em casa, ou ainda no espaço simbólico representado pela casa, como, por exemplo, o namorado que agride a namorada na porta do emprego.

Outra característica da violência doméstica está nas relações entre os sujeitos (agressor e vítima): acontece entre pessoas de estreita convivência, unidas por laços consanguíneos ou de afinidade. Difere, portanto, de outros tipos de violência que são produzidos na comunidade, por qualquer pessoa.

Pressupõe ainda a existência de relações de poder e desigualdade entre vítima(s) e agressor(es).

A ordem das “bicadas”

De acordo com o grau deste poder, é possível estabelecer, segundo a socióloga Heleieth Saffioti, uma “ordem das bicadas”, ou seja, o mais forte, que detém maior poder, bica os demais, que, por sua vez, também bicam os mais fracos, e assim sucessivamente. Esta lógica das bicadas foi chamada de “lógica do galinheiro”. No galinheiro, o galo pode bicar todas as galinhas; a galinha número 1 é bicada pelo galo, mas desfruta do direito de bicar todas as outras galinhas; a número dois é bicada pelo galo e pela galinha número 1, podendo bicar todas as demais, e assim sucessivamente, até a última galinha que é bicada por todos e não bica ninguém.

Se pensarmos no núcleo familiar, podemos identificar algumas categorias de poder que se sobrepõem em detrimento de outras e, portanto, também perceber, no terreno doméstico, uma “ordem das bicadas”: homem X mulher, adulto X crianças, jovens X idosos, outros. Em muitas famílias, o homem adulto é que detém o poder das bicadas, depois viria uma mulher adulta, seguida por crianças e idosos (não necessariamente nesta ordem).

Esta estrutura de poder nem sempre é estática, podendo se transformar ao longo do tempo e agregar outras categorias, como a produtividade econômica e os conflitos entre filhos naturais e filhos adotivos. Apesar dessa dinâmica, o poder e a desigualdade são

elementos sempre presentes nestas famílias, norteando e hierarquizando suas relações – o que deixa alguns membros do grupo em situação de vulnerabilidade.

A proteção legal

A Constituição Federal prevê especial proteção à família e mecanismos que coibam a violência doméstica, no que é seguida por praticamente todas as Constituições Estaduais que reproduzem o disposto na CF:

“Art.226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. §. 8º: O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Onde acontece? Público x privado

A violência doméstica não se circunscreve somente ao âmbito do domicílio, muitas vezes transpõe o espaço da casa e alcança a rua.

O que a diferencia dos outros tipos de violência, portanto, não é o espaço onde ocorre, mas sim suas razões, fundadas em relações de desigualdade e de poder entre pessoas ligadas por vínculos consanguíneos, de afinidade ou de amizade.

Não é necessário, portanto, que aconteça dentro de casa para se caracterizar como violência doméstica, mas sim que seja fruto de relações domésticas.

É uma violência “menor”?

Esta especificidade da violência doméstica aumenta sua gravidade. Não podemos tratar da mesma maneira um delito praticado por um estranho e o mesmo delito praticado por alguém de estreita convivência, como é o caso de maridos ou companheiros contra suas esposas ou companheiras.

O delito praticado por estranho em poucos casos voltará a acontecer, pois, muitas vezes, agressor e vítima sequer voltam a se encontrar. Já o delito praticado por pessoa próxima tende a ocorrer novamente e pode acabar em delitos de maior gravidade, como é o caso do homicídio de mulheres inúmeras vezes espancadas anteriormente.

Da casa para a rua

Os técnicos do Cravi – Centro de Referência e Apoio a Vítimas – programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo que atende a familiares de vítimas de violência fatal (homicídios e latrocínios) utilizam um instrumento chamando genograma, em que registram os membros da família em atendimento, suas relações de parentesco e as diversas violências sofridas e praticadas através de sucessivas gerações. Também é anotada, neste genograma, o envolvimento dos membros da família com álcool, drogas e criminalidade.

Ao analisar os genogramas elaborados ao longo dos três anos de funcionamento do Cravi, observa-se que um número considerável de famílias vítimas apresenta ocorrência de violência doméstica. Ou seja, pessoas provenientes de famílias violentas estão mais suscetíveis a uma morte violenta do que aqueles que não apresentam este histórico familiar.

O exemplo do Cravi também mostra uma clara ligação entre a violência praticada no âmbito privado e a praticada no âmbito público, assim como a reprodução da violência entre gerações (casos de homicídio, suicídio ou drogadicção).

Justifica-se, portanto, a adoção de políticas públicas preventivas da violência doméstica em qualquer plano de ação que vise erradicar a violência urbana.

Como é praticada?

A violência doméstica pode ser psicológica, física ou sexual.

Na violência psicológica, a vítima tem sua auto-estima atingida por agressões verbais constantes: ameaças, insultos, comparações, humilhações e ironia. Esta forma de violência é mais sutil, mas não menos daninha. Fragiliza a capacidade de reação da vítima à situação de violência.

Na violência física, o corpo da vítima é agredido por socos, beliscões, mordidas, chutes. É queimado, cortado, perfurado, podendo ser utilizadas armas brancas (facas, canivetes, estiletes) e de fogo.

Quando perpetrada a violência sexual, a vítima é obrigada a manter relações sexuais ou a praticar atos que não deseja. A vergonha ou o medo geralmente reduz ao silêncio vítimas, agressores e familiares.

O ciclo da violência

As características apresentadas a seguir são identificadas com maior frequência nos casos de violência contra a mulher e, eventualmente, também são encontradas em outras situações de violência doméstica. Se pensarmos na violência contra as mulheres como paradigmática, pode-se passar a utilizá-la para compreensão do fenômeno da violência como um todo.

- **Fase da tensão:** é caracterizada pelo acúmulo de tensões e se expressa em insultos verbais e atritos. A vítima minimiza estes atos e muitas vezes assume a culpa. O agressor acha que tem o direito de reclamar e hostilizar. Reforçado pela passividade da vítima, sabe que se a golpear ela não o denunciará.
- **Fase da agressão:** caracteriza-se pela descarga das tensões, sem controle. O agressor golpeia a vítima, usa a violência para controlar, submeter, reprimir e exigir obediência. Depois apresenta mil desculpas para justificar sua conduta.
- **Fase da reconciliação:** é um período de calma e relativa tranquilidade. O agressor pede perdão, promete mudar e afirma que a situação não voltará a se repetir. A vítima acaba se convencendo.

Os próximos incidentes serão ainda mais violentos e se repetirão com maior frequência e intensidade. O ciclo termina, muitas vezes, em assassinato.

Por que é tão difícil dizer não à violência doméstica?

As vítimas vão à polícia ou a outros espaços de denúncia (conselhos tutelares, Ministério Público, etc.) apresentam muitas vezes uma postura ambígua: querem que a violência pare, mas não que o familiar agressor seja punido. Existem vários motivos para isto:

- as vítimas da violência doméstica têm muita dificuldade em denunciar a agressão sofrida devido à própria relação de intimidade que possuem com o agressor;
- as relações de poder hierarquicamente construídas também se constituem em empecilho da denúncia, uma vez que acabam por legitimar e naturalizar a violência doméstica. Considera-se natural, portanto, que os pais castiguem seus filhos, que o marido bata na mulher, que a família tenha pouca paciência e negligência os idosos, etc.;
- receio de que o agressor seja prejudicado socialmente;
- dependência ou interdependência econômica;
- medo de que a violência se transforme em algo maior;
- vergonha;
- culpa por sentir-se responsável pela violência.

Resumindo

VIOÊNCIA DOMÉSTICA

Características

- Perpetrada por pessoas ligadas por laços consanguíneos ou de afinidade.
- Contínua, não é fenômeno isolado.
- Conspiração do silêncio.

Causas

- Relações de poder e desigualdade.

Fatores de vulnerabilidade

- Idade.
- Gênero.
- Capacidade econômica.

Espaço

- Público.
- Privado.

Formas

- Psicológica.
- Física.
- Sexual.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: especificando a violência doméstica.

Identifique no texto a seguir as características que especificam a violência doméstica: formas, espaço, causas e fatores de vulnerabilidade.

Menina terá de fazer plástica

A menina F. tinha cinco anos quando foi espancada pelo padrasto, em 1993. Segundo relatos de sua tia, autora na denúncia no Crami (Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD), F. apanhou durante 40 minutos e ficou com diversos hematomas e fraturas pelo corpo.

A tia descobriu o que havia ocorrido com a menina em uma visita à família, três dias após o espancamento. Segundo ela, F. estava em um guarda-roupa e, desde a agressão, não tinha recebido nenhum tipo de socorro médico.

As investigações do Crami identificaram o motivo da violência: F. fazia xixi na cama. A tia contou que era comum o padrasto bater na menina por motivos banais.

Após levar a menina a um pronto-socorro, a tia de F. deu queixa da agressão e foi pedida a prisão preventiva de seu padrasto. Em depoimento, o padrasto negou que tivesse batido muito forte na menina e afirmou que os hematomas surgiram porque ela tinha problemas no sangue.

O padrasto de F. ficou preso em uma delegacia por 33 dias e hoje responde a um processo por tentativa de homicídio. A pedido do Judiciário, F. foi afastada da família e passou a morar com a tia e a receber assistência psicológica do Crami. O padrasto e a mãe da menina também fizeram terapia até 1996.

Após o tratamento, a menina voltou a conviver com a família. Hoje, aos 13, cursando a 7ª série do ensino fundamental, F. encontrou no hipismo uma forma de superar o trauma. Ela ainda tem marcas da agressão e precisará de cirurgia plástica para corrigi-las.

(Folha de S. Paulo. 14/05/2001)

¹¹ Dado extraído do Caderno Especial, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 03/09/95. Segundo o jornal as fontes foram: Unifem, Unicef, Anistia Internacional e IURAW.

Mitos e verdades

A violência doméstica é rodeada por uma série de mitos que acabam por encobri-la e dificultar sua erradicação.

O MITO: A família é o local mais seguro que existe. O perigo mora na rua...

A VERDADE: A maioria (70%) dos atos de violência contra a mulher, no Brasil, acontece em casa⁹. dos assassinatos de mulheres brasileiras, 66% são cometidos por companheiros ou ex-companheiros¹⁰. De acordo com o Crami (Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – SP), a violência contra crianças e adolescentes se dá, na maioria dos casos, dentro de casa. O que vale dizer: Lar, o local mais perigoso para mulheres e crianças.

⁹ Pesquisa feita pela Human Rights Watch ("Injustiça Criminal: a Violência contra a Mulher no Brasil").

¹⁰ Pesquisa realizada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos ("Primavera já Partiu – Retrato dos Homicídios Femininos no Brasil").

O MITO: Crianças costumam fantasiar sobre abusos sexuais que nunca aconteceram...

A VERDADE: As crianças, em especial na primeira infância, não costumam fantasiar sobre abusos sexuais, embora haja uma tendência, por parte dos adultos, de acreditar tais denúncias das crianças à imaginação fértil delas. É preciso escutar com atenção tais denúncias e investigá-las, uma vez que a criança, por sua própria condição, não tem meios de se proteger de abusos desta natureza.

O MITO: Desde que o mundo é mundo os homens batem e as mulheres apanham, é natural...

A VERDADE: A violência contra a mulher não é natural. Ela existe porque, em nossa sociedade, os homens ainda se consideram superiores às mulheres e, por isso, acham que têm direito de corrigi-las e maltratá-las.

O MITO: Violência doméstica é coisa de pobre, de país subdesenvolvido...

A VERDADE: A violência doméstica ocorre em todas as classes sociais – rica, média, pobre - e é um problema mundial. Nos países da Europa, a violência familiar e conjugal afeta anualmente cerca de 4 milhões de mulheres¹¹.

O MITO: Os agressores são todos uns bêbados, uns drogados...

A VERDADE: Pessoas que não bebem podem ser violentas em casa. O alcoolismo e as drogas podem até desencadear a violência, mas a causa principal é a subordinação que mulheres, crianças e idosos sofrem em nossa sociedade, bem como a hierarquia social que dá o direito a uma pessoa de controlar e mandar nas outras, consideradas inferiores, dependentes ou mais fracas.

O MITO: Com esta idade ele não possui mais capacidade para lidar com seu dinheiro e com certeza prefere morar com a família...

A VERDADE: Grande parte dos casos de violência contra idosos acontecem por motivos financeiros e a falta de capacidade para cuidar da própria vida é, em geral, a desculpa apresentada para que os filhos passem a administrar a renda dos pais idosos. Deixar a casa onde vivem e seu ambiente social constitui-se em grande violência para o idoso, que, em geral, acaba se deprimindo com a mudança para a casa de familiares.

O MITO: A criança precisa de limites, e uma boa palmada é fundamental para estabelecer estes limites...

A VERDADE: Impor limites não significa infligir castigos físicos a crianças e adolescentes. Os limites são conseguidos naturalmente, através de diálogo e afetividade. Utilizar castigos físicos demonstra, antes de mais nada, falta de competência e argumentação dos adultos no trato das crianças. O diálogo pode ser considerado, à primeira vista, o caminho mais difícil, mas com certeza é o mais eficaz quando falamos de limites.

Pescando mitos

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: Identificar mitos e verdades da violência doméstica e relacioná-los com nossa vida cotidiana, refletindo como os mitos que cercam a violência doméstica ajudam a perpetuar este padrão específico de violência.

Atividade com duração de aproximadamente uma hora; recomenda-se o uso dos seguintes materiais:

- cartões em forma de peixes, onde o(a) facilitador(a) escreverá um mito ou uma verdade contrastante com cada mito, formando ao final um conjunto de peixes-mito e outro de peixes-verdade. Cada peixe possuirá um gancho que lhe permita ser pescado;
- varas de pesca com linha e anzol;
- um recipiente com areia para colocar os peixes submersos, deixando apenas o gancho aparente.

Passos a seguir:

- convidar os participantes para pescar mitos e verdades sobre a violência doméstica. Explicar que será feita uma reflexão sobre como e porquê aceitamos os mitos que legitimam esta forma de violência;
- pedir aos participantes que façam fila para início da pesca;
- sem decidir o que são mitos e o que são verdades, pedir aos participantes que consideram ter pescado mitos que se coloquem no lado direito da sala e os que pescaram verdades, no lado esquerdo. Caberá a cada participante decidir se o seu peixe é mito ou verdade;
- o (a) facilitador(a) indicará qualquer um dos participantes para que leia um mito e solicitará ao participante que possua a verdade sobre o mito lido que levante a mão e passe a lê-la;
- será feita uma reflexão sobre os seguintes aspectos:
 - ✓ Em que medida e por que aceitamos aquele mito construído pela sociedade para legitimar a violência doméstica?
 - ✓ Onde aprendemos aquele mito?
 - ✓ Por que repetimos e cremos naquele mito?
 - ✓ Como podemos fazer para não perpetuar este mito em nossa vida cotidiana?



Violência contra a mulher



A violência contra a mulher é um fenômeno que atinge mulheres de todo o mundo, não diferenciando classe social, raça, credo, idade... Enfim, é o que podemos chamar de fenômeno perversamente democrático.

Entendemos este fenômeno como algo construído e não natural.

A diferenciação entre mulheres e homens começa a ser construída na infância. Quando nascem, meninos e meninas são diferenciados pela cor das roupas: meninas de cor-de-rosa e eles de azul. Mais tarde essa diferenciação ocorre com os brinquedos; meninos brincam de bola, carrinhos ou armas; meninas de boneca ou "casinha".

Os brinquedos estendem-se às profissões. As ditas "profissões femininas" atribuem às mulheres a característica de "cuidadoras" e o papel de coadjuvantes: na mesma forma que quando crianças "cuidavam" da casinha e das bonecas, na idade adulta são enfermeiras, secretárias, professoras, assistentes sociais.

Os meninos são educados para o mundo, para os papéis de protagonismo e as ditas "profissões masculinas" demonstram estas características: engenheiros, médicos, executivos.

Dentro de casa estes papéis também são diferenciados desde sempre: as meninas ajudam a mãe nas tarefas do lar e os meninos aprendem a dirigir com o pai. A mulher é a responsável pela educação dos filhos e o pai trabalha fora para sustentar a família. Quando trabalham fora de casa, as mulheres passam a ser submetidas à dupla jornada, pois, apesar de contribuírem com as despesas, permanecem suas responsabilidades para com as coisas da casa.

Importante ainda é ressaltar que estes papéis e características, na maior parte das vezes, são impostos. Nem todos os meninos gostam de brincar de carrinho e usar azul, bem como nem todos os homens se sentem confortáveis nas demonstrações de virilidade e nem todas as mulheres com o papel de fragilidade. Faz parte, muitas vezes, da cultura familiar impor e obrigar seus membros a exercerem e perpetuarem estes papéis. Assim, de geração para geração, homens e mulheres continuam uma história muitas vezes em desacordo com sua própria essência. É a cara da repressão familiar.

Tais características socialmente impostas e construídas nos levam aos conceitos de gênero, estereótipo e sexismo.

Gênero: definido como o sexo socialmente construído. Ao nascer, somos machos ou fêmeas, isto é, nascemos com aparelhos biológicos sexuais diferentes. Contudo, a sociedade, através de seus poderosos mecanismos de socialização, e o Estado, através das

leis, não formando homens e mulheres com comportamentos masculinos e femininos bem definidos.

Esteréotipo: conceito muito próximo do preconceito e pode ser definido como “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (Shestakov). Segundo Lise Dunningan: “O estereótipo é um modelo rígido e anônimo, a partir do qual são reproduzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos”.

Sexismo: são inúmeros os pontos de contato entre racismo e sexismo. Enquanto o racismo designa imagens, atitudes, comportamentos e estereótipos discriminatórios em relação a uma etnia, o sexismo se aplica às diversas formas de discriminação baseada no sexo. Nesta distribuição de estereótipos sexistas, a balança é desigual: os homens recebem muito mais valores positivos (coragem, inteligência, auto-afirmação, competência profissional, gosto pelo perigo e pela aventura, espírito de iniciativa e eficiência), enquanto as mulheres são representadas como seres desprovidos das qualidades ditas “viris”, surgindo como pessoas dotadas de qualidades consideradas “femininas” e supostamente ausentes nos homens.

A consequência é a violência

A adoção destes estereótipos de gênero cria a possibilidade da violência baseada no gênero, ou seja, a violência que tem como causa os papéis masculinos e femininos historicamente construídos, permitindo que as mulheres sejam violentadas e que os homens sejam violentos.

Perpetuar estes estereótipos pode significar, portanto, expor todas as mulheres à violência de gênero: mães, irmãs e filhas.

Cabe a cada um de nós o empenho na desconstrução destes papéis impostos e esta é uma tarefa filosófica; devemos todos exercer nossa porção filósofo! O papel do filósofo, é principalmente, o de questionar, de não aceitar conceitos pré-concebidos, ou seja, não aceitar pré-conceitos. A própria etimologia da palavra filosofia (philos-sophia) nos leva a esta característica, pois significa procura amorosa da verdade.

Por que devemos aceitar o pacote pronto que passa a nós de geração para geração? Por que não podemos nós mesmos buscar a verdade? Por que a cada vez que entramos no supermercado temos que comprar sempre as mesmas marcas, os mesmos produtos? Por que não acrescentar chocolate à antiga receita familiar de bolo de baunilha?

Devemos começar a questionar estes papéis pré-concebidos e relegados a homens e mulheres e adotar uma postura crítica diante deles. Qual a lógica desta diferenciação? Quem a criou? E se tivesse criado o inverso? Em que medida os meninos deixariam de ser meninos usando rosa e as meninas deixariam de ser meninas usando azul?

Vamos filosofar então?

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: como no exemplo do rosa e do azul, pegar outros pré-conceitos com relação à mulher e trabalhar cada um deles, questionando-os e criticando-os.

Dividir o grupo em subgrupos e pedir que cada um faça um debate semelhante ao do exemplo “rosa e azul” e depois apresente os questionamentos e a conclusão sobre o pré-conceito utilizado.

Sugestões: homens racionais X mulheres emocionais; sexo forte X sexo frágil; profissões masculinas X profissões femininas, etc.

Números que fazem pensar...

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, divulgada em 2002, aponta para os seguintes números com relação à violência doméstica:

- cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declarou espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: 16% relataram casos de violência física, 2% citaram alguma violência psíquica e 1% lembrou do assédio sexual;
- quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando a marca de 43%. Um terço das mulheres (33%) admitiu já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% de ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir, 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmaram já ter sofrido assédio sexual. Um pouco mais da metade das mulheres brasileiras (57%) declarou nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de algum homem;
- dentre as formas de violência mais comuns, destacam – se a agressão física mais branda, sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres, a violência psíquica de xingamentos, com ofensa à conduta moral da mulher, vivida por 18%, e a ameaça através de coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados e outras formas indiretas de agressão, sofrida por 15%;
- 12% declararam ter sofrido a ameaça de espancamento a si próprias e aos filhos e 12% já vivenciaram a violência psíquica do desrespeito e desqualificação constantes ao seu trabalho, dentro ou fora de casa;
- espancamento com cortes, marcas ou fraturas já aconteceu a 11% das mulheres, mesma taxa de ocorrência de relações sexuais forçadas (em sua maioria, o estupro conjugal, inexistente na legislação penal brasileira) e de assédios sexuais (10% dos quais envolvendo abuso de poder). Críticas sistemáticas à atuação como mãe foram mencionadas por 18%, das mulheres que têm ou tiveram filhos;
- 9% das mulheres já ficaram trancadas em casa, impedidas de sair ou trabalhar; 8% já foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam.

A projeção da taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões de mulheres, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez. Considerando-se que, entre as que admitiram ter sido espancadas, 31% declararam que a última vez em que isso ocorreu foi no período dos 12 meses anteriores, projeta-se cerca de, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país (ou em 2001, pois não se sabe se estariam aumentando ou diminuindo), 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora ou 4 por minuto – uma a cada 15 segundos.

REIS, RAINHAS, FADAS, BRUXAS, CAVALEIROS E OUTROS BICHOS...

Era uma vez um jovem rei de nome Arthur... Um dia, durante uma caçada, o jovem Arthur acaba se distraído e entrando nos limites do reino vizinho, ocasião em que é preso e levado pela guarda ante a presença do monarca daquele reino.

A punição para invasores desautorizados de meu reino é a morte – diz o monarca.

Porém, ante o desespero e a jovialidade de Arthur faz a seguinte proposta - deixo-o livre caso encontre, no prazo de uma semana, a resposta para a seguinte questão:

O que as mulheres mais querem?

Difícil questão aquela. Voltando ao seu reino, o jovem Rei Arthur a todos questionou, os sábios, a Rainha, os médicos e engenheiros e não havia ninguém que soubesse a resposta. Foi então que lhe disseram que apenas a bruxa que vivia em uma pequena cabana à beira do penhasco é que teria a resposta, mas que cobraria um grande preço por tal resposta.

Passam-se os dias, o prazo começava a se esgotar e Arthur não viu outra saída senão consultar a temida bruxa. Ao entrar na cabana, deparou-se com uma criatura horrenda, mal cheirosa, que ao saber da questão soltou uma gargalhada e disse a Arthur que a resposta era muito simples, mas que o preço era bastante alto. Como recompensa, a bruxa queria nada menos que desposar Sir Gavin, o mais nobre dos cavaleiros do reino de Arthur e um de seus melhores amigos. Imediatamente Arthur recusou-se a pagar tal preço e resignou-se quanto ao seu triste fim.

Gavin, porém, ao saber da exigência da bruxa, prontamente ofereceu-se para casar com a mesma, alegando ser pequeno tal preço diante da vida de um amigo.

Feito o acerto e diante da proposta de casamento a bruxa deu a seguinte resposta para a questão:

O que as mulheres mais querem é serem donas de sua própria vida!

Todos concordaram que ela dissera uma grande verdade, e assim foi quando Arthur levou a resposta ao monarca vizinho. Este deixou-o livre e celebrou um acordo de amizade entre os dois reinos.

Chegou então o dia das bodas entre Gavin e a bruxa. E que bodas tristes foram aquelas... A bruxa usou de seus piores hábitos, arrotou, derrubou comida e bebida, soltou gargalhadas estridentes e deixou a todos constrangidos. Gavin, durante todo o tempo, tratou-a com delicadeza e educação.

Recolheram-se então ao quarto nupcial para concretizarem o casamento. Eis que a horrenda bruxa transforma-se em uma linda jovem, a mais bela de todas as criaturas e diz a Gavin:

Como presente de núpcias darei a possibilidade de escolher: serei jovem e bonita metade do tempo, na outra metade voltarei a ser a velha bruxa. Quando você prefere que eu seja bela, durante o dia, na presença de todos, ou durante a noite, na intimidade de nosso quarto?

Que escolha!!! Que escolha!!! Gavin pôs-se a pensar: ter uma mulher bonita

para mostrar a todos e uma bruxa para dormir ao meu lado ou deixar que todos pensem que me casei com uma bruxa e guardar apenas para mim a bela mulher? Que fazer?

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: sensibilizar os participantes com os diversos usos e abusos da figura feminina.

E você? qual seria a sua escolha? pense bem!!! seja sincero!!! Gavin respondeu que não faria tal escolha, uma vez que apenas a ela caberia decidir sobre sua própria vida.

A bruxa então respondeu que, como ele havia respeitado a sua autonomia e a tratado com dignidade, ela seria bonita durante todos os dias e todas as noites...

Violência contra crianças e adolescentes



Interpessoal e intersubjetiva, a violência contra crianças e adolescentes permeia todas as classes sociais e possui as seguintes características:

- é um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
- é um processo que pode se prolongar por vários meses e até anos;
- é um processo de completa "coisificação" da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de tratamento abusivo;
- é uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoa e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais, como a vida, a liberdade e a segurança;
- tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo e segredo.

Declaração dos Direitos da Criança¹²

Comentada pela Mafalda, do desenhista argentino Quino, e seus amigos para a Unicef.

10

A criança deve ser protegida contra atitudes ou influências que possam induzi-la a qualquer forma de discriminação racial, religiosa ou de outro gênero. Ela deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade para com todos os povos, paz e fraternidade universal, e na consciência de que deverá colocar a sua energia e o seu talento a serviço do próximo.



420

COMO TRABALHAR

Em que medida você concorda ou discorda com o texto apresentado a seguir. Você assinaria esta petição? Por quê?

Petição por uma Pedagogia Não Violenta

Toda a criança tem direito de ser educada sem violência, seja física, psicológica ou sexual. A criança precisa aprender com palavras e atitudes de compreensão e respeito e não com empurrões, safanões, tapas, humilhações... Naturalmente, essa postura não significa sermos contra a necessidade de disciplina e limites na educação infantil. Significa, isso sim, que repudiamos o uso da violência como estratégia de educar as novas gerações, mesmo que esta violência assumia a forma de um tapa (ainda tão defendido na pedagogia familiar) ou de castigos físicos e/ou degradantes (ainda adotados em escolas e instituições ditas de proteção à infância). Por isso, defendemos o princípio de que se queremos um mundo não violento, devemos começar educando sem violência as futuras gerações!

Laboratório de Estudos da Criança (Lacri)
Instituto de Psicologia (Ip)
Universidade de São Paulo (Usp) / Brasil

Violência contra idosos

A Constituição Federal, no artigo 230, afirma que "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida", acrescenta que "os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares" e que "aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos".

Na maior parte dos casos motivados por disputas pela posse de bens e por dificuldades da família em arcar com cuidados e manutenção dos idosos, a violência doméstica contra idosos tem se tornado rotineira.

Segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), que analisou cerca de 1.500 boletins de ocorrência (BOs) registrados entre 1991 e 1998, na Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso, 40% das queixas registradas pelos idosos são contra filhos, netos ou seus cônjuges e 7% contra outros parentes. Cerca de 13% das agressões envolvem violência física. O abandono em hospitais e asilos pela família também é uma forma comum de violência sofrida por pessoas idosas.

Esta pesquisa aponta ainda que os dados levantados são apenas uma pequena amostra da violência que de fato acontece, pois, por sua própria situação de vulnerabilidade, gerada pela dependência econômica e emocional da vítima em relação ao agressor, os idosos somente denunciam seus familiares em situações extremas, quando a violência tornou-se insuportável, demonstrando, portanto, a existência aqui também de uma "conspiração do silêncio".

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: refletir sobre os pré-conceitos contra os idosos.

Identifique letra da música apresentada a seguir os reflexos da problemática vivenciada pelos idosos. Faça com o grupo os seguintes questionamentos:

- em que medida podemos comparar os idosos à galinha da música?
- qual é a grande revolta da galinha? Qual é o tratamento dispensado à galinha na música? E aos idosos, qual é o tratamento dispensado a eles na sociedade? O que a galinha quer fazer da vida? E os idosos, o que eles querem da vida?

A galinha

(Chico Buarque de Holanda)

*Todo ovo, que eu choco, me toco, de novo,
Todo ovo é a cara, é a clara do outro.
Mas fiquei bloqueada, e agora, de noite, só sonho gemada...
A escassa produção alarma o patrão, as galinhas sérias jamais tiram férias,
Estás velha, te perdôo, tu ficas na granja, em forma de canja...
Ah, é este meu troco, por anos de choco? Dei-lhe uma bicada e fugi chocada!
Quero cantar na roda, na onda, na crista da onda...
Pois um bico a mais só faz mais feliz, a grande gaiola do meu país!*

A VIOLÊNCIA NAS (DAS) INSTITUIÇÕES



Objetivo do módulo: O objetivo deste módulo é sensibilizar os participantes para a violência intrínseca das instituições. Tendo em vista que as instituições são conjuntos de práticas que organizam nosso modo de ver o mundo, nos acostumamos a entendê-los como elementos pacificadores e a chamar de violência o que muitas vezes é resistência aos seus mecanismos de poder. Consideramos que tudo está em paz quando as instituições funcionam bem e não conseguimos enxergar o quanto há de violência neste “bom funcionamento”.



COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: verificar a percepção do grupo.



O que é, o que é?

Quais são as instituições retratadas?

Leia as respostas no pé da página¹³.

Você ficou surpreso(a)? Já reparou como algumas instituições se parecem em sua arquitetura?

Levante hipóteses: por que isto acontece?

Como nos sentimos dentro destes lugares?

O que são as instituições?

Começamos o módulo com uma explicação geral sobre o funcionamento das instituições e seus mecanismos. Apresenta-se um pouco da história e ressalta-se o mecanismo disciplinar, que é o preponderante nas instituições modernas. Em contraposição às instituições disciplinares, citam-se as cooperativas, nas quais o mecanismo fundamental é a democracia.

As instituições são conjuntos de práticas sociais que organizam, modelam e controlam nosso cotidiano desde o momento em que nascemos.

¹³ São todas imagens de prisões.

É por elas que conhecemos e nos relacionamos com do trabalho (empresas, fábricas, oficinas, escritórios, departamentos), o mundo da educação (escolas, abrigos), da saúde (hospitais, sanatórios), das relações de parentesco (família), da política (governos, partidos, sindicatos, organizações da sociedade civil, exércitos, polícias, prisões), do lazer (parques, cinemas, teatros, zoológicos, shoppings, restaurantes, hotéis, clubes, bares), etc. As instituições sociais são um conjunto de práticas que refletem determinadas concepções de ordem, regras e poder.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: colocar o grupo em contato com sua percepção das diversas instituições.

Vamos fazer um exercício, respondendo às seguintes questões sobre cada uma destas instituições: quais são as ordens e as regras que vocês detectam em cada um destes lugares? Quem elabora estas ordens e regras? Poderia ser diferente? Como?

- Família
- Escola
- Trabalho

As instituições se transformam ao longo da história.

No passado, a autoridade era legitimada pela tradição e religião. Não se discutia nem se questionava uma ordem do pai, do padre e do patrão. Quando alguém discutia ou se opunha sofria duramente as consequências, pois as instituições valiam-se da força física para impor a ordem e garantir a obediência às suas regras. Era pela força – ou pela ameaça – dos açoites que os escravos trabalhavam, que os súditos obedeciam aos reis, que as crianças obedeciam aos pais.

Ilustração: imagem do fim do século XVIII, chamada "Máquina a vapor para a rápida correção de meninos e meninas" (Michel Foucault. Vigiar e Punir. Petrópolis, Galimard, imagem no 29 – coleções históricas do INDRP). Observe, na legenda, que as personagens aparecem como uma grande família que corrigirá os "pecados" das crianças.

Atualmente, nossa expectativa é que isto não mais aconteça. No entanto, ainda há muita violência física (ou ameaça) nas instituições sociais. Entretanto, de forma geral, nas sociedades modernas condena-se o uso da violência física e, por isso, nas instituições, desenvolveu-se outro mecanismo para garantir o poder e a obediência.

O meio encontrado foi a disciplina, que é uma forma de poder que reflete a mudança dos antigos regimes de autoridade. É uma autoridade que se afirma não-violenta, que não se fazer valer pela força física, pela violência ou pela ameaça. Ela afirma legitimar-se por outras formas: professor ou professora, pelo conhecimento e pela experiência; sacerdote, pelo valor moral e pela generosidade; governante, pela defesa do bem público, por fazer um bom governo; pai e mãe, pela compreensão e pelo diálogo amoroso com os filhos.

Porém, a disciplina que existe nas instituições têm recursos coercitivos: hierarquias, regulamentos muito detalhados, controles permanentes, inspeções, organização do tempo e do espaço, técnicas de vigilância, comparações, classificações, sanções, recompensas, homogeneizações, exclusões e normalizações.

COMO TRABALHAR

OBJETIVO: identificar mecanismos institucionais.

Seguem-se os mecanismos que garantem o funcionamento das empresas, das escolas, das delegacias ou das prisões. Quando passamos pelas portas de qualquer um destes estabelecimentos:

- logo somos informados de suas regras;
- aprendemos a quem devemos obedecer – ao chefe, ao vigia, ao professor, ao bedel, ao pai ou à mãe, ao policial ou ao carcereiro;
- temos que estar atentos àquele que nos vigia e não aos nossos colegas;
- deixamos de ser donos do nosso tempo – o tempo agora é do expediente, da aula, do recreio, do interrogatório, do banho de sol, das visitas;
- circulamos apenas por onde nos é permitido;
- somos classificados como funcionário do setor X, aluno da série Y, condenado pelo crime Z;
- somos comparados: capazes ou incapazes, aplicados ou desleixados, eficientes ou relapsos, obedientes ou rebeldes;
- somos punidos ou premiados: recebemos aumentos de salário, reprovações, promoções de cargo, de série ou de pena.

Até as palavras são as mesmas.

Atenção: vocês identificam aqui elementos da lista que elaboraram?

As pessoas existem e resistem...

Onde há poder há resistência.

As instituições têm os seus mecanismos para fazer obedecer, mas os indivíduos desenvolvem os seus para não obedecer.

Por vezes, simplesmente não correspondem ao esperado: os funcionários não são eficientes, os alunos não aprendem, os presos não se regeneram.

Outras vezes, a resistência ocorre de forma violenta, pela briga, rebeldia, rebelião. Há situações que a resistência é a luta consciente pela transformação da instituição.

A alternativa à instituição disciplinar é a gestão participativa, em que todos têm igual acesso às informações, igual poder de decisão sobre a organização do tempo e do espaço e igual responsabilidade.

Alternativa: A cooperação, as formas da solidariedade democrática

No mundo do trabalho, a gestão participativa ocorre nas cooperativas: são associações voluntárias de pessoas com objetivos comuns, que contribuem equitativamente para a sua formação e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e os benefícios do empreendimento. Nas cooperativas não há patrões nem empregados, nem chefes e subordinados, mas sim associados. A competição é substituída pela cooperação e pela solidariedade; não há ordens autoritárias, mas sim participação coletiva nas tomadas de decisão. Todos participam da formulação das regras e estas podem ser sempre transformadas; todos conhecem o orçamento e decidem juntos como aplicar e distribuir os dividendos.

As cooperativas comprovam que é possível uma instituição democrática. E se é possível no mundo do trabalho, também é possível no mundo da política, da educação, da saúde, nas associações de bairro e em todas as esferas de nossa vida.

Uma instituição violenta: Polícia para quem precisa

A instituição disciplinar por excelência é a polícia. O objetivo aqui é fazer pensar sobre o que significa o “bom funcionamento” da polícia, meta almejada por muitos e reiteradamente prometida nas campanhas eleitorais. Queremos que a polícia desempenhe bem o seu papel – investigue, persiga, prenda, garanta a ordem –, mas raramente percebemos que, atualmente, seu papel é cumprido com violência.

Dizem que ela existe prá ajudar/ Dizem que ela existe prá proteger / Eu sei que ela pode te parar / Eu sei que ela pode te prender / Polícia para quem precisa / Polícia para quem precisa de polícia / Dizem pra você obedecer / Dizem pra você responder / Dizem pra você cooperar / Dizem pra você respeitar / Polícia para quem precisa / Polícia para quem precisa de polícia (Polícia, Toni Belloto).

A polícia é a instituição voltada para garantir que todas as outras instituições funcionem dentro da obediência às leis. É a polícia que “diz para você obedecer” às ordens que lhe são dadas, às regras das várias instituições que organizam a nossa vida. É ela que é acionada para prender os criminosos, os que desobedeceram às leis feitas pelos legisladores; é ela que é acionada para garantir que os presos obedeçam aos carcereiros, que os internos obedeçam aos monitores, que os alunos obedeçam aos professores e que os carcereiros obedeçam a seus superiores.

Dizem que a polícia “existe prá ajudar”, “prá proteger” todos os cidadãos. Quem diz isso? Os códigos legais, segundo os quais, todos os cidadãos são iguais, os policiais só podem matar em situação de confronto e não podem torturar para obter confissões. Se considerarmos apenas o que está escrito nos códigos, os homicídios e as torturas cometidos por policiais constituem ilegalidades. Para resolvê-las seria então preciso aplicar a lei, condenando os infratores ao afastamento de suas funções ou à prisão.

Porém, se deixarmos de lado o que está escrito nos códigos e olharmos para o que os agentes da lei fazem cotidianamente, ficamos com dúvidas sobre se a lei vale para todos.

Por exemplo, em 1997, a “tortura” foi tipificada como crime em nosso código penal. Ela já havia sido considerada crime inafiançável e imprescritível na Constituição de 1988 e o Brasil já tinha ratificado acordos internacionais neste sentido em 1984 e 1985. No entanto, foi somente após o “escândalo da Favela Naval”, em Diadema, quando a TV exibiu cenas de dez policiais militares extorquindo, torturando e matando, que a tortura foi tipificada na lei. Apesar da tipificação, as denúncias de torturas continuam se multiplicando e até hoje pouquíssimos casos foram enquadrados nesta prática. Dados do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça indicavam, em 2000, a existência de 240 ações penais, 100 processos e 10 condenações, sendo que nove estavam em recurso. Isto quer dizer que a simples reforma legislativa não transformou a situação.

Diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

“Art 1º Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

(...)

Art. 9o Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Art. 10o Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Art. 11o. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no que lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa”.

Diz a Constituição do Brasil:

“Art. 5o LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente”.

Agora, vamos deixar a Declaração e os códigos legais um pouco de lado e olhar para a rua, para o que os agentes da lei fazem cotidianamente. Vejamos (ou imaginemos) um dia em uma delegacia. O telefone toca inúmeras vezes. Em uma delas, uma mulher desesperada informa que seu marido, um empresário, foi seqüestrado. Como é o atendimento ao telefonema? O delegado é informado da ocorrência? Qual a atenção dispensada por ele? Alguém é encarregado de ir investigar o caso? Alguém suspeito é preso? Ele confessa o crime? Em que condições há confissão?

Alguns dias depois, o telefone toca de novo: é uma denúncia anônima informando que foi encontrado o corpo de um jovem de cerca de 18 anos, pardo, em uma comunidade da periferia. E então, como é o atendimento, a investigação e o encaminhamento?



COMO TRABALHAR

OBJETIVO: o grupo vai refletir e discutir se a aplicação da lei é igual para todos.

Vamos imaginar outros casos:

- um garoto negro da favela é pego em uma blitz policial fumando maconha;
- um rapaz branco está em seu automóvel importado e se envolve em uma batida,

quando a polícia chega, percebe que ele está cheirando a álcool;

- uma dona de casa chega à delegacia toda machucada e declara que foi espancada por

seu marido e que ele a está ameaçando;

- uma psicóloga chega à delegacia e informa que o ex-marido de uma cliente a ameaçou

de morte.

Pensemos sempre qual é a atenção dispensada pelos policiais, a atuação do advogado, o ato da prisão, o processo penal, o desfecho no tribunal e a severidade da

pena aplicada. Há variações ou a lei é sempre igual para todos? As coisas seriam muito diferentes se os policiais, os delegados e os juizes fossem substituídos por outros? Ocorreriam variações em um país onde as desigualdades de riqueza fossem menores? O que faria mais diferença?

Os participantes do grupo se lembram de ter alguma vez recorrido à polícia ou à justiça? Como foi o atendimento? O caso teve encaminhamento? Qual o desfecho? Foi satisfatório?

A violência da polícia em números e fatos

O número exato de mortes efetuadas pela polícia em todo o Brasil é desconhecido, mas são conhecidos os números para São Paulo, o maior estado do país.

Segundo a Ouvidoria da Polícia Militar de São Paulo, entre 1990 e 1998, foram mortas 6.008 pessoas pela polícia e, em 2000, foram 807 casos. Apesar de a polícia justificar estas mortes como sendo resultado de confrontos, os números de mortos entre os policiais não confirmam esta versão. Entre 1990 e 1998, 298 policiais foram mortos em serviço e 393 foram assassinados em dias de folga (a maior parte, quando faziam “bicos” como segurança); no mesmo período, 187 policiais cometeram suicídio. Considerando-se somente os casos de homicídio, há uma desproporção de um policial para cada nove civis mortos.

A maior parte dos homicídios que envolvem a polícia ocorre quando estes agentes são chamados pra perseguir algum suposto criminoso ou quando eles percebem alguém em “atitude suspeita”, situação esta basicamente definida por jovens negros pobres, vagando pelas ruas da cidade, sem algum objetivo evidente.

São estes jovens que, como diz a música dos Títãs, a polícia faz parar, manda obedecer, obriga a responder, estimula a cooperar e espera que se deve respeitar. São estes que a polícia acaba por prender.

Incumbida da prevenção ao crime por meio do patrulhamento, a ação da polícia militar acaba sendo direcionada para a definição do tipo “suspeito”, ao qual é atribuída a eminência do comportamento criminoso e, para dissuadi-lo, não se hesita na aplicação de métodos autoritários e violentos.

Já a polícia civil deve fornecer ao juiz os indícios de culpabilidade do “suspeito”. Muitas vezes isto é feito mediante a violência. Como agentes de uma instituição disciplinar, os policiais civis devem investigar, espionar, interrogar, intimidar, suspeitar, desconfiar, deduzir, inquirir, ocultar, silenciar, fazer falar, indiciar. São os responsáveis por distinguir os “fatos” das “distorções”, atribuir “leviandade” ou “honestidade” aos depoimentos. Se observarmos a prática de muitos policiais, estas distinções, atribuições e confissões serão obtidas por meios ilegais, pela tortura.

São as instituições de controle cumprindo seu papel de impor regras e hierarquias, classificar os “elementos perigosos” – geralmente os jovens mais pobres – fazê-los obedecer à autoridade, delimitar os espaços e os horários em que estes podem circular, punir os que ameaçam a ordem. Quem precisa desta polícia?

Pode ser diferente

A segurança poderia ser garantida por estruturas mais democráticas, que atuassem de forma bem próxima à comunidade. As comunidades poderiam dizer como e contra o que gostariam de ser protegidas. Elas deveriam ter acesso a todas informações necessárias para isso, podendo intervir nas investigações e no encaminhamento de casos em que alguém se sentisse lesado ou agredido. Ai sim a polícia existiria “prá te ajudar”.

Não, não é não. Não é o zoológico: A violência das prisões

Se, por um lado, a prisão é amplamente reivindicada nos discursos contra impunidade, por outro, todos sabem que ela não cumpre o papel de ressocializar o infrator e nem mesmo de garantir que outros não cometam crimes.

Aqui estou mais um dia / sob o olhar sanguíneo do vigia / Você não sabe como é caminhar / com a cabeça na mira de uma HK / metralhadora alemã ou de Israel / esfaçalha ladrão que nem papel / Na muralha em pé / mais um cidadão José / servindo o Estado... / passa fome metido a Charles Bronson / Ele sabe o que eu desejo / sabe o que eu penso (...) Ratatata / Mas o metrô vai passar com gente de bem apressada, católica, lendo jornal, satisfeita / e quando tá com raiva por dentro, a caminho do centro / olhando pra cá, curiosos, é lógico / Não, não é não / Não é o zoológico” (Brown e Jocenir. Diário de um detento.)

Todos sabemos que a prisão é ineficaz, cara, desumana e degradante. São diárias as denúncias de torturas e mortes ocorridas dentro dos presídios e da manutenção dos detentos sob precariedade extrema. Não é um lugar que “reeduque”, “ressocialize”. Então, por que existe e é tão reivindicada pela opinião pública?

COMO TRABALHAR?

Leia e discuta com o grupo o texto a seguir.

Guerra contra a pobreza ou contra os pobres?

Trata-se de tendência mundial que acompanha (ou se faz acompanhar) a emergência de um novo tipo de Estado, um Estado penal e policial, que vai ganhando contornos cada vez mais nítidos, com o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social nos países desenvolvidos e o seu desmantelamento nos países em desenvolvimento, onde ainda nem havia de fato se constituído.

Nas últimas décadas, vemos de forma exacerbada como a pobreza tornou-se crime e como a prisão do pobre, a criminalização da marginalidade e a contenção punitiva dos (????????????) são palavras de ordem da política social. A “guerra contra a pobreza”, lema dos anos 70, transformou-se em “guerra contra os pobres”, com os governos investindo mais em prisões e menos em políticas sociais. Cresceram as taxas de encarceramento, o tempo das penas e os tipos de delitos puníveis com a prisão. Assim, essa construção do Estado penal responde não à criminalidade, que continua sempre crescente, mas sim aos deslocamentos sociais provocados pela desestruturação do Estado de Bem-Estar Social. E ela tende a se tornar sua própria justificativa, uma vez que seus

efeitos criminológicos contribuem para o aumento da insegurança e da violência entre aqueles aos quais ela supõe estar trazendo o remédio.

O encarceramento e a segurança tomaram-se uma verdadeira indústria do controle do crime, com interesses econômicos em uma engrenagem que envolve desde os serviços de construção das prisões (que devem ser rápidos e eficientes), até o fornecimento de equipamentos (que possibilitem o controle da comunicação, do consumo de drogas, da identificação e do comportamento), passando pela administração, cuja principal função é garantir a manutenção das grades e a não circulação das armas. Desse modo, as questões éticas na penalização e punição dos comportamentos desviantes foram superadas por questões pragmáticas e administrativas.

A sociedade do medo

O crescimento das prisões, dos equipamentos de segurança, das leis penais e das medidas repressivas está relacionada à sociedade do medo, que edifica toda uma imensa e resistente superestrutura de prevenção e segurança para fazer face aos medos, perigos e ameaças que tornam a nossa vida absolutamente incerta. A sociedade do medo consolida-se quando a vivência subjetiva dos riscos é superior à sua vivência objetiva, dada a exposição massiva de situações violentas pela mídia. Contribui para esta discrepância a vertigem causada pela contínua aceleração que a revolução nos meios de transporte e de comunicação vem proporcionando, disseminando sempre informações contraditórias, que transformam o mundo numa “aldeia global”.

Neste contexto, a segurança torna-se a maior pretensão social e, como o Estado de Bem-Estar Social está descartado, resta ao Direito Penal garanti-la. Acresce-se ainda que a corrupção das instituições públicas leva a opinião pública a desacreditar de outras instâncias de resolução dos conflitos e assim o Direito Penal vai adquirindo prevalência absoluta.

O número de presos

No Brasil, entre 1976 e 1999, a taxa de encarceramentos subiu de 88 por 100.000 habitantes para 115. Em São Paulo, comparando-se o semestre de outubro de 1996 a março de 1997 com o mesmo período entre 1997 e 1998, aumentou em 26,56% o de pessoas revistadas e em 34,78% o número de prisões em flagrante. Entre 1976 e 1989, os Estados praticamente dobraram seus gastos com presos e prisões. Como resultado, em seis Estados do país, o orçamento para o sistema penitenciário ultrapassou US\$ 1 bilhão. Os investimentos foram também crescentes, nestas décadas, em penitenciárias, cassinetes, algemas e efetivos das polícias militar e civil.

O crime organizado

Porém, se tem crescido tanto o sistema penal, tem crescido tanto, por que só se fala em impunidade? Este processo está diretamente ligado à elevação da ao fato de a “criminalidade organizada” para o primeiro plano do debate. O tema do “crime organizado” em suas várias versões – corrupção, tráfico de armas e drogas, quadrilhas de seqüestros, roubos de cargas e a bancos, grupos de extermínio – ressalta a ação dos setores mais poderosos da sociedade, como políticos, grupos empresariais e financeiros, autoridades políticas e policiais e proprietários rurais ou comerciantes urbanos com suas milícias privadas. E estes grupos jamais são enquadrados no sistema penal.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: praticar e interpretar os Direitos Humanos na vida cotidiana.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos têm direito à:

- liberdade de desenvolvimento de sua personalidade;
- liberdade de locomoção;
- liberdade de residência;
- liberdade de emigração;
- igualdade;
- privacidade;
- honra ;
- reputação;
- dignidade;
- propriedade;
- serviços públicos;
- receber e transmitir informações e idéias;
- participar de reuniões;
- tomar parte no governo;
- escolher o trabalho;
- participar em sindicatos;
- gozar de férias remuneradas;
- assegurar a sua família padrão de vida compatível com a saúde e o bem-estar;
- participar da vida cultural e do progresso científico de sua comunidade.

Agora, responda: seria possível uma prisão em que todos estes direitos fossem garantidos?

Para aceitarmos que os presos não tenham acesso aos direitos humanos, temos é necessário que admitir que os condenados não são pessoas. Embora, isso contrarie exatamente o propósito da Declaração Universal, muitos pensam assim: aqueles que se comportaram como feras devem ser mantidos em zoológicos.

Agora, imaginemos diferentes casos:

- o desvio de verbas públicas por um juiz;
- o furto de uma carteira em uma rua movimentada;
- o assassinato de um homossexual por um grupo de carecas;
- o espancamento de uma mulher por seu marido;
- a ocupação de uma fazenda por famílias sem -terra.

Se estes casos tiverem como desfecho a prisão dos acusados, quais são as conseqüências? A vítima é recompensada? O preso se regenera? A sociedade fica mais segura?

O Sistema de Justiça Criminal

(Andrei Koerner)

O papel do sistema judicial criminal (Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia, Prisões, Polícia) para o combate à criminalidade é uma questão debatida há muito tempo por estudiosos e profissionais. A crença muito difundida entre a população – que é alimentada pela mídia, usada por políticos e explorada por outros interessados – é a de que o sistema judicial criminal

desempenharia o papel central de eliminar ou diminuir a criminalidade e de que as prisões teriam a função de reeducar, ressocializar ou reinserir o criminoso na sociedade.

Há muitos anos essas idéias já foram ultrapassadas por pesquisas, e pelas críticas de profissionais e de outras pessoas que viveram a experiência do sistema, como prisioneiros ou acusados. Eles mostraram que o sistema cria e reforça a criminalidade, ou seja, ele alimenta aquilo que diz combater. As prisões não reeducam, as polícias e outros funcionários do sistema vivem em conluio permanente com o crime, especialmente, o organizado. E, na maior parte das vezes, o sistema transforma em crime aquilo que era um conflito interpessoal, que era uma lesão a um direito de outro, que foi um ato impensado, ou resultado da “má cabeça” de alguns jovens.

Ao transformar esses conflitos em “crimes”, o sistema coloca em funcionamento uma engrenagem que tem o objetivo de procurar culpados a quem possa punir, que vasculha a vida do acusado, buscando sinais de seu “desvio” nas suas relações com a família, com a escola, com os amigos, conhecidos e vizinhos. Toda e qualquer diferença do acusado em relação aos supostos valores morais da sociedade, que são os nossos preconceitos com relação aos outros e também os estereótipos dos funcionários do sistema (juizes, promotores, advogados, policiais, agentes penitenciários e outros funcionários), é usada como sinal que confirma as suspeitas sobre o acusado. Assim, o funcionamento do sistema, – o processo penal, e a busca de culpados para exercer a punição faz com que os acusados que caem nas suas malhas passem a ser gradualmente transformados em criminosos. Isso é incorporado pelos próprios “criminosos”, que passam a acreditar que são “diferentes”, “não têm jeito, mesmo”, “escolheram o lado errado”, e que são irrecuperáveis, e que voltarão a cometer crimes quando voltarem à sociedade.

As prisões são o lugar em que isso ocorre de uma maneira mais forte. Diz-se que a prisão deveria reeducar, ressocializar, ensinar os princípios morais e os hábitos de trabalho da sociedade para os condenados. Mas Porém, nas prisões eles perdem sua individualidade, passam por violações, desde as pequenas humilhações até espancamentos ou mesmo a morte, feitas por guardas e outros condenados. A justificação da prisão resulta num paradoxo, pois o indivíduo é afastado da sociedade para que aprenda a viver em sociedade... Além disso, em muitas prisões, ensina-se os condenados a trabalhar, mas em atividades nas quais eles terão muito poucas chances de encontrar uma posição mais tarde. O trabalho dos condenados serve apenas para que as empresas tenham mão-de-obra barata para atividades repetitivas e que não precisam de grande treinamento (costurar sapatos, retirar os arremates de peças de roupa, montar vassouras, etc.).

A sociedade – ou seja, eu, você, nós – confirma esses preconceitos, pois quando vê um sujeito rotulado como criminoso – más companhias, “passagem na polícia”, “condenação”, “cana” – pensamos que “boa coisa não é”, alguma coisa fez, deve ser culpado de alguma coisa... Assim, os empresários evitam contratá-los, pessoas “de bem” evitam contato, os amigos se distanciam e mesmo os seus familiares passam a evitá-los.

Assim, quando enfrentamos problemas de violência em nosso cotidiano, ou os vemos nos jornais e na televisão, fechamos os olhos, nos distanciamos do problema e concordamos, sem pensar, com aqueles que dizem que “é preciso soluções simples”: é preciso fazer uma “guerra” contra a criminalidade; é

preciso afastar esses indivíduos da sociedade, deixar que o sistema judicial criminal tome conta deles. Fechamos nossos olhos e nossas mentes e deixamos de pensar que esse sistema, do jeito que funciona, ajuda a ampliar os mesmos problemas que ele afirma que combate, pois reproduz e a recria pessoas que praticam atos violentos, aquelas que vão ampliar aquela mesma violência que, atemorizados, deixamos "nas mãos" do sistema...

Pode ser diferente

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: colocar o grupo em contato com alternativas à prisão.

Se a prisão não é a solução para o problema da criminalidade, que outras alternativas haveria? Muitas. Tente lembrar alguns conflitos em que você se envolveu nos últimos tempos: desavenças com a família, brigas com vizinhos, algum assalto ou furto do qual você tenha sido vítima, desentendimentos no trabalho, briga no trânsito, etc. Como você encaminhou o problema? Você recorreu à polícia? Qual foi o desfecho? Compare casos que foram encaminhados para a polícia e outros que não foram: em qual deles você ficou mais satisfeito?

Se você usou recursos que não violam os direitos humanos para resolver estes problemas, então você pode indicar para o Estado alternativas à prisão.

¹⁴ Bloco de Carnaval do Projeto Meninos e Meninas de Rua, de São Bernardo do Campo / São Paulo.

EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁴

Tatiana Amendola Barbosa Lima Didion

Muitas foram as mudanças de conceitos introduzidas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que atende à legislação internacional sobre a situação da criança e do adolescente, e que trata da situação de TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL. Estas são definidas como sujeitos de direitos.

"Art. 4. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Já vimos como a criança e o adolescente são vítimas na violência que acontece em casa e na rua.

A redação do artigo 4 do ECA é clara sobre as esferas de responsabilidade que devem atuar na proteção dos direitos das crianças.

Mas Porém, será que a criança e o adolescente sempre foram vistos assim?

Um pouco de história...

A história das políticas sociais voltadas para a área da infância e juventude no Brasil remonta ao final do século XVIII.

A preocupação específica era com os "menores" carentes e abandonados, acolhidos nas Santas Casas de Misericórdia e Orfanatos.

O termo "Mmenor" é usado para estigmatizar e discriminar um setor da população, que, normalmente, é carente e tem seus direitos básicos comprometidos. Essa criança e esse adolescente passam a ser vistos como potencialmente perigosos.

Já, para as crianças e adolescentes que cometiam delito/ato infracional (pequenos furtos, roubos, homicídios), o Estado brasileiro criou os "Reformatórios" ou "Institutos Correccionais". Estas instituições que, como o próprio nome diz, objetivavam *ajustar* e disciplinar.

– Observe novamente a "Máquina a vapor para a rápida correção de meninos e meninas" e você perceberá claramente qual era concepção do século XVIII sobre os pecados infantis. –

Desde então, é predominante a idéia, de que delinqüência só pode ser resolvida com exclusão social, confinamento. Ou seja, apela-se para a mesma solução aplicada aos penalmente imputáveis; a segregação social via reclusão em estabelecimento penitenciário.

Em 1927 foi aprovado o Código de Menores, que visava internações de crianças e adolescentes órfãos, abandonados e infratores com o intuito de "corrigir", "reformatar" e devolvê-los para a sociedade devidamente "adaptados". "A matriz do trabalho era baseada numa dupla perspectiva: proteger os internos de um mundo hostil e, principalmente, proteger a sociedade da convivência com esses menores."¹⁵

Durante a ditadura militar (1964 –1984), foi criada a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), estabelecendo assim uma política nacional de atenção à infância e adolescência, cujo fim era objetivo era o controle, vigilância e confinamento.

Por sua vez, a Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), nossa velha conhecida, foi fundada em 1976, descendente, portanto da FUNABEM.

A partir da década de 80, houve, por parte das entidades da sociedade civil, uma grande mobilização nacional, buscando políticas mais amplas de proteção e atenção na área da infância e juventude, na tentativa de tornar os jovens sujeitos de direitos.

Ocorreu um grande importante avanço no que tange a legislação, através da Lei 8.069/90, de 13 de junho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, (legislação especial), cujo maior desafio, é a reorganização das práticas de atendimento de direito às crianças e aos adolescentes.

Vítima ou agressor?

Pois eu melhor

Do que qualquer pessoa sabe

O que um adolescente sofre e sente

Dentro de si. Sei também o motivo de sua entrada

No mundo das drogas e da marginalidade e sei também como

Ele se julga. Eu sou alguém que sabe o que é sofrer e ser obrigado a ser um adulto com apenas oito anos.

Jonathas dos Santos Cruz. *Texto Menção Honrosa.*
O Futuro do Brasil não merece Cadeia. M. Justiça, Conselho Regional de Psicologia/SP.

Para seguir a linha de análise da violência nas instituições, iremos nos determos mais especificamente no que diz respeito ao ato infracional cometido por adolescentes.

Uma vez cometido o ato infracional, dispõe o Estado dispõe dos instrumentos necessários para afastar o jovem delinqüente do convívio social. Surge, daí, a necessidade de analisar as finalidades do ECA, bem como suas medidas sócioeducativas e, principalmente, como o Estado tem atuado na efetiva aplicação destas medidas, para educar e reintegrar o jovem ao convívio social.

Medidas sócioeducativas possíveis de aplicação para o adolescente autor de ato infracional:

Advertência	Censura verbal da autoridade judiciária. Infrações leves. Art. 115 do ECA.
Reparar o Dano	Compensar o prejuízo da vítima. (quando há reflexos patrimoniais). Art. 116 do ECA.
Prestação de Serviços à Comunidade	Realizar tarefas gratuitas junto às entidades assistenciais, hospitais, escolas, programas comunitários ou governamentais, etc., sem prejuízo da jornada escolar ou de trabalho do adolescente. Art. 117 do ECA.
Liberdade Assistida	Acompanhamento personalizado (assistentes sociais, psicólogos) ao adolescente tendo como intuito sua inserção, e o fortalecimento das relações familiares e sociais. Arts. 118 e 119 do ECA.
Regime de Semiliberdade	Como forma de transição para o meio aberto (ou desde o início) sem prejuízos de suas atividades externas. Art. 120 do ECA.
Internação	Privação de liberdade, jamais excedendo 3 anos. Arts. 121,122,123,124,125 do ECA.

¹⁶ *Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Teixeira, Maria de Lourdes Trassi. "Liberdade Assistida: uma polêmica em aberto". Caderno nº 1, /IEE, CBJA/. Fevereiro/94.*

Artigo 5 do ECA: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ocasião ou omissão, aos seus direitos fundamentais."¹⁶

Vale lembrar que em nossa realidade, infelizmente, não são exercidas essas formas essenciais de proteção e promoção dos direitos que devem ser válidas para todos. Lembramos que o Estatuto trata da condição de todas as crianças e adolescentes do Brasil, protegendo-as da exploração do seu trabalho, do tráfico sexual, da violência doméstica. Diz respeito, também, aos adolescentes em conflito com a lei, quando internados em instituições do Estado.

" Se talvez não existissem as diferenças sociais, o preconceito, poderia até ser diferente, pois não há em nenhum lugar do mundo um adolescente que pense sinceramente em ser um marginal no futuro. Todos têm sonhos..."

Susana Alves Dias, adolescente. *Texto premiado com Menção Honrosa. O Futuro do Brasil não merece Cadeia. Concurso promovido pela Comissão da Criança, Adolescente e Família do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP- SP.*

O adolescente como vítima e como agressor.

A criminalidade é uma das formas preferenciais de a violência mostrar cotidianamente sua cara. Nossa população, principalmente nos grandes centros urbanos, vive em clima de medo e insegurança.

Deste modo, a partir em face do aumento do número de jovens envolvidos nos fatos criminosos e de sua posição de principal vítima da violência fatal, torna-se necessária a busca de uma solução para o problema.

Diante disto, há setores propondo penas mais rigorosas e redução, a diminuição da maioridade penal para os 16 anos, com o adolescente julgado pela justiça comum, bem como cumprindo pena no sistema penitenciário. Maior rigor implicaria na diminuição da violência da criminalidade?

Não quero saber,

Eu quero viver,

Não vou querer morrer.

Quero ir pra escola,

Sem ver o moleque na esquina,

Cheirando cola

E usando outras drogas;

Pode acreditar, meu sonho é ver

Meu irmão crescer,

E como ele, o irmão de vocês também,

Pode crê.

Mas se vocês não quiserem escutar,

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: aplicar medidas sócio educativas na vida cotidiana.

Procure exemplos de atos infracionais e as melhores medidas sócioeducativas a serem aplicadas.

As unidades de internação da FebemEBEM (chamadas Unidades Educacionais, UE), constituem-se no local para o cumprimento das privações de liberdade (medida sócioeducativa de internação). Ali, o respeito aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, não devem ser negligenciados. Dito de outra forma, são assegurados alguns dos mais importantes direitos referentes à vida; à saúde; à alimentação; à educação; ao esporte; ao lazer; à profissionalização; à cultura; à dignidade e ao respeito.

Vão em frente até desandar.

Diga não.

Ontem à noite estava embaçado,

Um pilantra foi jogado do telhado da detenção.

Detenção não oferece mudança,

Nem pra mim nem pro meu irmão.

Pode acreditar.

*Elder Aparecido de Carvalho - Texto Menção Honrosa:
"Sonho do Menor Carente é Educação". O Futuro do Brasil não merece Cadeia.
M. Justiça, Conselho Regional de Psicologia/SP.*

Outros setores sustentam que o eixo da política de combate à criminalidade deve ser o da aplicação de políticas públicas que integrem esse adolescente na comunidade por meio de programas culturais, e educacionais, sem esquecer suporte e orientação às suas famílias. Estes setores afirmam que o adolescente autor de ato infracional é responsabilizado pelo ECA, que propõe uma série de medidas sócio-educativas, responsabilizando-o pelo ato cometido. Os grandes problemas que se impõem são a precariedade das condições de internato (FEBEM) e a falta de propostas pedagógicas e terapêuticas necessárias à formação do adolescente. O problema que vivemos é decorrente da falta de aplicação integral do ECA.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: singularizar a especificidade do jovem.

Discuta este tema com o seu grupo.

Refleta sobre a posição do adolescente como vítima de muitas violências e como agressor.

Leia com seu grupo o texto sobre a violência na (da) família e a relação entre a violência doméstica e a violência fatal.

Crie uma proposta de ação preventiva.

A Escola: instituição que pode fazer diferença

Por que, em vez de prender esses jovens, não lhes damos educação? Tentemos, pois, içar mastro e bandeira, porque reconheçamos, brasileiros, essa bandeira já permaneceu abaixada por tempo demais..

Thiago L. Palmiro. Texto Menção Honrosa, O Futuro do Brasil não merece Cadeia.

Diante deste estado de coisas, existe uma instituição que pode fazer diferença: a escola – local onde os jovens, as maiores vítimas desta situação, passam a maior parte de sua vida.

Dissemos “pode” fazer a diferença, pois há muitas situações de violência que envolvem a escola e há escolas que se parecem mais com prisões do que com lugares de construção de um saber e de convívio democrático.

Quando se fala em violência na escola, logo começam as referências a casos de ameaças e agressões de alunos contra professores ou entre alunos, depredações dos

prédios, roubos, tráfico de drogas.

Recente pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), feita com alunos, professores e pais em 14 capitais do Brasil, tratou deste tema.

Um dos resultados mais interessantes é que, para além destes casos mencionados, o maior problema apontado por 80% dos professores e 85% dos próprios estudantes é a indisciplina dos alunos. Como vimos, a escola é uma das importantes instituições disciplinares da nossa sociedade. A indisciplina pode ser compreendida como uma forma de resistência aos seus mecanismos de poder, quando não há autoridade legitimada pelo saber e pelo diálogo, quando não há participação, quando as pessoas são tratadas com preconceito, discriminadas como “coisas”.

Uma pesquisa feita pelos jovens de Heliópolis, em São Paulo, para a Rede de Observatórios de Direitos Humanos, traz vários relatos sobre o cotidiano violento e de enfrentamento nas escolas.

César, de 18 anos, conta como a ameaça contra o professor é, muitas vezes, resistência à imposição, pela agressão verbal, de uma autoridade que discrimina e humilha.

“No final do ano passado, eu fui preso e fiquei alguns dias sem ir à escola. Quando voltei, eu estava debatendo de igual para igual com a professora sobre o que o Hitler havia feito e ela me mandou calar a boca porque ela disse que não discutia com marginal e que todo favelado era assim. Eu perguntei se ela estava me xingando só por eu morar na favela e ela respondeu que queria dizer isso sim. Daí eu falei que ia matar ela e então ela saiu da escola”.

Mais adiante, César mostra que a bagunça é resistência a dois importantes mecanismos do poder disciplinar: a **classificação**, que organiza os indivíduos em salas de aula segundo sua origem social; e a **vigilância**, muitas vezes realizada até mesmo pela polícia. A permanência desta relação de discriminação-resistência, que evidencia a proximidade entre escola e polícia, chega ao extremo da expulsão, que é então retaliada pela depredação.

“A diretora dividiu as salas assim: quem morava na favela ia para uma sala e o resto ficava em outra. (...) Ela era folgada só porque o irmão dela era delegado. Um colega meu bagunçava porque todo mundo era revoltado e ela chamava a polícia direto para revistar a gente na porta da escola. Queriam ver se a gente tinha droga. Mandavam jogar os cadernos no chão, colocar as mãos para cima e encostar no muro no meio da rua, na frente de todo mundo. Eu estava na 7ª série e estudava à noite. Faltando dois meses para acabar as aulas ela chamou quase todos os alunos da sala, quase todos moradores de Heliópolis, e expulsou todo mundo. Daí nós fomos expulsos e jogamos pedras nas janelas da escola”.

Márcio, também estudante de Heliópolis, conta que:

“Este ano, jogaram bombas no banheiro algumas vezes. A diretora sempre acusava a gente e chegou a chamar a polícia para conversar conosco. Eles não nos revistaram, mas cheiraram nossas mãos para verificar se estava com cheiro de pólvora. Tudo que acontece lá acusam a gente imediatamente, sem saber de nada”.

Outro aluno, de outra escola da região, traz um relato semelhante, mas ressalta como a intervenção da polícia pode ser diferente, ser o policial for conhecido e atuar de forma próxima à comunidade.

“A diretora (...) que só estava na direção desta escola há três meses chamou todos os alunos de favelados porque alguns alunos desligaram toda a eletricidade. Saiu até no jornal. Daí pessoas de fora e alguns alunos quebraram toda a escola. A diretora percebeu que estava ficando ruim para o lado dela e tirou licença e nunca mais apareceu na escola para explicar o que havia acontecido. Ela não morava em Heliópolis. Chegou a chamar a polícia para explicar a situação. O policial disse que ela iria pedir demissão porque ela estava com medo e a classe disse que ela não precisava ter medo e sim respeito pelos alunos. Nós ficamos três semanas sem aula. Este policial foi super legal. Disse que ele era igual a nós. Mas este policial a gente conhece e conversa com ele direto”.

Vários depoimentos mencionam casos de roubo de materiais. São situações de resistência a espaços fechados, controlados:

“No colégio só os professores podem usar a sala de computação. Eles falam que o aluno não pode usar porque vai quebrar.”. “Fecharam a biblioteca porque disseram que estavam roubando. Faz tempo que fechou e nunca mais abriu”.

Já segundo a diretora de uma das escolas da região, o problema no fato de a escola não ter mais recursos disciplinares para impor a ordem. A repetência, excluída no estado de São Paulo pelo programa de progressão continuada, seria um destes importantes recursos – que permitiam classificar, hierarquizar, comparar, fazer competir. Recursos para transformar talentos, habilidades e conhecimentos em notas e, assim, instrumentos de poder:

“O maior problema desta escola é a falta de consciência. O aluno vem para a escola para bagunçar; ainda não entrou na cabeça deles que devem frequentar a escola para estudar e não para fazer bagunça. Infelizmente, com esta política de que não se repete de ano, a escola está um caos. Não está na cabeça do aluno que ele deve aprender. A gente tenta despertar consciência todos os dias através de muita conversa”.

COMO TRABALHAR?

Leia os textos a seguir.

Retomemos mais uma vez a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“Art. 19 – Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Art. 20 – I) Todo o ser humano tem direito à liberdade de reunião e associações pacíficas. II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Art. 26 – I) Todo o ser humano tem direito à instrução. (...) II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) diz:

“Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

X - valorização da experiência extra-escolar”.

Agora, pense bem, e responda: você tinha estes direitos respeitados quando estava na escola? Ou, caso ainda esteja, sua escola respeita estes direitos?

Pode ser diferente

Como então poderia ser uma escola não disciplinar, que, ao invés de institucionalizar a violência, disseminasse os valores democráticos?

Há experiências em todo o Brasil de construção de escolas que “dão certo”.

A pesquisa feita pelos jovens de Heliópolis trouxe a descrição de uma escola que, em quatro anos, “deu um salto em termos de qualidade de ensino e integração com a comunidade”. A forma encontrada para atingir este sucesso foi uma proposta democrática e inovadora para o planejamento e o processo decisório que garantiu a criação de comissões, com a participação de estudantes, professores, coordenadores e pais e maior integração da

escola com a comunidade. Uma proposta pedagógica que transformou a comunidade (e seus problemas) no conteúdo curricular, no objeto de estudo dos alunos. Nas palavras do diretor:

“A idéia que rege o projeto que estamos tentando implantar aqui na escola é que TUDO PASSA PELA EDUCAÇÃO, isto é, a escola tem que estar contaminada pela necessidade da comunidade. Uma escola atuando não isoladamente significa uma escola atuando com todas as outras instituições, desde a família até o Estado. Quando afirmamos que tudo passa pela educação, isto significa que a questão da moradia, da saúde e dos outros direitos são problemas da escola. Não que ela resolverá tudo, mas, tentará trabalhar o aluno contextualizado, ou seja, no seu contexto. É um processo lento e gradual”.

Na mesma direção, a Escola Estadual Condessa Filomena Matarazzo, também em São Paulo, vem desenvolvendo, já há oito anos, novas maneiras de aprender, conviver e ensinar baseadas no pressuposto de que a escola deve privilegiar práticas que favoreçam a elaboração da cidadania em todas as suas dimensões. A abertura da Biblioteca e do Laboratório de Informática à comunidade, nos finais de semana, e a transformação do auditório em sala de Cinema – para também disponibilizá-la ao público externo – são parte do conjunto de ações previstas no projeto Integrar pela Educação, que busca materializar um projeto pedagógico diferenciado (ver módulo II).

As Escolas Democráticas.

Várias são as formas de resistência à violência da instituição escolar nas suas regras impostas, na desigualdade das relações e, nos controles sobre o espaço e o tempo, sendo algumas delas também violentas, como ameaças e agressões. A alternativa é a escola democrática.

Existem no mundo centenas de instituições que levaram a estrutura da cooperativa descrita no começo para o ambiente escolar, transformando-o em uma associação voluntária de pessoas com objetivos comuns – o do aprendizado – que aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento.

Nas escolas democráticas, todos os debates são “de igual para igual” e com respeito mútuo. É assim que se constrói o conhecimento e não pela assimetria de alguém que supostamente conhece um assunto em relação a outro, supostamente ignorante.

Ali também foram extintas todas as formas de classificação, elemento fundador da discriminação. Os estudantes não são separados em salas de aula nem em séries. Os estudos são organizados e dirigidos conforme os interesses dos estudantes. Se estiverem interessados em entender a Segunda Guerra Mundial, o tráfico de drogas, o cálculo da inflação ou qualquer outro tema, organizam-se grupos para estudá-lo. O professor orienta-os neste trajeto. Como os estudos correspondem aos interesses dos estudantes, então as notas e as listas de presença tornam-se absolutamente desnecessárias. E, não havendo séries, não há a possibilidade da repetência. Ela simplesmente deixa de fazer sentido.

Quando os jovens se interessam por um tema, eles se aprofundam nos estudos por conta própria, buscam informações, conversam com quem conhece o assunto. Se o conhecimento é buscado com prazer, ele não se converte em instrumento de poder (que é uma violência) e os jovens de fato aprendem. O importante é que, nas escolas democráticas, eles podem organizar seu tempo e assim libertar o conhecimento das grades curricular e horária.

Nestas escolas, também é muito diferente a forma de lidar com os conflitos, com a bagunça, brigas ou prejuízos ao bem comum. Vimos antes que a intervenção policial reforça a discriminação e é mais um elemento de violência, com revistas, inspeções e humilhações. Nas escolas democráticas, os conflitos são mediados pela própria comunidade. Todos – professores e estudantes – participam da elaboração das regras e se responsabilizam por elas. E as regras podem ser sempre transformadas, se isto for da vontade da maioria.

Estudantes e professores eleitos por todos encarregam-se, em sistema de rodízio, de encontrar as melhores formas de compensar prejuízos e conciliar desafetos, sem atentar contra os direitos individuais: delimitam espaços de circulação para evitar encontros entre desafetos; estabelecem compensações monetárias ou de serviços por danos causados à escola ou a colegas; ou optam ainda pela tolerância que, muitas vezes, é o caminho mais educativo.

Em relação aos roubos, estes só acontecem nas escolas disciplinares, porque os bens não pertencem a todos. Eles são tratados como propriedade privada dos professores ou dos diretores. Em uma escola democrática, não há espaços fechados. Assim como o tempo, os espaços também são libertos das grades. Todos – estudantes e professores – têm livre acesso à biblioteca, à quadra, aos computadores. É assim que todos se sentem responsáveis pela boa manutenção dos recursos.

Estamos tão acostumados com a forma como as escolas são, que mal conseguimos imaginar uma escola democrática como a descrita acima. Mas elas existem às centenas pelo mundo todo e há muito tempo. Assim como as cooperativas, já mostraram que dão certo: são ambientes nos quais os conflitos não se transformam em violência e em que o aprendizado é vivido com prazer. As alternativas existem. Basta a gente ter vontade de mudar.

VIOLÊNCIA NO (DO) MUNDO



Objetivo do módulo: ampliar a auto percepção dos participantes como cidadãos globalizados, familiarizando-os com as questões que envolvem a cidadania e seus direitos – e a luta contra o preconceito e a intolerância. Partindo da crítica ao medo e à indiferença, desenvolver a reflexão sobre a possibilidade de uma globalização alternativa que garanta mais igualdade entre os povos.



O mundo...

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: dar a conhecer como cada um dos participantes se situa em relação ao mundo.

O que é o “mundo” para vocês? Quais são os países que vocês conhecem, próximos ou distantes, ou que gostariam de conhecer?

O que acontece no mundo? Listar, para cada país conhecido – por ouvir falar, por ver na televisão, por lido no jornal, ter ouvido o relato de alguém que para lá foi a passeio ou emigrou – coisas boas e coisas que considera “más”.

Como se vive em outros países?

Como é ser mulher, homem, jovem, criança, idoso em outros países? E o Brasil no mundo: como vocês o situam? Se possível e necessário, localizar os países citados no mapa mundi.

Se posicionando diante do mundo

Às vezes ouvimos que “é preciso olhar para o próprio umbigo para não perder a barriga”, ou então, “eles que são brancos que se entendam”, “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, “menino, não se meta no que não é da sua conta”, “você é café-com-leite”...

Esta é uma das dificuldades para falar dos vários aspectos da violência do mundo.

Será que tudo o que acontece no mundo nos diz respeito ou “não é da nossa conta”? A primeira dificuldade é o desinteresse e mesmo a indiferença em relação a estes temas. Muitas vezes não nos damos conta do quanto a nossa realidade está incrustada na dimensão mundial, somos parte de um mesmo mundo.

As línguas de outros povos soam estranhas e incompreensíveis, os nomes das pessoas e dos lugares parecem impossíveis de pronunciar, e as paisagens das terras distantes são tão familiares quanto uma paisagem lunar ou do planeta Marte.

Até pouco tempo atrás, há apenas duas ou três décadas, os acontecimentos importantes ocorridos no mundo não alcançavam grande repercussão em todos nós. Sabíamos de coisas que aconteciam pelo rádio, mas todos os acontecimentos, mesmo os que ocorriam aqui no Brasil, em Brasília ou na Amazônia ou em São Paulo, nos pareciam muito distantes!!! Assim, os casos que em terras longínquas seriam atos de opressão, injustiça ou arbitrariedade, terminavam não sendo debatidos, nem questionados ou condenados pela voz pública que não passava de murmúrio...

Em tempos da guerra fria entre as duas grandes potências mundiais – os Estados Unidos e a União Soviética –, as guerras entre Israel e os países árabes – a Guerra dos Seis Dias em 1967, e a Guerra de Yom Kippur em 1973, por exemplo –, tiveram enorme impacto na ordem mundial, afetando drasticamente as relações internacionais por conta das mudanças de preço e de distribuição do petróleo. Estes acontecimentos tão distantes tiveram conseqüências que sofremos até hoje, pois em parte produziram as políticas neoliberais que atualmente imperam no mundo, aceleraram as mudanças políticas que levaram ao final da URSS e à queda do Muro de Berlim.

Na década de 70, quando milhões de pessoas morreram de fome em Bangladesh, mesmo com o *Concerto para Bangladesh* promovido pelos *Beatles*, em Nova Iorque, o tema rapidamente esmoreceu. Os comentários, mesmo os mais indignados, sempre termi-

navam com um: “não dá prá fazer nada, é longe demais, quase fora do mundo, inacessível!”. As fotos daquelas crianças famintas, altas e esticadas de tão magras, quando apareciam nos jornais ou na televisão, surgiam mais “obras de arte” do que causas de violência. Da violência da fome e da guerra.

Mas agora, em todas as casas, em todos os povoados, podemos ver pela televisão o que acontece no mundo e como as pessoas vivem: as semelhanças e as diferenças entre as formas de viver e de brincar, de cantar e de trabalhar, de ser jovem, velho, mulher ou homem.

Sinais dos tempos: nos anos 60, os pobres viviam em condições trinta vezes pior que os ricos. Ao final dos anos 90, vivem em condições que são oitenta e duas vezes piores.

Na Primeira Guerra Mundial, morria um civil a cada sete militares mortos. Nas guerras de hoje a proporção inverteu: a cada soldado morto são sete ou oito civis, na sua maioria mulheres e crianças.

E, ao mesmo tempo, nunca obtivemos tantas informações, tantos conhecimentos, e conseguimos formular tantos direitos. Ou seja, nunca tivemos à nossa disposição tantos meios para acabar com as misérias, as fomes e as guerras!

Nós e o mundo

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: colocar cada participante em contato com seu distanciamento ou a sua familiaridade em relação aos acontecimentos mundiais, ou aqueles que ocorrerem que acontecem em regiões distantes do Brasil.

Entregar a cada um dos participantes – também pode-se trabalhar em duplas - uma relação preparada pelo agente ele, especialmente adequada ao grupo, de fatos importantes ocorridos nas últimas décadas – como exemplificado abaixo -, – e solici-tarpede que assinalem os itens conhecidos ou que os descrevam em poucas palavras.:

Acontecimentos: você sabe aonde foi? Quem estava envolvido? Quando foi?

Guerra do Vietnã

Guerra do Golfo Pérsico

Ditaduras latino-americanas

Guerra das Malvinas

Fórum Social Mundial

Glasnost

Massacre de Carajás

Massacre no Carandiru

Personagens: você sabe de onde ele/(a) era? Qual a sua importância? Quando?

Salvador Allende

Hillary Clinton

Martin Luther King

Che Guevara

Madre Tereza de Calcutá

Margaret Thatcher

Carlos Lacerda

Jorge Amado

Maria Teresa Goulart

Leila Diniz

Perguntas

- Você já tinha nascido quando isto aconteceu? Seus pais se lembram de algo sobre estes temas?
- Você acredita que houve mudanças no mundo por conta de alguns (ou algum) destes acontecimentos?

Caso várias pessoas do grupo tenham lembranças importantes relacionadas com a algum acontecimento, deixar que o grupo troque impressões.

Violências do mundo: o nacionalismo e guerras entre os países

Foi um instrumento importante para a idéia de que pertencíamos a um marco coletivo e isso nos dava uma sensação de amparo e mesmo de identidade. Desde este marco olhávamos para os demais, com desconfiança!

Os irmãos

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: trazer a vivência do preconceito, mesmo quando ele se manifesta em em situações cotidianas. Mostrar como o pertencimento a um coletivo termina produzindo o preconceito como forma de distinção entre o Mesmo e o Outro.

Repertir o grupo em subgrupos menores dos: filhos únicos, primogênitos, caçulas. Caso o grupo maior seja numeroso, outras categorias podem ser acrescentadas: filhos do meio, filhos adotivos e gêmeos.

Os subgrupos pequenos devem discutir entre si as especificidades de sua – condição - as vantagens e as desvantagens, por exemplo, de ser filho único. Em seguida, cada subgrupo elabora um “relatório de grupo”, listando as características sobre as quais todos concordam.

Num segundo momento, o grupo grande volta a se reunir, e cada subgrupo, através de um representante, lê a lista das características no fórum amplo. Lidas as listas, o agente comunitário revela que, na verdade, cada uma das listas contém os preconceitos – “pré-conceitos” – que cada grupo tem e as generalizações que cada

grupo faz em relação aos outros, a partir de seu ponto de vista, de sua situação particular, de filho único, caçula, filho mais velho, sem na verdade “se colocar na pele do outro” e sem considerar que somos todos singulares. Seremos filhos únicos, por exemplo, não nos torna iguais, nem nos faz reagir da mesma maneira.

A discussão sobre os preconceitos e as generalizações, agora, passa a ser geral. Será que não fazemos o mesmo quando falamos, por exemplo, dos nordestinos ou dos paulistas, dos argentinos ou dos árabes, dos africanos ou dos norte americanos, sobre os quais muitas vezes temos pouco conhecimento?

Um mundo de amigos e inimigos?

"CRIANÇAS- SOLDADO: NUNCA MAIS

Novo protocolo para tentar salvar mais de trezentas mil crianças utilizadas como combatentes de guerra.

O problema das crianças-soldado é enorme e tem se agravado: estima-se que atualmente 300.000 crianças com menos de 18 anos sejam utilizadas como combatentes, trabalhadoras manuais nos campos, escravas sexuais ou mensageiras, em mais de 30 conflitos armados em todo o mundo. Utilizar crianças como soldados é uma das piores formas de brutalização que, no entanto, é praticada em todos os cantos do planeta.

O dia 12 de fevereiro de 2002 foi uma data promissora para as crianças do mundo inteiro: entrou em vigor um tratado internacional que proíbe a utilização de crianças como soldados. Trata-se do Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados."

Olara Otunnu. Unews-Brasil, ano 1, n.8,p.12

Embora nosso mundo esteja cada vez mais sensível e contrário às práticas que desconsideram os direitos, as liberdades e a dignidade humanas e cidadãs, como demonstram as lutas e conquistas dos trabalhadores e dos movimentos de minorias e grupos especialmente vulneráveis – etnias, negros, mulheres, crianças, homossexuais –, a cada dia também somos testemunhas da permanência e mesmo do aumento de práticas da intolerância e da violência, que não poucas vezes encontram respaldo seja em leis e decretos, seja na impunidade.

De fato, desde a Segunda Guerra mundial, por exemplo, convivemos com a morte em escala industrial, que tinha respaldo nos decretos promulgados por Hitler. Exemplos mais recentes são a campanha militar dos Estados Unidos contra o terrorismo no Afeganistão, até agora impune e, mais recentemente ainda, a guerra de Israel contra os terroristas palestinos no Oriente Médio.

Com as revoluções e as guerras, os países dividiram-se e se polarizaram na diferenciação entre amigo e inimigo, transformando-se no cenário da relação de luta entre ambos. O inimigo tornou-se aquele que só pode ser superado pelas armas, aquele que deve ser fisicamente eliminado, excluído, aquele que deve morrer. Agora o modelo da guerra contra aquele que é visto como diferente, estranho, estrangeiro, e inimigo, toma a expressão da guerra militar, quando se considera que a ameaça vem de fora e toma a dimensão da guerra policial, quando se considera que a ameaça está dentro, que vem de um inimigo interno.

Este modelo só prospera quando há a indiferença dos povos do mundo em relação ao sofrimentos de outros povos. Esta, porém, é uma indiferença construída em grande parte pela mídia de massas. Através da propagação da idéia de que há “outros” que precisam ser primeiramente rejeitados, depois afastados, então excluídos e, finalmente, eliminados, fomenta-se a intolerância, reduzindo ou mesmo rejeitando qualquer sensação de culpa ou de preocupação ética.

Trata-se de uma lógica homicida, pois, “para viver, o outro tem que morrer”. E ela expande-se para todos os aspectos da vida pública, justificando a “guerra total”, em que os inimigos são vistos como os que estão “fora da normalidade”, tornando-se, assim, os *intoleráveis*.

Como a divisão entre amigo e inimigo é uma decisão do Estado, o inimigo está condenado antes mesmo de ser visto. Sua morte não traz nem punição nem culpa, por se tratar de uma morte despersonalizada, sem rosto. Dos dois lados, um e outro são soldados desconhecidos. É uma morte anônima, em que todos correm os mesmos perigos. São muitos os depoimentos de soldados de quase todas as guerras, sobre a dificuldade de matar um inimigo com quem se teve algum encontro anterior. A guerra civil espanhola, por exemplo, é considerada uma das mais cruéis do século XX, justamente por ser uma guerra “entre irmãos”, em que se enfrentavam republicanos, comunistas e franquistas — que apoiavam o General Franco —, muitas vezes dentro de uma mesma família.

Que defesa temos contra esta situação das guerras, contra esta invenção de “inimigos” sem rosto? Uma delas é, sem dúvida, lutar contra a indiferença, não aceitando que o que acontece no mundo não é da nossa conta, não deixando que a indiferença tome conta de nós. Tal qual Sebastião Salgado, é fundamental dar um rosto e uma biografia a esses homens, mulheres e crianças, ser solidários com eles, pois:

“Quando o inimigo adquire um rosto, possui uma história, torna-se impossível matá-lo”.

Jogos de Tolerância da UNESCO

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Colocar os participantes em contato com as diversas formas de tolerância para a paz.

juego: ¿eres tú tolerante?

 <p>Para que no haya más guerras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● hay que entender por qué se producen ● no se puede hacer nada, siempre los habrá 	 <p>Se habla de niñas víctimas de la guerra:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● lo oyes y lo olvidas ● encuentras una manera de demostrar tu solidaridad 	 <p>En la escuela te hablan de los héroes de la tolerancia:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● no te interesa ● tienes ganas de conocerlos 	 <p>Si no estás de acuerdo con alguien:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● lo escuchas de sobra ● lo ignoras ● no le dejas hablar
 <p>Resistes a la violencia:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● por la violencia ● pensando que eres para decir NO 	 <p>En casa, cuando ya has jugado una mala pasada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● sigues queriendo compartir ● debes contestar a las demandas 	 <p>Un compañero te ha jugado una mala pasada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● intentas pedirle explicaciones ● te vengas 	 <p>Te proponen escribirte con un extranjero:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● le quieres compartir tus historias con él ● no tienes necesidad ni ganas

Escoge tus respuestas y suma los círculos que has obtenido:

Si sólo tienes círculos (¡bueno! Eres muy tolerante! Eres un futuro ciudadano del mundo, responsable y solidario, un pacifista. Explica a tus compañeros cómo lo consigues).

Si tienes entre tres y siete círculos (¡bueno, no eres muy tolerante! Te valoramos demasiado por intentar tus ideas, pero te queda aprendiendo y tienes imaginación. Utilízala valiente antes para hablar sobre la tolerancia).

Si tienes menos de tres círculos (¡ay, ay, ay, no eres nada tolerante! Si fueras más apático y desconfiaras el placer de la conversación, podrías ser más feliz. Anímate y haz un pequeño esfuerzo).

Assinalar e somar os círculos:

- se você só assinalou círculos, parabéns! Você é muito tolerante! Você é um futuro cidadão do mundo, responsável e solidário, um pacifista. Explique aos companheiros do grupo como é que você consegue.
- se você assinalou entre 03 e 07 círculos, cuidado! Você não é muito tolerante! Você se empenha demais para impor suas idéias, mas você gosta de aprender coisas novas e tem imaginação. Utilize-a o quanto antes para lutar contra a intolerância.
- se você tem menos de 02 círculos: ai, ai, ai, você não é nada tolerante! Se você fosse mais otimista e descobrisse o prazer do diálogo, você poderia ser mais feliz. Anime-se e faça um esforço.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Colocar os participantes em contato com as diversas formas de tolerância da vida cotidiana

juego: ¿eres tú tolerante?

 <p>Si tu equipo va perdiendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● te pones furioso ● lo continas hasta el final 	 <p>Si tu equipo pierde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● gritas a los compañeros ● no quieres darle la mano 	 <p>Si tu equipo gana:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● piensas que es gracioso ● piensas que tu equipo jugó bien 	 <p>Si en tu equipo hay alguien que no te gusta:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● lo ignoras como si no existiera ● lo ignoras al hablar cuando corresponde
 <p>Si fallas un gol fácil:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● te sientes como un cerro a la tapadera ● piensas que marcó el problema 	 <p>Si un novato juega mal:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● te acuerdas de que él también fue novato ● puedes que lo sustituyan 	 <p>Si el árbitro pita algo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● aceptas las reglas del juego ● discutes de todas formas 	 <p>Si te sienten violentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● te pones a dar golpes a los que te importunan ● das patadas a un balón

Escoge tus respuestas y suma los círculos que has obtenido:

Si sólo tienes círculos (¡bueno! Eres muy tolerante. Eres fuerte, eres buen jugador y sabes escuchar a tu propia violencia y a la de los demás. Explica a tus compañeros cómo lo logras).

Si tienes entre tres y siete círculos (¡bueno, no eres muy tolerante! Te valoramos demasiado, pero eres valiente y puedes mejorar con facilidad. ¡Intentalo cuanto antes!)

Si tienes menos de tres círculos (¡ay, ay, ay, no eres nada tolerante! Si te respetaras más a ti mismo y respetaras más a los demás, quizás ser más feliz. ¡Anímate y haz un pequeño esfuerzo!)

Assinalar e somar os círculos:

- se você só tem círculos, parabéns! Você é muito tolerante. Você tem auto confiança e sabe se explicar. Você entendeu que a sua liberdade termina onde começa a dos outros.
- se obteve entre 03 e 06 círculos, cuidado! Você não é muito tolerante! Você não tem muita auto confiança para compartilhar e explicar a sua opinião, mas você é generoso e vai conseguir. Comece a treinar!
- se obteve menos de 03 círculos, ai, ai, ai, você não é nada tolerante! Se você tentasse se conhecer melhor e se aceitar, você poderia ser mais feliz.

Você obteve o mesmo tipo de pontuação nos dois testes? O que isso significa em relação a você? Vai tomar alguma atitude em relação à sua forma de viver? Quer fazer alguma declaração de intenções?

Globalização

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Sensibilizar os participantes quanto à globalização dos produtos no nosso cotidiano.

Peça para os participantes do grupo trazerem embalagens de produtos de suas casas (pode ser embalagem de sabonete, comestível, refrigerante, higiene..)

Verifique com eles, naquelas pequenas letras que estão nos rótulos:

- Quem é o fabricante do produto?
- É um fabricante nacional?
- Onde foi fabricado o produto?
- Onde foi embalado?
- É vendido apenas no Brasil?

Produtos criados e fabricados em outros países estão presentes em nosso dia-dia?

Liste com eles os filmes ou músicas que viram e ouviram e gostaram muito. Em que países foram produzidos?

A globalização não é um movimento historicamente recente. O comércio e o intercâmbio cultural entre os povos existe desde a Antigüidade, na Mesopotâmia, no Egito, na Grécia antiga e no Império Romano. A história da Idade Média, muito antes das grandes navegações da Renascença - época dos "descobrimientos" do Novo Mundo - é, em grande parte, a história das guerras e alianças entre dinastias de reis, rainhas e de parte da nobreza - que atravessam todo o continente europeu. O que foram as Grandes Navegações se não um movimento avançado e expandido de globalização?

Mesmo assim, a atual globalização tem certos aspectos completamente novos e de grande impacto. Ela está mudando a cara do nosso mundo e as relações de poder e de intercâmbio entre as nações.

A grande mudança está na transformação do mundo em *aldeia global*, termo criado por um dos estudiosos pioneiros sobre o tema da informação, da propaganda e da mídia, o americano Marshall Mc Luham. O mundo tornou-se incrivelmente "menor" (é a sensação que temos), porque hoje ficamos sabendo do que ocorreu — nos governos, nos mercados, com os artistas de cinema, com os astros da música —, no instante mesmo em que se dá o acontecimento. A imediatez (instantaneidade) da informação engoliu as distâncias. A tão usada expressão "ah, se eu soubesse", parece não ter mais sentido em algumas esferas da sociedade, porque se pode saber absolutamente tudo a todo momento.

Claro que é fundamental ter acesso a estes meios de comunicação: este é um dos grandes desafios que temos pela frente. Para aqueles que estão bem situados economicamente ou próximos ao poder, basta acessar pela Internet o site das cotações de mercado de qualquer produto, por mais rara e distante que esteja a sua produção e mesmo que suas cotações mudem de hora em hora; pode-se ligar pelo celular para qualquer lugar do mundo. A qualquer momento em que ligamos o aparelho de televisão, há sempre alguma estação transmitindo as últimas notícias e colocando o mundo todo, num piscar de olhos, para dentro da nossa casa.

A Guerra do Golfo, em 1991, foi um exemplo desta mudança nas comunicações: acompanhávamos os ataques aéreos americanos contra o Iraque, no momento em que

estes ocorriam. Muitas vezes, a partir de uma câmara instalada na própria cabina do piloto, fazendo com que tivéssemos a mesma visão que ele tinha dos alvos. Talvez para nos tornar cúmplices? As noites iraquianas, antes inacessíveis para a maioria dos brasileiros, confundiam-se com as nossas noites e com as noites do mundo todo, através das transmissões das redes televisivas.

O grande desenvolvimento das técnicas de comunicação, entretanto, têm conseqüências que vão para além da rapidez da informação: elas mudaram os modos de ver, pensar, sentir, agir, viver e até sonhar das pessoas. Aos poucos fomos nos tornando dependentes da informação, pois ter informação pode significar não ser enganado ou "enrolado", ou pode ser a diferença para arranjar um emprego, um "bico", ou até mesmo um (a) namorado(a)!!!

Para muitos, a rapidez nas comunicações é fundamental para aumentar os lucros e as vantagens. Convivemos com a indústria da informação, uma nova forma de produção de riqueza mundial. As elites econômicas, antes industriais, convivem hoje com os mandarins emergentes da virtualidade, da informática e das telecomunicações. Não é por acaso que Bill Gates é um dos homens mais ricos do mundo.

Os desafios da globalização desigual.

A globalização do capital industrial que vinha se expandindo desde o começo do século passado e que era a forma dominante de produção de riqueza está sendo substituída pela nova globalização dominada pelo capital financeiro, que cada vez mais homogeneiza os mercados de consumo, bombardeando-nos com novas necessidades, muitas delas absolutamente dispensáveis. Um exemplo é o caso dos estilistas e da indústria da moda, que a cada trimestre tentam nos convencer a comprar novas roupas, por conta de algum detalhe, uma cor, um botão a mais ou enfeite a menos, vendendo-nos muito mais uma sensação ou uma fantasia do que a própria roupa.

Este tipo de globalização não mais investe na produção de bens concretos e materiais, no trabalho braçal, no chão da fábrica, no canteiro de obras, mas nas formas virtuais de acúmulo de riquezas, na aceleração ainda maior das comunicações, nos investimentos bancários, nos mercados de ações, que movimentam diariamente um trilhão de dólares! E, por conta desta mudança, muitos trabalhadores das indústrias perderam seus empregos.

A idéia de espaço, de territorialidade e de fronteiras mudou, mas a mobilidade física real é só da riqueza financeira. O mal da globalização financeira, entretanto, não está no "milagre" da comunicação imediata, mas na falta de acesso ao "milagre" pela maioria da população mundial. Apenas o capital foi globalizado, apenas o dinheiro dos investidores é que se movimenta livremente, sem fronteiras. A mobilidade dos trabalhadores, das pessoas, continua localizada e não globalizada.

Um exemplo de profunda mudança, é que os empregados ficam, enquanto a fábrica muda de lugar. Os investidores, agora ausentes, não são mais responsáveis pelas conseqüências de sua estada nem de sua partida. Livrar-se da responsabilidade, sobretudo da jurídica, é a forma de lucro mais cobiçada. O capital, sem amarras locais, flutua livremente, de um momento para o outro, no instante de um click do mouse.

Assim, são três as grandes injustiças produzidas pela globalização financeira: o aumento da desigualdade entre as nações mais ricas e as mais pobres; a desigualdade crescente dentro das sociedades dos países pobres; e, sobretudo, a desigualdade de acesso à tecnologia e ao conhecimento, o que resulta na desigualdade de possibilidade de crescimento e bem estar entre os países ricos e os pobres.

Verifica-se um mal-estar que é ao mesmo tempo concreto – a pobreza, a miséria, a insatisfação com os níveis de justiça e com a falta de participação política, a falta de acesso à educação, à saúde, ao emprego, a dilapidação do equilíbrio do meio ambiente, – e difuso, porque não se sabe muito bem contra quem lutar. As sociedades mais pobres do mundo estão marginalizadas, ficando à mercê da boa vontade das mais ricas e poderosas. Em âmbito mundial, as diferenças são enormes: a cada vinte pessoas que vivem bem, há 80 vivendo na pobreza.

Com a globalização, as fronteiras voltaram a ficar mais embaralhadas, e os centros de decisão e mando tornaram-se cada vez mais inacessíveis e invisíveis. A ansiedade pela sensação de perda de identidade nacional, trouxe o crescimento da intolerância. Definir mais rígida e claramente a diferença entre amigo e inimigo tornou-se mais urgente. Cada vez mais nos definimos a partir do outro, do inimigo definido.

Globalização desigual e mídia.

Quais são os mecanismos que nos conservam intolerantes?

Quais os mecanismos que nos conservam subservientes?

Os poderes econômico e o militar. Porém estes, para que possam efetivamente ser exercidos, carecem de mecanismos de criação de consensos, de ideologias: precisam construir "sonhos", circular sem parecer que estão nos dirigindo, ser invisíveis.

"Os arquitetos do poder devem criar uma força que pode ser sentida mas não vista. O poder se mantém forte quando fica na sombra. Exposto ao sol, parece evaporar".

(Huntington) O Poder tem que ser invisível.

A sociedade democrática tem como princípio o "consentimento dos governados". Entretanto, na atual globalização, os países centrais constroem uma verdadeira indústria das relações públicas, através do controle da mídia, o que termina por domesticar o pensamento e por fabricar e manipular o consenso entre as nações: trata-se, diz o ativista Noam Chomsky, "da fabricação das ilusões necessárias para a gestão social".

Trata-se de um "consentimento sem consentimento", em que tal qual um "pai", alguns países - como antes a União Soviética e os Estados Unidos, e hoje, apenas os Estados Unidos - tomam decisões sem o consentimento dos filhos e só depois de realizado o que foi decidido é que pedem consentimento, sempre sob a alegação "é para o seu próprio bem e interesse", de forma que as populações são sempre passivas e não ativas em relação aos seus próprios rumos, são "espectadores" e não "participantes".

Entretanto, por alguma razão se diz que "não dá pra enganar todo mundo o tempo todo". Nenhum sistema disciplinar que doma e aprisiona a liberdade numa jaula de ferro, como o poder totalitário ou a ditadura, agüenta muito tempo no poder. A resistência à repressão vai construindo meios alternativos de globalização, de informação, do fazer político e do viver a esfera pública.

O Brasil, já inserido na ampla rede internacional, é um dos momentos de inflexão nesta construção alternativa. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre tem discutido e avançado nesta construção, como ponto de troca de informações, testemunhos e reflexões sobre experiências alternativas realizadas nas suas diferentes localidades do mundo todo. Experiências, por exemplo, de cooperativas de consumo, de produção, em diferentes setores econômicos, nas diversas categorias profissionais. Aprende-se através das experiências, das vivências, do diálogo, da crítica, da luta.

Charge (pg. 73)



Herminio Macedo Castelo Branco
Fortaleza - CE

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: O agente comunitário abre uma discussão em torno de questões sobre a mídia.

Como se transformar de espectador em participante?

Você acha que a televisão brasileira "infantiliza" seu público?

Quem a personagem da figura acima representa?

O Brasil também tem este tipo de personagem?

Direitos Humanos Mundiais

"O cidadão só tem uma maneira de se defender do sistema de propaganda: adquirir algum controle sobre a sua vida, vencendo o isolamento e se organizando"

(Noam Chomsky)

A resistência está no grande esforço de criar controles internacionais, de internacionalizar a reação ao isolamento: a taxa Tobin é uma, o Tribunal Penal Internacional é outra, a tentativa de mediar conflitos das várias formas, as ONGs mundiais, Médicos sem Fronteiras, Amigos da Terra, as várias organizações da ONU, as convenções e os tratados internacionais.

O Brasil, por exemplo, com seus poucos 16 anos de práticas democráticas, embora ainda não tenha o ritmo desejável, vem construindo alternativas democráticas. Considerando-

se que nenhum indivíduo, grupo ou nação pode viver em um microcosmo isolado, que toda e qualquer ação tem algum impacto sobre os outros e sobre a emergente comunidade global, como construir a resistência à violência, à intolerância e à discriminação de forma pessoal, local, regional, nacional e mundial?

A construção possível da paz

Para falar em paz é imprescindível conhecer profundamente a realidade social em que se desenvolve o conflito, sem tentar homogeneizar interesses que são muitas vezes opostos. É imprescindível dar voz aos interlocutores, permitir que explicitem a dimensão do conflito, como o vêem, como podem resolvê-lo sem o uso da violência. A paz passa pelo desejo de cada um de nós, mas só existe quando compreendemos que há diferentes interesses e visões diferentes que precisam se expressar.

Mesmo reconhecendo este desejo de paz que constantemente é formulado individualmente e coletivamente, vivemos num mundo em que se tem promovido uma escalada sem precedentes de violações de direitos humanos. Existem diferentes dimensões de respostas violentas aos desafios deste nosso mundo contemporâneo. Há também respostas que tentam promover o diálogo entre as pessoas e as coletividades e povos.

A ONU – Organização das Nações Unidas –, fundada depois da Segunda Guerra Mundial, tem como proposta tornar-se em um instrumento para a regulamentação das relações internacionais, sobretudo para a resolução pacífica e diplomática de conflitos entre as nações.

Entretanto, este caminho não é fácil, pois existem interesses diferentes entre os países, há conflitos entre estes interesses e posições divergentes. Há ocasiões em que as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU não parecem surtir efeito no apaziguamento dos conflitos. Um exemplo atual foi a recente recusa, por parte de Israel, de se retirar dos territórios ocupados no Oriente Médio, mesmo após várias decisões seguidas exigindo sua saída imediata.

Conflitos que envolvem os interesses de países e de grandes corporações são os que explicam as formas cínicas ou indiferentes com que foram tratados os genocídios de Camboja, Timor, Cuba, Guatemala, dos Bálcãs e, atualmente, o do Oriente Médio, bem como as mudanças nas regras do jogo, nas guerras explicitamente militares ou econômicas contra o Iraque, Líbia, Panamá, Cuba, o Afeganistão, numa verdadeira disputa entre parceiros desiguais.

Há conflitos que parecem nunca chegar a um desfecho, porque muitas vezes continuam a ser alimentados por aqueles interesses, como é o caso, por exemplo, de Saddam Hussein, do Iraque, bem como, mais recentemente, o de Osama bin Laden, no Afeganistão. No passado, ambos os líderes foram apoiados pelos Estados Unidos tanto em armas como em treinamento e agora confrontam os antigos aliados com tremenda hostilidade e rebeldia.

“Vivemos num mundo muito militarizado e doente de violência, que fala de paz e transpira guerra”. (Eduardo Galeano). Os fabricantes de armas que transformam as tragédias humanas em negócio são justamente os países que custodiam a paz.

A insegurança substituiu a justiça.

A imensa capacidade manipulativa da cultura da violência, promove a idéia de que se pode fazer a guerra em nome da paz.

Com o intuito de construir uma nova cultura de não - violência, semeando a esperança de um mundo melhor, os Prêmios Nobel da Paz, relacionados a seguir, declararam o 2000 como o “Ano da educação para a não - violência” e os primeiros dez anos deste milênio como a “Década de fomento de uma cultura de paz e de não -violência”, e produziram o Manifesto 2000, lançado em Paris, em 1999, que diz:

Reconhecendo minha cota de responsabilidade pelo futuro da humanidade, especialmente pelas crianças de hoje e das gerações futuras, eu me comprometo – em minha vida diária, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região – a:

- *respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;*
- *praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes;*
- *compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;*
- *defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, à difamação e à rejeição do outro;*
- *promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta;*
- *contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade.*

Nelson Mandela	Madre Teresa de Calcutá	Aung San Suu Kyi
Dalai Lama	Mijaíl S. Gorbachov	Simón Peres
Elie Wiesel	bispo Desmond Tutu	Adolfo Pérez Esquivel
Yasser Arafat	José Ramos-Horta	Norman Borlaug
Oscar Arias Sánchez	Frederik Willem de Klerk	Betty Williams
Lech Walesa	Joseph Rotblat	Henry Kissinger
Jody Williams	John Hume	David Trimble
Rigoberta Menchú	Mons. Carlos Felipe X.Belo	

Um mundo sem guerras tem que ser possível.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: construir um manifesto pela paz e pela tolerância, a partir de caminhos escolhidos e discutidos, um a um, pelo grupo.

VAMOS CONSTRUIR O NOSSO MANIFESTO?

O RESPEITO À DIFERENÇA

DENISE KAZUE HIRAO

A violência do preconceito e da discriminação

Este capítulo distingue-se dos demais, sob dois aspectos.

Primeiro, por seu teor mais generalizado e difuso que os outros, que tratavam, cada um, de uma violência específica. Este, por trabalhar o respeito à diferença, refere-se a questões importantes de toda violência que, na sociedade atual, pode ser vista como o DESRESPEITO À DIFERENÇA e,

portanto,
a criação da desigualdade.

Segundo, por estar mais voltado à experiência vivida dos participantes, este capítulo toma mais o aspecto de oficina do que de apresentações frontais permeadas por exercícios vivenciais.

Assim, este capítulo pode ser usado como subsídio para os demais, além de constituir-se num bloco em si mesmo.

Direitos Humanos

Para trabalharmos o respeito à diferença, devemos situá-lo no marco dos direitos humanos. Começemos, pois, pelo documento que constitui a principal referência internacional no assunto, a Declaração Universal de Direitos Humanos.

O que são direitos humanos?

Promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração foi resultado do momento posterior à Segunda Guerra Mundial, quando o horror causado pelo nazismo, que havia matado milhões de judeus apenas por serem judeus, ensejou esforços internacionais em direção ao estabelecimento de garantias básicas a toda a humanidade.

Os direitos humanos buscam preservar a **dignidade** de **todos** os seres humanos, englobando os direitos à liberdade, igualdade, educação, saúde, ao trabalho, ao meio ambiente, à paz, etc. Bastante diversificados, estes direitos são também essencialmente **interdependentes** e **indissociáveis**, não sendo possível a efetivação de um deles sem a efetivação dos outros. (Como exemplo, não podemos imaginar igualdade entre os brasileiros enquanto não houver acesso à educação para todos).

O Brasil é um dos países que assinou a Declaração. Todos os Estados que a assinaram, assumiram, diante da comunidade internacional, o compromisso de observar os direitos previstos na Declaração.

Com o seu artigo primeiro, iniciaremos nossa reflexão:

Declaração Universal de Direitos Humanos

artigo 1o Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Refletir sobre o conceito de igualdade, considerando o pensamento de cada participante, até chegar a uma definição consensual do grupo.

O princípio da igualdade é a base fundamental para este capítulo. Ele é reconhecido consensualmente no mundo ocidental, o que se expressa, por exemplo, na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

E, ainda,

Art. 3o Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Além de orientar toda a legislação brasileira, o princípio da igualdade é também um valor que orienta a convivência entre as pessoas. É, seguramente, necessário para o respeito à diferença e para o combate a todas as formas de preconceito e discriminação.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: retomar a definição anterior de igualdade e consolidar os conceitos.

O grupo deve ler os três textos abaixo, que trazem em várias vozes o reconhecimento da igualdade entre os homens, e responder às seguintes perguntas:

- Você concorda com o conteúdo do artigo 1o da Declaração Universal dos Direitos
- Humanos? Por que?
- Todos são iguais?
- Todos devem ser tratados como iguais?

I. "Irmãos, vocês que crêem no nosso glorioso Senhor Jesus Cristo, nunca tratem as pessoas de modo diferente por causa da aparência delas. (...) Nesse caso, vocês estão fazendo diferença entre vocês mesmos e estão se baseando em maus motivos para julgar os outros.(...) Amarás o teu próximo como a ti mesmo, fazeis bem". (Bíblia. Tiago 2)

II. "Nós homens somos fundamentalmente iguais pela nossa origem e pelo nosso destino. Todos somos iguais na nossa natureza humana: todos somos chamados a ser pessoas, à liberdade, ao amor e à vida. Isto quer dizer que todos temos direitos fundamentais para podermos nos desenvolver como seres humanos. "O homem vale não pelo que tem, mas pelo que é." (Mosca e Aguirre)

III. O jurista brasileiro, Fábio Konder Comparato, introduz seu livro "A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos" com as seguintes palavras: "O que se conta, nestas páginas, é a parte mais bela e importante de toda a história: a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém - nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação - pode afirmar-se superior aos demais." (grifos nossos)¹⁷

IV. Constituição Federal. artigo 5o Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

¹⁷ COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos., São Paulo, Editora Saraiva, 1999, p. 1

Sugestões para alguns caminhos que a discussão poderá tomar:

- Alguns participantes poderão se opor ao conteúdo da Declaração argumentando que há, por exemplo, pessoas muito ricas e outras, muito pobres. Observe, porém, que a questão é se todos são iguais e não se todos estão iguais.
- Outros poderão afirmar que as pessoas não são iguais por terem características diferentes: alguns são deficientes mentais, outros, super-dotados. Nesse caso, cabem diversos questionamentos. A começar pelo mais básico: não há nada de comum entre todas as pessoas? Os textos citados no início do capítulo dão pistas para essa resposta.

Violações ao Princípio da Igualdade

Agora que já conversamos um pouco sobre o princípio da igualdade, passaremos à análise das violações a esse princípio sob a forma do preconceito e da discriminação.

Vamos entrar em contato com os conceitos de: estereótipo, preconceito e discriminação, por meio das explicações abaixo (ver Módulo IV).

Estereótipo:

quer dizer lugar-comum, chavão. É a generalização descabida, que fazemos ao atribuir, a todos os membros de um grupo, características ou qualidades de um (ou alguns) indivíduos desse grupo.

Por exemplo, ao dizer que "loiras são burras", ou que "policiais e bandidos são farinha do mesmo saco", estamos usando estereótipos. É claro, existem mulheres muito loiras e não muito espertas, como também existem policiais criminosos - mas isto não quer dizer que todas as loiras e todos os policiais sejam assim.

Preconceito:

é o uso que fazemos desses estereótipos, dessas "idéias prontas", recebidas sem questionamento, para desqualificar pessoas ou grupos sociais. O preconceito leva-nos a assumir valores, atitudes e comportamentos que desvalorizam e discriminam os que consideramos diferentes de nós.

Exemplos: "Mulher não trabalha comigo, tem medo de tudo...";

"O negão é que deve ser o culpado. Se não apronta na entrada, apronta na saída";

"Não adianta querer ajudar: todo pobre é vagabundo!".

Discriminação:

aquele que incorpora um preconceito tende a incorrer em condutas discriminatórias, tratando desigualmente as pessoas ou os grupos sociais em razão de seus julgamentos preconceituosos. A discriminação é a expressão prática do pensamento preconceituoso, revelando-se em diversas esferas, como na convivência entre indivíduos e em complexas relações sociais.

Reprodução de estereótipos, preconceitos e discriminações:

Assim como o preconceito e os estereótipos, a discriminação reproduz-se ao longo da história, adquirindo novas formas e distanciando-se cada vez mais dos fatos que lhe deram origem (sendo estes, freqüentemente, simples distorções da realidade). A história abaixo ilustra bem como se perpetuam condutas por ausência de consciência crítica.

Os cinco macacos

Um grupo de cientistas colocou cinco macacos numa jaula, no centro da jaula uma escada e, sobre ela, um cacho de bananas. Quando um macaco subia a escada para apanhar as bananas, os cientistas lançavam um jato de água fria nos que estavam no chão.

Depois de algum tempo, quando um macaco ia subir a escada, os outros enchiam-no de pancadas. Passado mais algum tempo, nenhum macaco subia mais a escada, apesar da tentação das bananas.

Então, os cientistas substituíram um dos cinco macacos. A primeira coisa que ele fez foi subir a escada, dela sendo rapidamente retirado pelos outros, que o surraram.

Depois de algumas surras, o novo integrante do grupo não mais subia a escada. Um segundo macaco foi substituído, e o mesmo ocorreu, tendo o primeiro substituído participado, com entusiasmo, da surra ao novato. Um terceiro foi trocado, e repetiu-se o fato. Um quarto e, finalmente, o último dos veteranos foi substituído.

Os cientistas ficaram, então, com um grupo de cinco macacos que, mesmo nunca tendo tomado um banho frio, continuavam batendo naquele que tentasse chegar às bananas.

Se fosse possível perguntar a algum deles porque batiam em quem tentasse subir a escada, com certeza a resposta seria: "Não sei, as coisas sempre foram assim por aqui..."

Para aplicar os conceitos de igualdade, estereótipo, preconceito e discriminação,

bem como para entender a reprodução desses fenômenos ao longo do tempo, tomemos como exemplo a discriminação contra as mulheres. Após a leitura dos textos do escritor e militante político uruguaio Eduardo Galeano, o grupo deverá identificar neles a formação de estereótipos e preconceitos, a prática da discriminação e a sua reprodução.

Se ele tivesse nascido mulher

Dozesseis irmãos de Benjamin Franklin¹⁸, - um dos artífices da Declaração de Independência dos Estados Unidos, Jane é a que mais se parece com ele em talento e força de vontade.

Mas, na idade em que Benjamin saiu de casa para abrir seu próprio caminho, Jane casou-se com um seleiro pobre, que a aceitou sem dote, e, dez meses depois, deu à luz a seu primeiro filho. Desde então, durante um quarto de século, Jane teve um filho a cada dois anos. Algumas crianças morreram, e cada morte abriu-lhe um talho no peito. As que viveram exigiram comida, abrigo, instrução e consolo. Jane passou noites a fio ninando as que choravam, lavou montanhas de roupa, banhou montões de crianças, correu do mercado à cozinha, esfregou torres de pratos, ensinou abecedários e ofícios, trabalhou ombro a ombro com o marido na oficina e atendeu os hóspedes cujo aluguel ajudava a encher a

¹⁸ Benjamin, Franklin. (1706 - 1790), além de político e jornalista, foi também um cientista dilectante e inventor. Desenvolveu uma série de experiências com eletricidade, empinando pipas de seda durante tempestades de raios.

panela. Jane foi esposa devota e, depois, viúva exemplar; e quando os filhos já estavam crescidos, encarregou-se dos próprios pais, doentes, de suas filhas solteironas e de seus netos desamparados.

Jane jamais conheceu o prazer de se deixar flutuar em um lago, levada à deriva pelo fio de um papagaio, como costumava fazer seu irmão, apesar da idade. Jane nunca teve tempo de pensar, nem se permitiu duvidar. Benjamin continua sendo um amante fervoroso, mas Jane ignora que o sexo possa produzir outra coisa além de filhos.

Benjamin, fundador de uma nação de inventores, é um grande homem de todos os tempos. Jane é uma mulher do seu tempo, igual a quase todas as mulheres de todos os tempos, que cumpriu com seu dever nesta terra e expiou sua parte de culpa na maldição bíblica. Ela fez o possível para não ficar louca e buscou, em vão, um pouco de silêncio.

Seu caso não despertará o interesse dos historiadores.

Em épocas remotas, as mulheres sentavam-se na proa das canoas e os homens, na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o rio, cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo.

Assim era a vida entre os índios onas e yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las.

Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

Auto-reflexão: aprofundando a reflexão sobre Discriminação

O estudo do estereótipo, do preconceito e da discriminação será mais proveitoso se o participante se envolver pessoalmente com o tema. Para isso, o passo inicial é reconhecer que são muito comuns e que nós mesmos podemos incorrer nessa espécie de injustiça. Espera-se, é claro, que cada um de nós procure com afinco superá-los.

A partir dessa premissa, podemos analisar os diversos preconceitos existentes na sociedade brasileira. Ressaltando que dela fazemos parte, propomos que as atividades seguintes sejam desenvolvidas visando a análise da sociedade e, sobretudo, a auto-análise do próprio participante, procurando identificar reflexos sinais dos preconceitos e discriminações presentes em suas próprias condutas e vivências.

Desvelamento:

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Identificar as atitudes que ocultam o preconceito e a discriminação. Reconhecer a necessidade de desvelá-las.

Dicionário Aurélio: desvelar. 1. Tirar o véu a; descobrir, revelar. 2. Dar a conhecer; patentear, revelar. 3. Aclarar, esclarecer, elucidar. 4. Mostrar-se, patentear-se, revelar-se.

O tema desta atividade será trabalhado por meio de um exercício teatral (inspirado nas técnicas do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, autor de Jogos para Atores de não atores arrumar a bibliografia

Depois de ler os três textos abaixo, os participantes deverão se dividir em pequenos grupos de cinco pessoas.

Cada grupo construirá um relatado de caso de discriminação. O caso deverá ser curto e possível de ser sintetizado em uma cena simples. Ela deverá incluir um opressor (pelo menos) e um oprimido (pelo menos).

A cena será apresentada ao grupo e, em seguida, quem quer que tenha uma idéia para resolver a situação de discriminação, será convidado a entrar no lugar do personagem oprimido e encenar a sua solução.

O agente deve ficar atento para a crítica às soluções violentas.

TEXTO 1

Em 1988, uma pesquisa foi realizada em São Paulo com o objetivo de entender como, cem anos após a Abolição da escravatura, as pessoas definem o racismo vigente.

Os resultados foram reveladores: enquanto 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, 98% disseram conhecer, sim, pessoas e situações que revelavam a discriminação racial. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre seu grau de relação com aqueles que denominaram "racistas", os entrevistados indicaram com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. A conclusão informal da pesquisa foi que o brasileiro parece se sentir como uma "ilha de democracia racial", cercado de racistas por todos os lados.

A conclusão de outro estudo, sobre bailes negros em São Paulo, parece inversa, mas é, na verdade, simétrica: a maioria dos entrevistados nesses bailes negros ter sido vítima de discriminação, mas confirmou casos de racismo sofridos por familiares e conhecidos próximos. Uma vez mais, a discriminação é "propriedade do outro" e só enquanto tal é que passa a existir.

Nas cidades menores, as pessoas costumam dizer que atos de racismo apenas ocorrem nos grandes conglomerados. Mas o contrário também acontece: os moradores de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, afirmam que é nas pequenas vilas que se concentram os racistas mais radicais. Isso para não falar do uso do passado histórico: quando entrevistados, os brasileiros jogam para o período escravocrata os últimos momentos de racismo, com se a Abolição tivesse nos redimido dessa pecha.

Aparentemente distintos, os resultados de todas estas investigações são, de alguma maneira, convergentes: ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas ele é sempre um atributo do "outro". Difícil é reconhecer a discriminação, e não o ato de discriminar. O problema parece se resumir a afirmar oficialmente o preconceito, e não a reconhecê-lo na intimidade. Estamos diante de um tipo particular de racismo; um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação.

(Bibliografia do Livro citada na nota: Cleusa Turra e Gustavo Venturi (orgs.), Racismo Cordial. São Paulo: Ática, 1995.)

TEXTO 2

Na escola, a prática do acobertamento do comportamento discriminatório dá-se através de desculpas muitas vezes evasivas. Um professor pode ter tratado mal um aluno "porque estava nervoso", ou a ofensa de um aluno contra outro é vista como simples descuido, uma distração.

A prática do desvelamento é decisiva na superação da discriminação. Exige discernimento, sensibilidade, intencionalidade e informação.

Preconceito e discriminação: fenômenos complexos

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Identificar a expressão da discriminação sob a falta de acesso a bens, serviços e oportunidades.

Os participantes devem discutir o quadro abaixo de distribuição segundo cor, tendo como base o seguinte roteiro:

Identificar nos quadros as dificuldades enfrentadas pela população negra em termos de renda, bens, habitação / saneamento básico e escolaridade.

Considerando o conteúdo da entrevista abaixo bem como a definição de preconceito e discriminação estudadas, essas dificuldades são resultado de preconceito? Podem ser consideradas discriminação?

¹⁹[...] Entrevista publicada na Revista Caros Amigos, extraída da página: <http://www.uol.com.br/carosamigos/edição/ed35/entrevista02.htm>

TEXTO 1¹⁹

A filósofa Sueli Carneiro, do Instituto da Mulher Negra, o "Geledés (pronuncia-se queledés), ao desmascarar o mito da nossa "democracia racial", ataca de frente a doença social que está completando quinhentos anos: a discriminação do negro.

Marco Frenette - Como você explicaria o fato de o racismo no Brasil atuar de maneira tão forte e prejudicial e, ao mesmo tempo, permanecer "escondido", já que ninguém parece enxergá-lo?

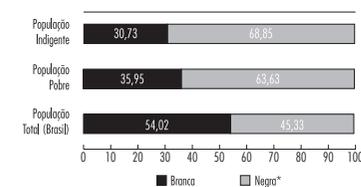
Sueli Carneiro - A "genialidade" do racismo brasileiro reside exatamente nisso. Aqui se produziu a forma mais sofisticada e perversa de racismo que existe no mundo, porque nosso ordenamento jurídico assegurou uma igualdade formal [mas não de fato], que dá a todos uma suposta igualdade de direitos e oportunidades, e liberou a sociedade para discriminar impunemente. Até 1951, por exemplo, o racismo não era nem sequer contravenção penal. Portanto, você tem uma sociedade onde vigora uma ideologia que lhe diz o tempo todo: "Todos são iguais perante a lei". Desde nossa primeira Constituição, o princípio da igualdade formal está assegurado, e acho que é uma estratégia perfeita de, sob o manto de uma suposta igualdade legal, você se omitir completamente diante da desigualdade racial concreta existente em nossa sociedade. Corroborando tudo isso há uma ideologia poderosa - a do mito da democracia racial. E o contraponto do Brasil sempre foram os Estados Unidos, onde havia a segregação legal. Ora, não havendo segregação legal, estaríamos no paraíso racial. Tanto é que o senso comum opera com uma compreensão estreita do que seja racismo, entendendo-o apenas como a existência de um ódio racial ou de um confronto racial, ou ainda de uma situação de segregação legal,

como existiu e existe nos Estados Unidos e na África do Sul. Essa nossa situação de igualdade formal aprofundou a visão de inferioridade natural do negro, porque, se você tem uma situação onde supostamente há uma igualdade - pelo menos no plano legal -, então, se os negros vivem pior, se são desgraçados, miseráveis, pobres e analfabetos, é porque devem isso às suas próprias características... E isso denuncia o desprezo absoluto que a sociedade brasileira tem pelo negro. O negro não chega a ser objeto de ódio dessa sociedade, é apenas objeto de desprezo. Ainda nem chegamos nesse patamar de desenvolver uma força poderosa como a provocada pelo ódio, e que causaria um confronto entre negros e brancos. A possibilidade nem chegou a existir entre nós; foi sufocada por essa engenharia da igualdade no plano legal e a exclusão absoluta no plano das relações concretas, acobertada pelo mito da democracia racial. E, desse ponto de vista, é a forma de racismo mais perversa que existe no mundo, porque ela foi uma estratégia vitoriosa no sentido de tirar a questão racial do plano político, é um tema absolutamente despolitizado.

²⁰ IPEA. HENRIQUES, Ricardo. Texto para discussão nº 807 - Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90, Rio de Janeiro, julho de 2001.

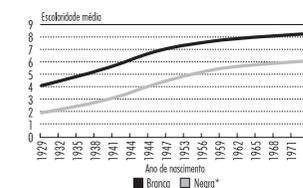
GRÁFICOS²⁰

Gráfico 2
Distribuição da população total e das populações pobre e indigente segundo a cor - 1999



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999.
Nota: A população negra é composta por pardos e negros.

Gráfico 12
Número médio de anos de estudo - evolução por cohorte



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999.
Nota: A população negra é composta por pardos e negros.

Tabela 18

Indicadores habitacionais (1992 - 1999) (Em %)

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Brasil								
Domicílios construídos com material não durável	6,7	6,4	6,0	5,9	5,1	5,1	4,6	-30,8
Domicílios alugados	13,8	13,5	12,9	12,2	12,3	12,3	12,4	-10,1
Domicílios não localizados em terreno próprio	10,7	8,8	8,7	8,1	8,1	8,0	7,5	-29,9
Domicílios com alta densidade	26,9	25,8	23,9	23,2	22,3	21,0	20,0	-25,7
Domicílios com abastecimento de água inadequado	25,0	24,1	21,7	18,4	18,6	17,2	16,2	-35,3
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	47,6	45,9	44,4	40,2	41,0	39,6	38,8	-18,6
Domicílios sem acesso à energia elétrica	12,3	11,1	9,2	7,9	7,4	6,5	5,8	-53,1
Domicílios sem acesso à coleta de lixo	36,3	33,1	30,7	29,3	25,9	23,8	22,0	-39,2
Branços								
Domicílios construídos com material não durável	2,68	2,45	2,31	2,56	1,97	2,08	1,91	-28,7
Domicílios alugados	15,33	15,09	14,42	13,41	13,56	13,64	13,64	-11,0
Domicílios não localizados em terreno próprio	8,40	6,56	6,57	6,11	6,69	6,34	5,88	-29,9
Domicílios com alta densidade	18,26	17,69	16,12	15,84	14,92	13,88	13,35	-26,9
Domicílios com abastecimento de água inadequado	13,31	12,78	10,78	9,46	8,94	8,22	7,85	-41,0
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	35,29	34,14	32,51	29,81	29,75	28,59	27,73	-21,4
Domicílios sem acesso à energia elétrica	6,38	5,86	4,73	4,15	3,67	3,05	2,65	-58,4
Domicílios sem acesso à coleta de lixo	25,96	23,59	21,27	20,27	17,62	16,19	15,24	-41,3
Negros*								
Domicílios construídos com material não durável	11,41	11,06	10,39	10,11	8,78	8,83	7,80	-31,6
Domicílios alugados	11,98	11,64	10,96	10,81	10,79	10,82	10,96	-8,5
Domicílios não localizados em terreno próprio	13,36	11,38	11,26	10,56	9,75	10,05	9,42	-29,5
Domicílios com alta densidade	37,30	35,69	33,51	32,51	31,14	29,48	27,99	-25,0
Domicílios com abastecimento de água inadequado	39,05	37,82	34,94	29,68	30,29	28,06	26,15	-33,0
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	62,53	60,17	58,89	53,24	54,78	53,05	52,12	-16,6
Domicílios sem acesso à energia elétrica	19,31	17,46	14,55	12,58	11,75	10,75	9,44	-51,1
Domicílios sem acesso à coleta de lixo	48,66	44,61	42,09	40,53	35,82	33,02	30,25	-37,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: A população negra é composta por pardos e negros.

Tabela 19

Indicadores de Posse de Bens Duráveis (1992 - 1999) (Em %)

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Brasil								
Fogão	2,39	1,57	1,29	1,39	1,08	0,96	0,79	-67,04
Geladeira	29,82	29,82	26,53	22,92	20,56	19,01	18,08	-39,38
Filtro	36,35	35,41	35,44	35,06	36,11	36,94	37,87	4,16
Máquina de lavar	76,73	76,66	74,39	70,49	68,84	68,41	67,95	-11,44
Rádio	15,00	14,91	10,85	9,23	9,31	9,16	9,83	-34,50
Televisão a cores	55,41	51,95	40,83	31,87	26,50	22,34	20,65	-62,73
Freezer	87,77	87,21	84,81	82,14	81,17	80,20	80,29	-8,52
Telefone	82,50	81,86	79,46	76,38	73,57	69,62	63,98	-22,44
Branços								
Fogão	0,77	0,58	0,40	0,53	0,43	0,39	0,30	-61,39
Geladeira	17,72	17,77	15,21	13,06	11,21	9,97	9,69	-45,30
Filtro	28,18	27,88	27,91	28,11	28,62	30,30	31,05	10,16
Máquina de lavar	65,63	65,68	63,23	59,02	57,03	56,73	55,95	-14,75
Rádio	9,54	9,47	7,01	6,15	5,99	6,05	6,59	-30,93
Televisão a cores	42,42	39,08	28,18	21,56	17,11	13,84	12,94	-69,48
Freezer	81,55	80,89	77,92	74,82	73,42	72,58	72,71	-10,84
Telefone	74,82	74,45	71,32	67,91	64,50	59,93	53,51	-28,48
Negros*								
Fogão	4,33	2,70	2,32	2,44	1,80	1,63	1,35	-68,80
Geladeira	44,37	44,45	40,35	35,26	31,85	29,95	28,12	-36,62
Filtro	44,16	42,72	42,73	42,02	43,43	43,37	44,42	0,59
Máquina de lavar	90,28	90,37	88,37	85,11	83,43	82,86	82,64	-8,46
Rádio	21,54	21,49	15,52	13,06	13,33	12,92	13,69	-36,43
Televisão a cores	71,22	67,81	56,38	44,86	37,92	32,65	29,94	-57,96
Freezer	95,38	95,08	93,38	91,49	90,72	89,61	89,57	-6,10
Telefone	92,09	91,31	89,85	87,37	84,88	81,76	76,89	-16,50

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: A população negra é composta por pardos e negros.

Violência e discriminação**COMO TRABALHAR?²¹**

OBJETIVO: Identificar o preconceito como justificativa para a negação da dignidade e fundamento que legitima a violência. Conhecer a aplicação da lei pela Justiça.

²¹ As matérias de jornal deste capítulo foram extraídas do site: <http://www.glsparty.com.br/>

Selecionamos algumas matérias de jornal sobre o assassinato do homossexual, Edson Neris da Silva, por "skinheads" em São Paulo. Neste episódio, é clara a presença do Estado - por meio do juiz e do promotor - aplicando a lei penal e observando a Constituição Federal, cujo artigo 3º vale a pena relembrar:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os participantes são convidados a identificar nos textos e a partir dos textos:

um relato sobre preconceito contra homossexuais (fala do promotor, "ideologia" "skinhead" etc);

a motivação do crime (intolerância ao homossexualismo, expresso por dois homens de mãos dadas);

o posicionamento da sociedade (juiz, promotor, advogada, irmã da vítima, mídia, militante do movimento GLBT - Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros);

as decisões judiciais.

Em seguida, os participantes deverão responder às questões:

Seria correta a agressão dos "Carecas" em razão de sua aparência?

O que achariam eles se essa espécie de atitude fosse perpetrada contra eles?

O que você acharia de ser agredido fisicamente por causa de alguma característica própria?

Qual deveria ser o posicionamento do Judiciário nesse caso?

TEXTO 1: Skinheads espancam adestrador até a morte

O ódio por homossexuais levou, no começo da madrugada de ontem, um grupo de skinheads a matar a pontapés, golpes de soco inglês e de correntes de aço, o adestrador de cães Edson Neris da Silva, de 35 anos. O assassinato ocorreu na Praça da República, no centro. O grupo também espancou o amigo de Silva, Dario Pereira, de 30, que correu para a estação do metrô e pediu a ajuda dos seguranças.

Os agressores fugiram, mas muitos deles foram localizados no bar Recanto dos Amigos, na Rua 13 de Maio, na Bela Vista, freqüentado pelos skinheads.

Foram levados para o 3º Distrito, em Santa Ifigênia, 18 maiores e 12 menores. Os maiores foram autuados em flagrante acusados de homicídio doloso e formação de quadrilha.

Dos menores, sete seguiram para o SOS Criança. Os demais foram dispensados, pois provaram, com o depoimento dos proprietários, que estavam no bar desde o começo da noite.

Os acusados negam ter participado do assassinato. Três foram reconhecidos por testemunhas como participantes das agressões. L.I., de 18 anos, um deles, estava com um soco inglês, apreendido, e alegou que carrega a arma para sua defesa por ter sofrido dois assaltos em menos de um mês.

Os outros foram vistos com correntes de aço, que não foram apreendidas. Eles disseram aos policiais noite de anteontem, estavam sem as correntes.

O delegado Francisco Missassi, do 3º DP, tentava no fim da manhã de ontem arranjar vagas para mandar dois skinheads para cada distrito. "Por causa da ideologia que pregam contra negros, homossexuais, nordestinos e consumidores de drogas não posso colocá-los num só distrito porque serão mortos", explicou o policial.

(Renato Lombardi, O Estado de São Paulo, de 07 de fevereiro de 2000, o dia seguinte ao brutal assassinato)

Furiosos - No começo da madrugada de ontem, Silva e Pereira saíram de um bar. Quando pretendiam atravessar a praça, foram cercados pelos skinheads.

Muitos vestiam calças e jaquetas pretas. Outros usavam roupas semelhantes às fardas camufladas do Exército. A maioria calçava coturno e tinha a cabeça raspada.

Eles passaram a gritar perguntando o que faziam àquela hora na praça e dizendo que odiavam homossexuais. As testemunhas disseram que os jovens estavam furiosos e passaram a espancar os dois.

O adestrador de cães pedia para que o deixassem em paz e era golpeado no rosto, na cabeça, pernas, braços. Pereira conseguiu livrar-se de alguns agressores e correu para a estação do metrô.

As testemunhas afirmaram à polícia que os acusados, quando perceberam que Silva, no chão, não reagia mais aos golpes, correram na direção da Avenida São Luís, com destino à Bela Vista.

A Polícia Militar recebeu diversos telefonemas com denúncias da agressão e soldados de um carro da radiopatrulha levaram Silva para a Santa Casa de Misericórdia. Ele deu entrada com fratura de crânio, hemorragia interna, ferimentos no rosto, braços, pernas e morreu pouco depois. (...)

Skinheads são condenados por morte de gay

Dois skinheads foram condenados a 21 anos de prisão em regime fechado pela morte do adestrador de cães Edson Neris da Silva, 35, e por formação de quadrilha. (...)

Na sentença, o juiz Luís Fernando Camargo de Barros Vidal afirmou que o crime foi "um grande golpe de traição à idéia de democracia", já que os réus renunciaram ao debate político para agir "de forma criminosa, em prejuízo da vida humana".

"A intolerância como princípio de ação é absolutamente censurável e com ela de igual modo o direito penal há de se revelar inflexível", diz a sentença.

Segundo Barros Vidal, "dois homossexuais têm o direito de andar de mãos dadas nas ruas tanto quanto dois carecas com suas cabeças raspadas, roupas e bijuterias exóticas".

O juiz também fez referências a um estudante brasileiro que conseguiu asilo político nos Estados Unidos, em outubro passado, alegando ter sofrido discrim-

²² Homepage da Associação da Parada do Orgulho Gay: www.paradasp.org.br

inação sexual no Brasil." (É uma triste ironia para quem, como os réus, invoca o patriotismo.) (...)

"Benedita Rodrigues, irmã do adestrador de cães Edson Neris da Silva, só deixou a sessão, durante a madrugada, depois de ouvir a sentença. Junto com a filha, Viviane, ela acompanhou as quase 12 horas de julgamento.

'Foi muito bom, foi exemplar. Não recupera a vida do meu irmão, mas pode evitar que eles continuem agindo dessa maneira'."

(Folha de São Paulo em 15/02/2001; Alencar Izidoro)

E, ainda,

comentários de Beto de Jesus, Presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de SP, sobre a condenação de Wanderlei Cardoso de Sá, a 19 anos e 6 meses.²²

"No mais, preciso dizer que o Promotor, Dr. Marcelo Milani, foi exemplar e sempre exalta nossa luta pelos nossos direitos disse aos jurados: "Eu, por defender Edson Néris, sou caso de chacota entre meus colegas de profissão, que são pessoas estudadas e estão ali para defender o cidadão, independente da sua orientação sexual; imaginem vocês então o que é ser um homossexual nesse país com tantos preconceitos... gostaria que os senhores pudessem ficar na pele de um deles por um período apenas, para ver como isso faz a diferença!" Ponto para a democracia!

Infelizmente, mais violência

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Refinar o entendimento da relação entre preconceito e violência. Conhecer o interesse internacional na questão da violação de direitos humanos ocorrida no Brasil.

Ouviremos vários pontos de vista conflitantes sobre o massacre do Carandiru - desde o apoio ao massacre até sua veemente condenação. Após a leitura dos textos, os participantes serão convidados a identificar os elementos da coluna 1 e discuti-los inserindo os elementos da coluna 2.

COLUNA 1

- Preconceito e discriminação contra os presos.
- A conexão entre discriminação e violência
- Legislação nacional.
- Legislação internacional.

COLUNA 2

- Compreensão da família dos presos
- O sofrimento das mães diante da morte de seus filhos
- A violência contra os presos como resposta à sociedade violenta (Módulo V).
- A violência no cenário internacional (Módulo VI).

Ao final da unidade, inserimos alguns comentários que poderão ajudar na condução dos debates.

O Massacre do Carandiru

O Carandiru, localizado na cidade de São Paulo, tornou-se célebre pelo "título" de maior presídio da América Latina e pelo trágico massacre de 111 pessoas (de acordo com os números oficiais). Nesse episódio, ocorrido em 2 de outubro de 1992, a Polícia Militar entrou na Casa de Detenção do Carandiru, e executou 111 presos (dos quais 84 processados mas ainda não condenados), causando lesões graves em outros internos. Dentre os mortos, havia oito presos que saíram do local apenas com lesões corporais leves e chegaram mortos ao hospital, percurso em que foram acompanhados somente por policiais.

O caso não diz respeito apenas aos direitos dos presos, mas também aos de seus familiares pois as informações lhes foram transmitidas após longo período e porque foram agredidos por policiais enquanto aguardavam notícias em frente ao presídio.

Frases sobre o massacre do Carandiru

Onde estão os direitos humanos dos homens, mulheres e crianças que são impiedosamente assassinados pelos bandidos? O número de vítimas com certeza é mais de 200 apenas este ano. Alguém vai indenizar? (CRX, FSP, 07/10/92)

- Lembrar do conceito de direitos humanos anteriormente estudado. Os direitos humanos são para todos.
- Deve-se observar que as indenizações referentes ao massacre do Carandiru fundamentam-se na responsabilidade do Estado pois os presos estavam sob a custódia do Estado e foram mortos por agentes do Estado.
- Todos os presos eram assassinos?
- números de presos que sequer haviam sido condenados

Parabéns à gloriosa Polícia Militar de São Paulo, Rota, Coe, Gate, Canil que são orgulho da população de bem; aqui não é o Rio de Janeiro, fora CV, fora Igreja demagoga, fora os pseudo-defensores dos Direitos Humanos, que nada de prático ou útil fazem para melhorar as condições de vida de nosso povo sofrido, o mesmo povo que sabe julgar e não os burocratas que não conhecem a realidade da criminalidade de São Paulo." (RR, FSP, 11/10/92)

- Quando o autor fala na "criminalidade de São Paulo" se refere a que? Por que ele qualifica a conduta do preso como crime e não qualifica como tal a conduta da Polícia?
- Que outros preconceitos podem ser identificados nessa frase?

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Diante da lentidão da Justiça brasileira em punir os responsáveis, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi instada a examinar o caso à luz da legislação internacional, especificamente da Convenção Americana de Direitos Humanos. Segue trecho da conclusão:

(...) No que respeita ao mérito, após analisar os fatos e o direito aplicável, a Comissão conclui que o caso denunciado caracteriza um massacre no qual o Estado violou os direitos à vida e à integridade pessoal e que, em suas seqüelas, também foram violados os direitos ao devido processo e à proteção judicial (artigos 4, 5, 8 e 25), em conexão com o artigo 1 da Convenção, e formula recomendações no sentido de que se proceda à investigação dos fatos, à punição dos responsáveis, à concessão de reparação às vítimas e à adoção de medidas, nos níveis nacional e estadual, para evitar que se repitam violações desse tipo

A Comissão também entendeu que houve violação do direito à integridade pessoal das famílias em razão da demora injustificada na prestação de informações aos familiares dos presos e das agressões sofridas enquanto aguardavam notícias em frente ao presídio.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: nesta atividade analisaremos a mais perigosa espécie de discriminação, aquela que procura validar a própria pena de morte. Veremos como o preconceito pode gerar a perda de um sentimento de identidade entre a humanidade, levando à violência, à desigualdade e à injustiça.

Sugestões para a condução dos debates:

Do preconceito e discriminação contra os presos

A lógica do preconceito e da discriminação está expressa no que se segue e que indica que, em razão do preconceito, muita gente não reconhece que os presos tenham dignidade humana, negando, portanto, a igualdade entre todos. ("não posso ser irmã de vagabundo")

Da conexão entre discriminação e violência

Aos olhos dos assassinos e dos defensores da agressão, a ausência de dignidade justificaria, inclusive, a morte desses seres humanos.

É importante notar que essa lógica se contrapõe à organização da sociedade ocidental, na qual o Estado estabelece leis - iguais para todos - e as violações a elas são apreciadas pelo Poder Judiciário.

No caso em pauta, foi aplicada uma "lei" criada pelos agressores, com base em seus próprios preconceitos, que fundamentaram o massacre. Não valeu a lei, mas sim a vontade do mais forte. Não prevaleceu a igualdade, mas sim a discriminação.

A prevalência da discriminação sobre a igualdade pode gerar violência contra qualquer um de nós.

Perceba que essa mesma lógica pode ser identificada no caso do assassinato de Edson Neris, estudado na atividade anterior. Num certo sentido, também pode ser vista nas



atrocidades cometidas pelos nazistas contra o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial.

Em todos esses casos, os agressores julgavam que suas vítimas não tinham dignidade humana que fundamentasse seu direito à vida. Para alguns, elas seriam até menos humanas. Se houver polêmica, seria interessante indagar ao grupo que outras características poderiam ser lembradas para sustentar que alguém é "menos humano" ou menos merecedor de direitos. Nesse exercício de imaginação, haveria sempre a possibilidade de nos vermos incluídos dentre essas vítimas (por ser mulher, jovem, idoso, portador de deficiência, míope, pobre, rico, morador da periferia).

Conclui-se, portanto, que, para um convívio social pacífico, necessitamos de leis que respeitem a dignidade de todos, igualmente.

Legislação nacional

Da nossa Constituição Federal, extrai-se a violação do direito à vida.

No campo do direito penal, que tem a responsabilidade de controlar as violações de direitos em nome do interesse público, instauram-se ações contra os agressores.

No campo do direito civil, protege-se o interesse das famílias dos mortos, que também viram seus direitos desrespeitados e posteriormente pleitearam indenizações.

Legislação internacional

Em face à delonga dos processos no Brasil, manifestou-se um órgão internacional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tem por incumbência monitorar o cumprimento de uma norma internacional, a Convenção Americana de Direitos Humanos (*Pacto de São José da Costa Rica*).

Igualdade material

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Aprender o conceito de igualdade material.

Em um certo recinto, havia uma gaiola com uma raposa e outra com uma galinha. Em nome da liberdade, decidiu-se pelo fim daquela "prisão". Em nome da igualdade, decidiu-se que, se uma gaiola seria retirada, a outra também deveria ser. Naturalmente, apenas se concretizou a "liberdade" da raposa comer a galinha. A galinha restou a "liberdade" de ser comida pela raposa.

A liberdade só pode existir se houver igualdade. Existia igualdade entre a raposa e a galinha, sós, num mesmo recinto?

Enquanto estavam nas gaiolas, cada um dos animais revelava apenas suas diferenças. Ao serem retiradas as gaiolas, com a exposição da galinha ao poder da raposa, gerou-se a desigualdade. A galinha só poderia sobreviver numa nova situação de igualdade, por exemplo, num poleiro numa altura à qual a raposa não tivesse acesso.

Também as pessoas diferem entre si. Elas devem ser tratadas diferentemente, visando uma situação em que todos se encontrem em patamares equivalentes.

Essa é a verdadeira igualdade.

Vejamos como a lei pode aplicar esse princípio, através de algumas disposições legais

sobre as pessoas portadoras de deficiência, frequentemente discriminadas no momento de admissão em empregos. Algumas leis vêm sendo promulgadas, com o objetivo de impedir essa discriminação e garantir às pessoas portadoras de deficiência acesso ao mercado de trabalho.

Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990

artigo 5º - parágrafo 2º - às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas será reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso.

Lei Complementar Estadual n. 683, de 18 de setembro de 1992

artigo 1º - O provimento de cargos e empregos públicos, nos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, obedecido o princípio do concurso público de provas ou de provas e títulos, far-se-á com reserva do percentual de até 5% (cinco por cento) para pessoas portadoras de deficiência.

Políticas públicas - ações afirmativas

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: reconhecer a importância de medidas destinadas a efetivar o princípio da igualdade.

O conceito de igualdade material - estudado na atividade anterior - vem sendo aplicado na elaboração de projetos governamentais e não governamentais.

Algumas dessas iniciativas são classificadas como "ações afirmativas" porque tratam "desigualmente" os desiguais, procurando estabelecer patamares de igualdade. Levam em consideração as diferenças entre as pessoas e estabelecem medidas para acelerar os processos de conquista da igualdade.

As leis voltadas para a proteção do mercado de trabalho das pessoas portadoras de deficiência, são exemplos de ações afirmativas. Também o é a legislação que estabelece cotas para mulheres candidatas, em consonância com o artigo 4º da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher:

A adoção pelos Estados-partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de normas desiguais ou separadas; essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal instituíram medidas visando aumentar o número de negros em seu quadro de funcionários, também em consonância com um tratado internacional de direitos humanos, qual seja, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (artigo 2º . 2).

A aplicação do princípio da igualdade na elaboração de políticas públicas contempla também a vivência da pluralidade cultural, na qual todas as culturas são igualmente respeitadas. São exemplos os programas de educação indígena. Também devem ser lembradas as experiências de educação bilíngüe, especialmente no sul do país, local com forte imigração européia, e nas regiões fronteiriças com países de língua espanhola.

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: A elaboração de um projeto de promoção da igualdade. Esta é a atividade de maior fôlego deste capítulo.

A instituição para a qual o projeto será elaborado, pode ser um órgão governamental, uma organização não governamental, uma igreja, uma escola, uma associação comunitária ou qualquer outro agrupamento.

Em linhas gerais, cada projeto deve conter:

- objetivo geral
- objetivo específico
- público alvo
- forma de execução

Pluralidade Cultural

COMO TRABALHAR?

OBJETIVO: Enfatizar a pluralidade cultural.

Cada participante escolhe um personagem para representar (pode ser alguém da comunidade, do Estado, do país ou do mundo, vivos ou mortos, ou mesmo personagens ficcionais ou literários). Talvez ajude, para a clareza do exercício, se cada personagem escolhido for acompanhado por sua principal característica na visão do participante.

Exemplo:

- aluno 1 - Pedro Álvares Cabral, por seu pioneirismo
- aluno 2 - Fernanda Montenegro, por seu talento
- aluno 3 - Maria Bonita, por sua coragem
- aluno 4 - Fulano de Tal, prefeito da cidade, por sua perseverança
- aluno 5 - Jô Soares, por sua inteligência e bom humor
- aluno 6 - Fulana de Tal, líder comunitária, por sua capacidade de agregar pessoas em torno de um ideal.
- alunos 7 - Zumbi dos Palmares, por representar a resistência do povo negro durante a escravidão

Os participantes formarão duplas, fundamentando a escolha do parceiro através de alguma afinidade entre os dois personagens. Deverão responder à pergunta:

- O que essas duas personagens, juntas, podem construir de novo e benéfico

para a comunidade, o país ou o mundo?

Após a dupla chegar à resposta, o exercício é retomado. Agora as duplas formarão quartetos (caso trate-se de grupo grande), com o mesmo exercício de argumentação. E, novamente, o quarteto deverá responder à mesma pergunta.

Finalmente todos os grupos retornam ao fórum pleno e as respostas serão apresentadas ao grupo grande, encerrando assim o módulo sobre "A violência do preconceito e da discriminação".

Para concluir, se possível, extraia cópia do quadro abaixo e entregue aos participantes.

10

A criança deve ser protegida contra atitudes ou influências que possam induzi-la a qualquer forma de discriminação racial, religiosa ou de outro gênero. Ela deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade para com todos os povos, paz e fraternidade universal, e na consciência de que deverá colocar a sua energia e o seu talento a serviço do próximo.



²¹ QUINO. *Toda a Mafalda*. São Paulo, Martins Fontes, 1993., p. 420.

Declaração dos direitos da criança comentada pela Mafalda²³, do desenhista argentino Quino, e seus amigos para a UNICEF

Bibliografia do Módulo I: Violências

- AZEVEDO, Rodrigo G. *Informalização da Justiça e Controle Social. Estudo sociológico da Implantação dos Juizados Especiais Criminais em Porto Alegre*. São Paulo, Ed. IBCCrim, Col. Monografias, 2000.
- BUORO, Andrea; SINGER, Helena; SCHILLING, Flávia, SOARES, Marina. *Violência Urbana: dilemas e desafios*. São Paulo, Ed. Atual/Saraiva, 1999.
- HERMANN, Leda, *Violência Doméstica - A Dor que a Lei Esqueceu - comentários à Lei nº 9.099/95*. Campinas, Cel. Lex Ed.. 1999
- IZUMINO, Wânia P. *Justiça e Violência contra a Mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. SP, Annablume, FAPESP. 1998
- KOERNER, Andrei. "Juizados Especiais e Acesso à Justiça", *Anais do Seminário sobre os Juizados Especiais Federais*, Brasília, Ed. AUJFE . 2002
- _____. *Justiça consensual e Conflitos de Família: algumas reflexões*", em AGOSTINHO, Marcelo e SANCHEZ, T. (orgs), *Família: conflitos, reflexões e intervenções*. Ed. Casa do Psicólogo, 2002

Bibliografia do Módulo II: Violência na (da) cidade

- BOONEN, Petronella Maria, 2000. *Sobre a vida em uma rua violenta: Percepções de seus moradores*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, USP.
- IMPrensa OFICIAL, *Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo*, 1998.
- REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório de Direitos Humanos dos Jovens*. São Paulo, SEDH, PNUD, NEV/USP, Instituto Sou da Paz, 2001.

Sites:

<http://www.midiadapaz.org/>

<http://www.conjunturacriminal.com.br>

Bibliografia do Módulo III: Violência no (do) campo

- AMERICAS WATCH (1991). *Violência Rural no Brasil*. São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência e Comissão Teotônio Vilela. Relatório do balanço dos principais casos de violência no campo. - 1964 1980- .
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (1992). *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Campinas, Vol. 22, Jan/ Abr, 1992.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1995). *Conflitos no Campo - Brasil 94*. Goiânia, Loyola.
- INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2001). *Revista Estudos Avançados*. Dossiê Desenvolvimento Rural. São Paulo, Vol. 15, No. 43, set/dez., 2001.

- MARTINS, José de Souza (1981). *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1997). *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo, Contexto.
- SALGADO, Sebastião. *Terra*. Prefácio de José Saramago e versos de Chico Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano (1999). *Brava Gente - A Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.

Bibliografia do Módulo IV: Violência na (da) casa:

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda; Martins, Maria Helena Pires. *Filosofando - Introdução à Filosofia*. São Paulo, Editora Moderna,
- KUPTAS, Márcia (org.). *Violência em debate*. São Paulo, Editora Moderna, 1997.
- Piovesan, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo, Max Limonade, 1998.
- PANDJARDJIAN, Valéria e outros. QSL: *Quebrando Silêncios e Lendas*. Rio de Janeiro, CECIP, 1999.
- MICHEL, André. *Não aos Esteretipos*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1986.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. *Derechos Humanos de Las Mujeres - Guía de Capacitación*. San José da Costa Rica, IIDH, 2000.

Bibliografia do Módulo V: A violência nas (das) instituições:

- MJ/SEDH/DCA. *A razão da idade: mitos e verdades*. - Brasília, Tomo VII., Co-edição com o Conanda, 2001 (série subsídios).
- ADORNO, Sérgio, 1991. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista USP*, pp. 65-78.
- BARCELLOS, Caco, 1993, *Rota 66: a história da polícia que mata*. São Paulo, Globo.
- FOUCAULT, Michel, 1977. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis: Vozes
- KANT DE LIMA, Roberto, 1989. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4, junho, pp. 65-84.
- MARIANO, Benedito Domingos, 2000. A lei que tipifica a tortura e sua aplicabilidade. *Juizes para a Democracia* v.5(19): 7.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. São Paulo: Garamond.
- Sou da Paz/USP/PNUD/MJ. *Relatório de cidadania: os jovens e os direitos humanos*. São Paulo:
- REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA – *Cidadania e Violência*. Curitiba, GEES/UFRP, n. 13, 1999.

REVISTA DA USP - *Dossiê Direitos Humanos no limiar do século XXI*. São Paulo, n. 37, março-maio 1998.

SILVA, Tadeu A. Dix. "Globalização e direito penal brasileiro: acomodação ou indiferença?" *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: IBCCRim, v.6, n.23, jul.-set. 1998, p.81-96.

SINGER, Helena. *Repúblicas de crianças: sobre experiências escolares de Resistência*. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 1997.

Sociologia USP. *Tempo Social: Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo*. v. 9, n. 1, maio 1997.

Teixeira, Maria de Lourdes Trassi. *Redução da idade penal*. Sessão Solene - Câmara Municipal de Campinas. Promoção CRP 06 Subsele de Campinas, 14 Junho 2000, mimeo.

VARELLA, Drausio. *Estação Carandiru*. São Paulo, Cia das Letras, 1999..

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro, Fase, 1999, (Série Economia Solidária).

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. *As caras da juventude*. São Paulo, 2001 (Cadernos Adenauer, II).

CBIA/SP; IEE - PUC/SP. *Trabalhando abrigos*. São Paulo, março/1993 (Cadernos de Ação, 3).

MJ; Conselho regional de Psicologia/SP. *O futuro do Brasil não merece cadeia*. São Paulo FALTA O ANO...

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Educação.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Saiba como dizer não à violência*. Porto Alegre, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Comissão Local de Porto Alegre, Gráfica Palotti, 1995.

Módulo VI: Violência no (do) mundo

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

Site

Entrevista de **Noam Chomsky**:

www.nodo50.org/insurgentes/noam.htm

Noam Chomsky comenta os ataques de 11 de setembro: www.nodo50.org/lel/artigos/artigos.htm

Entrevista de **Noam Chomsky** ... aos princípios da lei internacional ... www.nodo50.org/insurgentes/noam13.htm

O respeito à diferença

MOSCA, Juan José e AGUIRRE, Luis Pérez. *Direitos Humanos – pautas para uma educação libertadora*. Petrópolis, Editora Vozes, 1990.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA *Direitos Humanos: educando para democracia – sugestão de atividades*. 2ª ed. São Paulo, 2000. p.59.

GALEANO, Eduardo. *Mulheres*. Porto Alegre L&PM, v. 20, 1997 (Coleção Pocket).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. do terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília, MEC/SEF, 1998.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. *O jogo das diferenças – o multiculturalismo e seus contextos*. 2a ed. Belo Horizonte, Autêntica, ANOOOOOOO p.100.

SCHWARZ, Lilia Moritz. "Raça como outro". *Racismo no Brasil*. São Paulo, Publifolha, 2001, p. 75-78.

WEB-SITES

Legislação brasileira

www.senado.gov.br

Neste site o usuário encontra na íntegra toda legislação brasileira, entre elas: Constituição Federal, Emendas e Leis Constitucionais, Decretos e Medidas Provisórias. Também fornece indicação das publicações da área das Ciências Sociais, com destaque para o Direito e Ciências Políticas.

www.diretonet.com.br

Este site apresenta todas as normas jurídicas do Brasil - código civil, penal, trânsito, defesa dos direitos do consumidor, Estatuto da Criança e Adolescente, modelo de contratos e petições -, bem como indica vasta lista de organizações que atuam na defesa e orientação dos direitos por categoria de defesa e região.

www.jus.com.br

O usuário encontra o endereço de diversos sites e organizações especializadas em legislação e direitos do cidadão, tais como: Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Associações, etc.

Legislação internacional

www.direitoshumanos.usp.br

Apresenta declarações, tratados e pactos universais; sistema interamericano de direitos humanos e bibliografia com texto na íntegra sobre direitos humanos.

www.direito.adv.br

Apresenta legislação de diversos países, além da brasileira.

www.gddc.pt/direitos-humanos/index-dh.html

Site em português que oferece, na íntegra, textos universais, tais como: Carta das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos do Homem, Direito Internacional Humanitário, Cooperação Internacional e outros documentos.

Organizações públicas

www.brasil.gov.br

Neste site o usuário pode acessar todos os órgãos públicos do Brasil: Ministérios, Secretarias de Estado, Órgãos Federais, Poder Legislativo, Tribunais de Contas, Poder Judiciário, Ministério Público, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais. Também é possível acessar o Diário Oficial da União, indicadores socioeconômicos, planos, programas e projetos do governo federal.

www.chame.com.br

Dispõe de todos os órgãos públicos do Brasil: Executivo, Legislativo, Judiciário, Secretarias, Ministério Público e outras organizações do Brasil e dos Estados Unidos.

www.dpf.gov.br

Este site apresenta informações sobre os serviços prestados por esta organização à sociedade brasileira, bem como a relação completa das unidades da Polícia Federal no Brasil e links com órgãos policiais civil e militar, polícia internacional FBI, Interpol e DEA - segurança pública e sistema nacional penitenciário.

www.pge.sp.gov.br

Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

Organizações internacionais

www.un.org

A Organização das Nações Unidas constitui um centro para dar soluções aos problemas enfrentados pela humanidade e trabalha com o objetivo de promover o respeito pelos direitos humanos.

www.unesco.org.br

A Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - é uma agência internacional que promove a paz e os direitos humanos.

www.unicef.org/brazil/

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância - atua junto ao poder público federal para promover leis e políticas públicas em benefício da infância brasileira. O site apresenta ampla bibliografia, legislação, declaração e dados estatísticos sobre a infância.

www.undp.org.br

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento apresenta o relatório do desenvolvimento humano no mundo, comparando o Brasil com outras nações.

<http://sites.uol.com.br/ilanud/apres.htm>

O Instituto Latino Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente é um organismo voltado para a realização de pesquisa, produção de conhecimento e difusão de informações nas áreas de justiça criminal, prevenção e controle do crime e promoção dos direitos humanos.

www.oas.org

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebe graves denúncias de violações dos direitos humanos dos Estados-partes e julga os casos, solicitando aos respectivos governos reparação às vítimas e responsabilização dos agentes que cometeram as violações.

www.caritas.org

A Caritas é uma organização que visa o desenvolvimento e atua em serviços sociais sempre buscando a solidariedade e a justiça social.

Universidades brasileiras

www.universidade.cjb.net

www.unicamp.br/nipe/unives.htm

www.ufal.br

www.unicamp.br/nipe/unives.htm

www.ufma.br

www.uerj.br

www.unifesp.br

www.pucsp.br

Estes sites relacionam todas as universidades públicas do Brasil e as principais universidades privadas do país.

Direitos humanos

www.mdh.gov.br

É um site que permite o usuário articular-se com organizações que atuam na área de direitos humanos em todo o Brasil, obtendo informações importantes, tais como o funcionamento do sistema de garantias de direitos no Brasil e sobre as formas de fazer e encaminhar denúncias de violação aos órgãos competentes.

www.mj.gov.br

Este site do Ministério da Justiça apresenta informações gerais dos diversos órgãos existentes no país e a incumbência de cada um deles. Além disso, orienta, o usuário como deve proceder diante de uma violação, sendo ele, vítima ou testemunhas, e traz informações sobre os programas de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas.

www.omct.org

Luta contra a tortura e execuções sumárias.

www.hrw.org

A Human Rights Watch recebe denúncias contra a discriminação e luta pela liberdade política.

www.amnesty.org

A Anistia Internacional realiza diversas campanhas internacionais em defesa dos direitos humanos.

Organizações não governamentais

www.abong.org.br

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais apresenta 251 associadas com atuação na esfera pública, em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e urbanas, desenvolvimento regional e meio ambiente. É possível localizar organizações por região e área temática.

Organizações para a paz e ações coletivas

www.desarme.org

Fornece informações sobre desarmamento e segurança humana. Contém notícias atualizadas diariamente, assim como investigações, documentos, leis e campanhas vinculadas à redução da violência armada.

www.vivario.org.br

Desenvolve campanhas de paz e projetos sociais, voltados principalmente para os jovens, mais vulneráveis aos riscos.

www.soudapaz.org

ONG que tem por missão mobilizar a sociedade brasileira para ações coletivas que levem à redução da violência. O site apresenta diversos projetos que estão acontecendo e os seus resultados, podendo servir de modelo para outras comunidades.

www.turmadobem.com.br

Site que promove informações sobre os direitos do cidadão. O usuário encontra informações de como desenvolver projetos e relatos de experiências de ações realizadas no Brasil. Possui uma "rede do bem", que atua em todo Brasil, organizada por temática e região.

Meio ambiente

www.guiaverde.com.br

É um guia completo para todas as questões relacionadas ao meio ambiente, além de fazer link com diversas organizações ambientais.

www.ibama.gov.br

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, apresenta a legislação brasileira além de projetos que estão sendo desenvolvidos, links e órgãos de denúncias ambientais.

www.icv.org.br

O Instituto Centro de Vida desenvolve estudos de proteção ao ambiente e conscientização do homem.

www.antenaverde.org.br

A Rede Antena Verde trabalha com o público jovem, estimulando-os a conservação do meio ambiente.

www.greenpeace.org
A Greenpeace desenvolve seu trabalho visando a conscientização dos problemas ambientais.

Educação e cidadania

www.webamigos.net/educaforum/leduca.shtml

www.cslbq.com.br/educacionais.html

www.acaoeducativa.org

www.aprendiz.org.br

Estes sites apresentam informações sobre educação e vasta lista de organizações educacionais.

www.moradiaecidadania.org.br

A Moradia e Cidadania promove a educação digital de jovens e adultos.

www.sociedadedigital.org.br

A Sociedade Digital pretende democratizar o acesso aos meios digitais de informação.

www.polis.org.br

O Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis) visa a melhoria na qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos da cidadania e a democratização da sociedade.

www.cdi.org.br

O Comitê para Democratização da Informática utiliza a tecnologia como instrumento para exercer a cidadania.

www.cenpec.org.br

O Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) desenvolve estudos e pesquisas em educação, cultura e ação comunitária, assessorando, executando e produzindo material de apoio.

Estudos sobre a violência

www.nev.prp.usp.br

O Núcleo de Estudos de Violência da USP oferece um site em que o usuário poderá ter acesso às pesquisas sobre violência e links para as principais agências e centros de pesquisa sobre violência e direitos humanos.

www.conjunturacriminal.com.br

O usuário encontrará dicas sobre segurança, endereço e telefone de entidades e órgãos públicos ligados à área de segurança, artigos, dados e pesquisa sobre temas atuais.

www.ibccrim.org.br

O IBCCRIM é o principal fórum brasileiro de discussão das Ciências Criminais.

www.spvcv.org.br

O Instituto São Paulo Contra a Violência tem como objetivo colaborar com a sociedade e governantes para a redução da criminalidade e violência em São Paulo.

Questões agrárias

www.incra.gov.br

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária fornece, em seu site, informações sobre a questão agrária no Brasil.

www.mst.org.br

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atua desde 1985, em 23 Estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas, com 300 mil famílias assentadas e 80 mil que ainda vivem em acampamentos. Neste site, o usuário encontra informações importantes sobre as questões agrárias no Brasil.

www.cptnac.com.br

A Comissão da Pastoral da Terra é uma organização ecumênica, que tem por objetivo fortalecer a solidariedade e a fraternidade ao homem do campo. Presta serviços educativos para reforçar o seu protagonismo.

Questão indígena

www.socioambiental.org

Apresenta um amplo trabalho sobre os povos indígenas no Brasil.

www.cimi.org.br

O Conselho Indigenista Missionário realiza trabalhos com povos indígenas.

www.proyanomami.org.br

Trabalha com os direitos territoriais e civis dos Índios ianômamis.

Criança e adolescente

www.andi.org.br

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância busca a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

www.aldeiasinfantis.org.br

As Aldeias Infantis SOS Brasil, oferece abrigo a jovens em situação de risco.

www.brascri.com/portugues

A Associação Brasil Criança trabalha com projetos voltados a jovens de baixa renda.

www.cruzadadomenor.org.br

A promoção do desenvolvimento Social de crianças, adolescentes e idosos é a principal ação da Cruzada do Menor.

www.cccavida.hpg.com.br

O centro Comunitário da Criança e do adolescente, atende crianças e adolescentes em situação de risco social.

www.fundabrinq.org.br

A Fundação Abrinq promove os direitos elementares de cidadania das crianças.

www.uol.com.br/goldeletra

A Gol de Letra trabalha com crianças e adolescentes visando o direito a educação.

http://senna.globo.com/institutoayrtonensenna

O Instituto Ayrton Senna oferece aos jovens condições de desenvolvimento através de seus projetos sociais.

www.pastoraldacrianca.org.br

A pastoral da criança atua principalmente na educação e na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

www.institutocea.org.br

O Instituto C&A promove a educação de crianças e adolescentes.

www.institutoescolabrasil.com.br

O Instituto Escola Brasil visa estimular a auto-estima das crianças.

www.missaocrianca.org.br

O combate ao trabalho infantil é uma das ações que a Missão Criança trabalha.

www.arrastao.org.br

O Projeto Arrastão promove projetos educativos para crianças e adolescentes.

www.visaomundial.org.br

A Visão Mundial promove projetos sociais pelo desenvolvimento infantil.

Fundações

www.gife.org.br

Gife é uma associação constituída por organizações privadas doadoras de recursos para projetos sociais. No site o usuário encontra a relação de todas as fundações do Brasil, por área de atuação e beneficiário.

www.fpabramo.org.br

Fundação Perseu Abramo.

Cooperativas

www.ocb.org.br

Este site apresenta o conceito, os procedimentos para a constituição de uma cooperativa e sua legislação. Também indica as organizações de todas as regiões do país, por segmento de atuação.

Gênero

www.themis.org.br

www.cfmea.org.br

www.cladem.org

Estes sites oferecem assessoria jurídica e serviço de informação para a mulher, além de apresentarem links com outras organizações.

www.agende.org.br

Trabalha com a perspectiva feminista nas agendas políticas e sociais.

www.geledes.com.br

Trabalham com a promoção das mulheres negras e combate o racismo.

www.paradasp.org.br

Site que presta informações para homossexuais.

www.portalafro.com.br

Sites afro brasileiros.

Estatística

www.ibge.gov.br

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta dados quantitativos e qualitativos da sociedade brasileira.

Institutos de Pesquisas

www.ipea.gov.br

www.inpe.gov

www.superestudante.com.br

Sites de notícias

www.oindividuo.com/noticias.htm

www.tipnet.com.br/noticias.asp

Estes sites oferecem links com as principais agências de notícias do Brasil e exterior.

www.revistas.com.br

www.radiobras.gov.br/sinopses.htm

www.jornaisdehoje.com.br

Sites de busca

Caso você queira uma informação ou uma página que não esteja nesta relação, poderá acessar os sites de busca na Internet. Entre eles sugerimos:

www.google.com.br

www.cade.com.br

www.guiaweb.com

www.yahoo.com

www.aonde.com

www.achei.com.br

www.esportes.net

www.lycos.com

www.msn.com.br

www.netscape.com

Internet

Caso você não tenha acesso a internet e não conheça alguém que tenha, procure a prefeitura da sua cidade para saber se ela oferece centros de acesso à Internet, ou então, escolas públicas, associações comunitárias e outras organizações da sua cidade que permitam a utilização da Internet para consulta e envio de e-mail.